Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Doutorado em Psicologia Clínica

Linha de Pesquisa: Processo Saúde-Doença em Contextos Institucionais

Vanessa Ruffatto Gregoviski

Bolsista CAPES

CLÍNICA PSICODINÂMICA DO DESEMPREGO: INTERVENÇÃO CLÍNICA COM MIGRANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO DESEMPREGADOS

Orientadora:

Profa. Dra. Janine Kieling Monteiro

Co-orientador:

Prof. Dr. João Paulo de Areosa

São Leopoldo, outubro de 2025.

VANESSA RUFFATTO GREGOVISKI

CLÍNICA PSICODINÂMICA DO DESEMPREGO: INTERVENÇÃO CLÍNICA COM MIGRANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO DESEMPREGADOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração Psicologia Clínica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Orientadora:

Prof. Dra. Janine Kieling Monteiro

Co-orientador:

Prof. Dr. João Paulo de Areosa

São Leopoldo, outubro de 2025.

Dedicatória

Dedicado a todas as pessoas que deixam um pedaço de seu coração para trás tentando encontrar um futuro diferente para si e para aqueles que amam.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a todas e todos que estiveram ao meu lado ao longo da minha trajetória. Ela não começa ou se encerra no doutorado, apenas segue tomando forma aqui.

A neta da dona Raimunda, uma costureira no interior do estado, conseguiu chegar até aqui fazendo o que essa senhora e a dona Cleudi sempre disseram: “estuda, menina!”. Essas duas mulheres fizeram o impossível para que eu conseguisse ter o mundo que elas nem conseguiam imaginar, então a elas agradeço. Graças a bolsas de incentivo ao estudo concedidas pelo PROUNI e pela CAPES, uma criança sonhadora, mas sem tantos recursos financeiros, se tornou uma profissional que tem orgulho de seu percurso.

Ao grande amor da minha vida e pessoa mais importante do mundo, Lucas André Borges Hlavac, muito obrigada. Todo o seu suporte sem limites (material e imaterial), ombro amigo, consolo em momentos de desespero, incentivo e apoio incondicional, piadas, sorrisos, cafés, cafunés, brigas para que eu não desistisse, mas, principalmente, seus abraços e fé em mim, ajudaram-me a acreditar tanto quanto você que eu conseguiria isto e muito mais. À nossa pequena família, junto ao Peco e ao Juca, meu sincero agradecimento.

Àquela que me acompanha desde 2019 e já acompanhou diferentes versões minhas, professora Janine, não há agradecimento suficiente por tudo que consegui aprender com você. Você é um exemplo humano e profissional, e espero que saiba o quanto conseguiu transformar a vida de inúmeros acadêmicos que cruzaram contigo. Às minhas antigas colaboradoras ICs, próximas grandes pesquisadoras que irão revolucionar a ciência, Kamila Pires, Julia Consoli e Gabriela Fagundes: obrigada, meninas!

Àquele que encontrei em um continente diferente, mas que igualmente modificou minhas perspectivas acadêmicas e seguiu reforçando o quanto a academia pode ser um espaço de afeto e não somente durezas estatísticas e técnicas: Professor João, obrigada por ser mais um agente transformador que não somente pesquisa ética laboral, mas que vive isso no seu dia a dia, melhorando uma sociedade que muitas vezes vemos como adoecida.

Ao professor Joaquim Gronita, que também inseriu um pouco de si nesta tese, e auxiliou o desenvolvimento de meu olhar crítico enquanto pesquisadora, também deixo meu agradecimento. O

mesmo se estende às professoras Ilana Andretta, Denise Falcke, Viviane Weschenfelder, Vera Ramires, Tagma Donelli, Clarisse Mosmann, Tonantzin Gonçalves, Elisa Kern e ao professor Rafael Wolski.

Aos meus amigos e compadres Fernando Lima e Matheus Cervo, obrigada pelas centenas de leituras às versões inúmeras que lhes enviei. À Luiza Euzebio, exemplo nos dados quantitativos, obrigada pelo apoio sempre que me senti congelada. A outros que estão em meu coração e sempre foram uma fonte inestimável de apoio e carinho, sem vocês jamais teria conseguido de forma saudável: Benício Zion, Waleska Maffei, Gabriel Lizarraga, Laura Pilati, Tamires Lenhart, Maicon Godoi, Deise Pinheiro, Cauê Rodrigues, Jéssika Lima, Andreia Sates, Marciano Casanova, Poliana Ferreira, Plínio Paulos, Roberto Araujo, Cristopher Torres, Mateu Pinto Coelho, Giovanna Silveira Santos, Franklis Pazos e outros tantos que poderia mencionar aqui.

Àqueles que enfrentaram uma pandemia e uma enchente devastadora comigo, sem perder a capacidade de esperançar e sorrir, companheiros do CAPS II Novos Tempos, do abrigo CEVEN e do SJMR São Leopoldo, obrigada por sermos pilares um dos outros quando tudo poderia estar desmoronando. A vocês também dedico estes escritos: Natália Granja, Alana Mendes, Arthur Ferreira da Silva, Fátima Lopes, Marina Guerin, Susiana Oliveira da Silva, Ana Papaleo, Aline Rovaris, Aline Soares, Edmilson Pereira Lucas, Isaac Vincent Ferreira, Érika Konzen, Maria Catharina, Fernanda Cerny, Bruno Bortolini, Lucas Prado, Nicole Dörr e Audrey Silveira.

Por fim, um lembrete bastante válido para uma pequena criança que sempre se sentiu “estrangeira" dentro de si mesma e de onde vivia: conseguimos, Vanessa! Nós nos encontramos!

Epígrafe

"A migração é uma expressão da aspiração humana por dignidade, segurança e por um futuro melhor. Faz parte do tecido social que, por sua vez, faz parte da nossa própria composição enquanto família humana."

— Ban Ki-moon

Sumário

Lista de Tabelas e Figuras 10

Lista de Abreviaturas e Siglas 11

Resumo 13

Abstract 14

Resumen 15

Apresentação da Tese 16

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Ensaio Teórico 25

Resumo 25

Abstract 25

Resumen 26

Introdução 27

Clínicas do Trabalho e Sociologia Clínica 32

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Passos Iniciais 48

Modelo de Intervenção Clínica 52

Considerações Finais 60

Referências 61

"Não é tão fácil assim ao migrante conseguir um emprego, nem mesmo precarizado!": O (não) trabalho para Brasileiros em Portugal 73

Resumo 73

Abstract 74

Resumen 74

Introdução 75

Método 81

Resultados e Discussão 87

Cultura e Rotina 88

Vivências de sofrimento frente ao trabalho (ou ausência dele) 94

Estratégias de defesa e de enfrentamento 102

Suporte social (redes) 104

Saúde Mental 105

Considerações Finais 107

Referências 110

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Intervenção Clínica com Refugiada Venezuelana no Brasil 120

Resumo 120

Abstract 121

Resumen 121

Introdução 122

Método 127

Resultados e Discussão 136

Primeiro encontro 138

Segundo encontro 140

Terceiro encontro 143

Quarto encontro 146

Quinto encontro 147

Sexto encontro 149

Acompanhamento longitudinal 151

Considerações Finais 152

Referências 154

Considerações Finais da Tese 167

Referências da Tese 169

Apêndice A.: Questionário Sociodemográfico, Laboral e de Saúde. 174

Apêndice B.: Self-Report Questionnaire 176

Apêndice C.: List of Migration Experiences 177

Apêndice D.: Entrevista Semiestruturada 179

Apêndice E.: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 180

Apêndice F.: Carta de Anuência 182

Lista de Tabelas e Figuras

Figura 1. "IBGE explica o que é o desemprego"

Tabela 1. Estruturação de Intervenção em Clínica Psicodinâmica do Desemprego

Tabela 2. Dados Sociodemográficos, Laborais e de Saúde

Tabela 3. Resultados SRQ-20

Tabela 4. Lista de Experiências Migratórias

Figura 2. Intervenção em Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Passo a Passo

Tabela 5. Caracterização da participante

Tabela 6. SRQ-20: Aplicação longitudinal

Tabela 7. LiMEs

Tabela 8. Categorias da Análise Temática

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AT	Análise Temática
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CdT	Clínica(s) do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPC	Clínica Psicodinâmica da Cooperação
CPD	Clínica Psicodinâmica do Desemprego
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LiMEs	Escala de Eventos Estressores
MEI	Microempreendedor Individual
OMS	Organização Mundial de Saúde
OT	Organização do Trabalho
PdT	Psicodinâmica do Trabalho
PPG	Programa de Pós-Graduação
QSLS	Questionário sociodemográfico, laboral e de saúde
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
SRQ-20	*Self-Reporting Questionnaire*
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TMC	Transtornos Mentais Comuns

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Intervenção Clínica com Migrantes de Primeira Geração Desempregados

Resumo: Migração e desemprego combinados aumentam o risco de adoecimento psíquico, evidenciando vulnerabilidades múltiplas. Diante disso, a tese analisou os impactos na saúde mental de migrantes de primeira geração frente ao desemprego a partir da proposta de uma "Clínica Psicodinâmica do Desemprego" (CPD). O estudo foi desenvolvido em três artigos. O artigo I fundamentou teoricamente a CPD, apoiando-se em dados secundários e referenciais das Clínicas do Trabalho, como Psicodinâmica do Trabalho, Clínica Psicodinâmica da Cooperação e Sociologia Clínica, estruturando os princípios metodológicos e conceituais que orientaram a pesquisa-intervenção. O artigo II analisou as vivências de cinco migrantes brasileiros residentes na região de Lisboa, abordando o sentido do trabalho, as vivências mediante ausência de emprego e as estratégias de mediação do sofrimento. Foram aplicados questionários sociodemográficos, laborais e de saúde, o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), a escala de eventos estressores (LiMEs) e a linha da vida laboral, consolidando a adequação desses instrumentos para análise mais robusta na etapa de intervenção (onde também foram aplicados). Por fim, o artigo III descreveu a pesquisa-intervenção realizada com Gênesis (refugiada venezuelana ora em situação de desemprego, ora em situação de subemprego), esmiuçando como se deram sete encontros clínicos. A análise evidenciou a importância do reconhecimento e da cooperação para enfrentamento do sofrimento relacionado ao trabalho e indicou melhorias na saúde mental dela, conforme sua própria análise. Assim, a tese conseguiu demonstrar, teórica e empiricamente, a estrutura da CPD, além de seus potenciais emancipatórios no contexto migratório.

Palavras-Chave: desemprego; emigração e imigração; Clínica do Trabalho; saúde mental; intervenção psicossocial.

Psychodynamic Clinic of Unemployment: Clinical Intervention with Unemployed First-Generation Migrants

Abstract: Migration and unemployment combined increase the risk of mental illness, highlighting multiple vulnerabilities. Therefore, this thesis analyzed the mental health impacts of unemployment on first-generation migrants, based on the proposal of a "Psychodynamic Clinic of Unemployment" (PCU). The study was developed in three articles. Article I provided the theoretical foundation for the PCU, drawing on secondary data and references from Work Clinics, such as Work Psychodynamics, the Psychodynamic Clinic of Cooperation, and Clinical Sociology, structuring the methodological and conceptual principles that guided the intervention research. Article II analyzed the experiences of five Brazilian migrants living in the Lisbon region, analyzing the meaning of work, experiences of unemployment, and strategies for mediating suffering. Sociodemographic, work-related, and health questionnaires, the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), the Stressful Events Scale (LiMEs), and the Work-Life Line were administered, consolidating the suitability of these instruments for more robust analysis in the intervention stage (where they were also administered). Finally, Article III described the intervention research conducted with Gênesis (a Venezuelan refugee, sometimes unemployed, sometimes underemployed), detailing how seven clinical encounters unfolded. The analysis highlighted the importance of recognition and cooperation in coping with work-related distress and indicated improvements in her mental health, according to her own analysis. Thus, the thesis demonstrated, theoretically and empirically, the structure of the PCU, as well as its emancipatory potential in the context of migration.

Keywords: unemployment; emigration and immigration; Work Clinic; mental health; psychosocial intervention.

Clínica Psicodinámica del Desempleo: Intervención Clínica con Migrantes Desempleados de Primera Generación

Resumen: La migración y el desempleo, combinados, aumentan el riesgo de enfermedades mentales, lo que pone de manifiesto múltiples vulnerabilidades. Por lo tanto, esta tesis doctoral analizó los impactos del desempleo en la salud mental de los migrantes de primera generación, basándose en la propuesta de una "Clínica Psicodinámica del Desempleo" (CPD). El estudio se desarrolló en tres artículos. El artículo I ha hecho las bases teóricas de la CPD, basándose en datos secundarios y referencias de Clínicas del Trabajo, como la Psicodinámica del Trabajo, la Clínica Psicodinámica de la Cooperación y la Sociología Clínica, estructurando los principios metodológicos y conceptuales que guiaron la investigación de la intervención. El artículo II analizó las experiencias de cinco migrantes brasileños residentes en la región de Lisboa, abordando el significado del trabajo, las experiencias de desempleo y las estrategias para la mediación del sufrimiento. Se administraron cuestionarios sociodemográficos, laborales y de salud, el *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), la Escala de Eventos Estresantes (LiMEs) y la Línea de Vida-Trabajo, consolidando la idoneidad de estos instrumentos para un análisis más sólido en la fase de intervención (donde también se administraron). Finalmente, el Artículo III describió la investigación de intervención realizada con Gênesis (una refugiada venezolana, a veces desempleada, a veces subempleada), detallando el desarrollo de siete encuentros clínicos. El análisis destacó la importancia del reconocimiento y la cooperación para afrontar la angustia laboral e indicó mejoras en su salud mental, según su propio análisis. Así, la tesis demostró, teórica y empíricamente, la estructura del CPD, así como su potencial emancipador en el contexto de la migración.

Palabras-Clave: desempleo; emigración e inmigración; Clínica del Trabajo; salud mental; intervención psicosocial.

Apresentação da Tese

Esta pesquisa nasce de vivências que ocorrem desde meados de 2019, onde atuei como Psicóloga Residente em Saúde Mental acompanhando os processos de Interiorização venezuelana da Operação Acolhida em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre (Gregoviski et al., 2022a). Ainda em um processo principiante de respostas ao caos que se instaurou em Roraima (Brito, 2016; Carneiro, 2018), especialmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, a Operação, que contou com apoio do Estado e de organismos de proteção dos direitos humanos, direcionava venezuelanos a municípios em outras unidades federativas dispostas a acolhê-los e assegurar abrigamento, necessidades básicas (alimentação, moradia), trabalho digno e encaminhamento ao acesso em serviços públicos de saúde, assistência social e educação; intuindo, essencialmente, a integração comunitária e despressurização da sobrecarga experienciada pelos serviços macuxis (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome [MDS], 2025).

Foi muito curioso me deparar com uma realidade tão distante (em termos de vulnerabilidades múltiplas que obrigam a um deslocamento de seu lar) e, ao mesmo tempo, tão próxima daquilo que vivenciei em meu trabalho como psicóloga e, em inúmeras ocasiões, minha vida pessoal. A familiar busca de oportunidades melhores longe de sua casa e família de origem, o recomeço atravessado por dores e preconceitos, a ansiedade persistente diante da incerteza sobre o amanhã, o sofrimento emocional dilacerante frente a solidão, a paralisia em conflito com uma persistência gigantesca e, especialmente, a sensação de não pertencimento, o não encontrar (ou não estar em) o seu lugar, fizeram-se presentes.

O “me tomar” daquilo poderia ter ido a vias discrepantes da proposta de cuidado que buscava como trabalhadora da saúde pública. Porém, de forma contrária, foi combustível para a explosão do desejo de aprender o novo, com todo respeito às interculturalidades. Com isso, a

proposta de formas de cuidado que dialogassem com a clínica ampliada e intersetorial (Braga & Farina, 2024; Lancetti, 2016), direcionadas à construção de uma autonomia cidadã, ao invés de somente com as tradicionalmente patologizantes, transcorreu todo meu processo de ensino em serviço - conforme proposto pela Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (Brasil, 2005a).

Assim, a ação de cuidado a venezuelanos despertou em mim um senso de curiosidade que estava adormecido, minha parte pesquisadora. Por mais que sempre tivesse me causado interesse pensar sobre o que seria migrar, foi a partir daí que surgiu o desejo de ingressar em um Programa de Pós-Graduação (PPG), emergindo com força total. Isto consolidou planos que já haviam habitado em mim: o de retorno à sociedade, em termos de conhecimento científico, ilustrando o quão importante são os programas de incentivo ao acesso universitário (Brasil, 2005b).

O mestrado oportunizou uma experiência paralela entre a pesquisa em campo (com migrantes venezuelanos, questionando a respeito da saúde mental mediante vivências frente ao trabalho) e saúde mental de média complexidade (atuando paralelamente ao mestrado em um Centro de Atenção Psicossocial que, curiosamente, também colocou em meu caminho inúmeras situações de sofrimento migratório). A riqueza da experiência culminou em resultados práticos, com a escuta de uma migrante venezuelana, a partir de vias de emancipação enquanto sujeito trabalhador, palestras e apresentações de resultados obtidos a outros acadêmicos da graduação e pós-graduação, entre outros modos de popularização da ciência; e teóricos, com a produção de três artigos científicos, um capítulo de livro e outros seis resumos publicados (Gregoviski et al., 2021a; 2021b; 2022b; 2022c; Gregoviski & Soares, 2021; Gregoviski & Monteiro, 2023; Pires et al., 2022a; Pires et al., 2022b; Rodrigues et al., 2020; Sei et al., 2022).

Porém, os percalços foram inúmeros: um isolamento diante da catástrofe da COVID-19 gerou pânico não somente naqueles com quem dialoguei para participação na pesquisa, como

em mim mesma. A incerteza sobre se sobreviveríamos àquilo esteve diariamente presente, especialmente conforme os números de mortes não paravam de se tornar um doloroso gráfico em ascensão, representando vidas abruptamente ceifadas e uma resposta de enfrentamento vergonhosamente insuficiente (Cueto et al., 2022).

Ainda com a pandemia, os inúmeros marcadores, não se referindo somente àqueles interseccionais da forma tradicionalmente discutida, mas também se referindo à sobreposição de tragédias vivenciadas, foram outra ruptura nas histórias comigo partilhadas. A ausência de uma rede de apoio consolidada se somou a uma necessidade de isolamento social, que cortou vínculos constituídos ou a possibilidade de outros novos. O pavor, quanto ao grau de exposição que familiares na Venezuela tinham, foi angustiante. Empregos começaram a estabelecer rotinas e, consequentemente, pagamentos diferenciados, e, nisso, o desemprego se tornou uma constante quase insuperável naquele momento. Logo, essas adversidades ocasionaram sofrimentos emocionais, bem como quebras na identidade pessoal e social dos sujeitos participantes (Gregoviski, 2021; Gregoviski & Soares, 2021).

O desemprego, desse modo, estampou minha dissertação ainda mais do que poderia ter sido previsto, surgindo como um sofrimento de vias patogênicas com impactos não somente à identidade do sujeito, como também ao funcionamento de todo um sistema familiar (presente tanto no Brasil quanto na Venezuela). As cargas emocionais presentes em todas estas experiências narradas me levaram a pesquisar, como temática de doutoramento, a abordagem da Psicologia Clínica - como uma dentre os tantos saberes que transpassam as Clínicas do Trabalho (CdT), - diante do desemprego (Gregoviski et al., 2024a), e as respostas foram espantosas: não parece que temos uma estrutura suficientemente coerente de resposta, ora há culpabilização do sujeito, ora há um foco em capacitações laborais, ora há uma negação da concretude daquela situação (Monteiro & Abs, 2009); os dados ainda corroboram com uma

concepção psicopatológica que desmerece todo um olhar estruturante do desemprego enquanto fenômeno social de impacto direto a construção das pessoas.

Com isso, a presente tese intuiu a teorização de uma Clínica Psicodinâmica do Desemprego (CPD), aliada a uma estruturação clínica de cuidado aos sujeitos. Porém, assim como na dissertação, muitas surpresas atravessaram essa escrita: um desmantelamento sem precedentes de um PPG extremamente qualificado e bem avaliado (sendo este um dos últimos escritos que daí serão frutos); uma emocionante viagem a outro continente para aprofundar as proposta nascidas em solo gaúcho; outra catástrofe natural que demarcou mais ainda os impactos ambientais do descuido que temos com a natureza, sendo uma marca que sempre se fará presente ainda que as paredes sejam lavadas: enchentes de abril e maio de 2024 (Maçulo, 2024); e, logo após atuar em um abrigo aos que haviam tido suas casas submersas durante três longos meses, minha inserção no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), sendo que o principal aspecto de minha atuação foi diretamente conectado a esse desastre que destruiu, material e imaterialmente, famílias de nacionalidades diversas, e despontando em um cenário de deslocamento forçado interno por decorrência do clima (Durgante et al., 2025). Ademais, graças a uma oportunidade de intercâmbio laboral proporcionada pelo SJMR, conheci a Operação Acolhida durante uma imersão de uma semana em Roraima; dando ainda mais sentido ao experienciado.

O fechamento do PPG provavelmente foi uma das questões mais impactantes, em termos de desejo de não seguir no campo da educação e da pesquisa no Brasil, tamanha a sensação de injustiça que foi sentida por mim e meus companheiros de luta (movimento estudantil #PPGSFicam!). Ver programas de qualidade inquestionável, bolsas de pesquisa que fomentam o acesso ao âmbito acadêmico e à ciência, pesquisas reconhecidas globalmente, e professores extremamente hábeis e referenciados em suas áreas sendo descartados, foi desestruturante e nos deu a sensação de impossibilidade de seguir uma carreira docente

valorizada diante do crescimento desse movimento de fechamentos injustificados. Afinal, a quem serve tal medida é algo que seguimos nos questionando, mesmo após quase três anos.

Por conta desse controverso encerramento, quase também foi frustrada a possibilidade de vivenciar a totalidade da experiência de intercâmbio acadêmico com o doutoramento sanduíche. Mas, sabendo o quanto aquilo sempre foi um desejo profundo, mobilizei mundos para tensionar que isso ocorresse sem nenhum prejuízo. Ter conseguido participar dessa experiência acadêmica com suporte do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES foi o que me manteve engajada em minha pesquisa naquela época, permitindo-me renovar pensamentos e esperanças na profissão que escolhi.

O período em Portugal foi um ponto de luz essencial perante tantos percalços, permitindo-me, também, vivenciar o ser imigrante durante sete meses em Almada (região de Lisboa), ainda que de um lugar de privilégio inquestionável (Gregoviski et al., 2024b). Foi em Lisboa que eu me propiciei colocar em prática os instrumentos da pesquisa (artigo II), após o início da teorização que tracei junto aos professores que me acompanharam lá (Dr. João Areosa e Dr. Joaquim Gronita) e à minha orientadora (Dra. Janine Monteiro) - refletido no artigo I. Lá, dei-me conta de cenário que cruzam oceanos e são comuns a todos que migram (ditos de primeira geração) a um país considerado mais promissor, bem como particularidades de brasileiros e brasileiras em Portugal (artigo II).

Experimentar Portugal em toda sua magnitude também tornou meu percurso enriquecedor para além das paredes da academia. Estabelecer redes de apoio com brasileiros, portugueses, equatorianos e espanhóis; degustar toda a culinária local; explorar todos os cantos do país; apreciar o fado; entender costumes e sotaques; participar de congressos locais; ir a jogos de futebol e tantas outras experiências, foi um respiro e balizador para minha saúde mental.

Observa-se, sumariamente, que o uso de diferentes terminologias para descrição sobre a qual migração (termo guarda-chuva) se refere, é essencial, tendo em conta o quão diferentes são essas experiências. Nesta tese, imigrantes são considerados aqueles que saem de suas casas com intuito de melhoria na qualidade de vida e empregos, porém sem necessariamente provir de um contexto de violações de direitos (artigo II); diferente de quando se usa o termo migrantes àqueles em deslocamento forçado, pois, para além do intuito de melhorias, migram por não vislumbrar outra opção mediante alguma grave violação de direito humano assegurado, como fome, perseguição política ou religiosa, questões de gênero e orientação sexual, e outros (ACNUR, 1984; Junger et al, 2025; Ministério da Justiça e Segurança Pública [MJSP], 2025; Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná [SJCP], 2025).

Já refugiados (artigo III) são assim considerados quando um determinado Estado reconhece que o país de origem do solicitante de refúgio age como violador de garantias essenciais, ocasionando a necessidade de proteção internacional dada a grave e generalizada violação de direitos humanos. Esse foi o caso de cidadãos venezuelanos a partir de 2019, quando o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) passou a reconhecê-los *prima facie*, ou seja, com base na situação objetiva do país de origem. Sem contabilizar os que solicitam "residência" (outra modalidade documental elegível a migrantes), somam-se mais do que 260 mil venezuelanos solicitantes de refúgio ou já reconhecidos refugiados no Brasil até o momento (Asilo Americas, 2019; Junger et al., 2025; MJSP, 2025; SJCP, 2025).

Destaca-se, contudo, que não entram nessas categorias migrações provindas a partir de outras particularidades. Podendo ser considerados, ademais, apátridas (sem nacionalidade) ou imigrantes com visto humanitário (Junger et al., 2025; SJCP, 2025).

Dito isso, findada minha imigração com intuito estudantil, retornar ao Brasil, algo que tanto desejei, acabou também tendo um gosto amargo ao me deparar com uma enchente sem

precedentes (Maçulo, 2024). Vi-me ilhada e adoecida, com a sensação de não poder apoiar a ninguém ao meu redor, tendo sido um processo demorado superar isso.

Não bastasse os óbvios impactos de um desastre sem precedentes, a enchente fez com que toda a minha pesquisa-intervenção retrocedesse em cronograma e execução. Um importante espaço de suporte a migrantes e refugiados, disposto a sediar a minha coleta de dados por meio de grupos para promoção de saúde mental àqueles vivenciando o desemprego, foi totalmente inundado, ficando mais de um semestre fechado ao público e, logo, sem conseguir levar a pesquisa às vias de fato; ademais, o fechamento, consequentemente, deixou pessoas em situação de vulnerabilidades múltiplas ainda mais desassistidas durante esse período.

Recomecei a estruturação de meu calendário e a busca de espaços que estivessem dispostos a falar sobre a lacuna prática e teórica no cuidado a migrantes de primeira geração desempregados. Alguns, até mesmo pelo não acesso de migrantes ao espaço por conta das dificuldades financeiras agravadas com a enchente, não aceitaram essa implementação da pesquisa.

Porém, com a rede estabelecida por mim ao atuar nos abrigos aos desalojados pela enchente, encontrei um espaço que se mostrou como uma possibilidade: um espaço institucional de recepção e acolhimento a venezuelanos provindos da Operação Acolhida. Lá, as percepções e preocupações eram condizentes com a ideia da tese, porém em um cenário completamente diferente do inicial.

Com essa reestruturação, foi necessário compreender que as questões próprias do local estariam presentes com certa predominância, aliado à temática do trabalho, do emprego ou do desemprego, já que se tratava de participantes em uma instituição de recepção a migrantes e refugiados - sendo um local chave para a concretização da acolhida de venezuelanos no país. Dito isso, e mediante principal objetivo da tese (realizar uma pesquisa-intervenção clínica,

subsidiada na CdT e propondo uma CPD, para a promoção de saúde mental a migrantes de primeira geração desempregados), este manuscrito se estrutura em três artigos.

No artigo I, teoriza-se a CPD, a partir de referenciais teóricos claros: CdT, Psicodinâmica do Trabalho (PdT), Clínica Psicodinâmica da Cooperação (CPC) e Sociologia Clínica. Apresenta-se, desde este artigo, passos pensados para a concretização de uma pesquisa-intervenção à promoção de saúde mental de migrantes de primeira geração desempregados coerente com a proposta paradigmática da CPD. Reforça-se que o artigo Gregoviski et al. (2024a) foi um passo anterior, à época do doutoramento sanduíche, que foi de fundamental importância para os pilares da teorização da CPD, ao desvendar lacunas e aprofundar os paradigmas utilizados para o embasamento teórico do projeto de tese.

O artigo II é espelho do período de doutorado sanduíche, pois traz a pesquisa feita com cinco brasileiros residentes na região da grande Lisboa. Discutiram-se, como previsto nos objetivos do projeto de tese, o sentido do trabalho, as vivências frente ao trabalho (ou sua ausência) e as estratégias de mediação do sofrimento. Ademais, os instrumentos previstos foram aplicados, consolidando a ideia de que seriam adequados para uma análise mais robusta na pesquisa-intervenção: questionário sociodemográfico, laboral e de saúde (QSLS); *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20); escala de eventos estressores (LiMEs); e linha da vida laboral.

Finalmente, o artigo III descreve e analisa a pesquisa-intervenção embasada na CPD. Para além de replicar análises do artigo II, descreveu com detalhes todos os sete encontros realizados (seis recorrentes mais o de acompanhamento) - garantido pela fidedignidade da transcrição dos áudios, leitura de diários de campo e memoriais. Analisou a importância do reconhecimento e da cooperação para o enfrentamento do sofrimento que provém do desemprego. Ademais, a equiparação dos resultados obtidos no SRQ-20, bem como do discurso da participante, ilustra a influência do acompanhamento na melhora de aspectos da saúde

mental de Gênesis (nome fictício escolhido pela participante), dando indícios de uma possibilidade concreta de teoria e ferramenta prática para efetivamente proporcionar espaços de saúde mental a migrantes e refugiados de primeira geração que estejam desempregados.

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Ensaio Teórico

Psychodynamic Clinic of Unemployment: Theoretical Essay

Clínica psicodinámica del desempleo: Ensayo teórico

Resumo: O ensaio teórico concebeu o desemprego como uma experiência subjetiva, social e balizadora da saúde mental ao constituir a identidade dos sujeitos. Defendeu que transcende a ausência de ocupação formal, pois há dimensões simbólicas, práticas e identitárias do trabalho. Assim, utilizando-se de dados secundários e análise temática destes, objetivou a estruturação da Clínica Psicodinâmica do Desemprego (CPD), fundamentada nas Clínicas do Trabalho e na Sociologia Clínica. Operacionalizaram-se conceitos como emprego, desemprego, trabalho informal e trabalho, articulando-os a uma análise crítica do trabalho na contemporaneidade e nos processos neoliberais. Ainda, colocou como estruturantes à CPD: sentido do trabalho, vivências frente ao desemprego, estratégias de enfrentamento, intensidade de sentimentos danosos e, principalmente, os processos de reconhecimento e cooperação. Logo, propôs-se um modelo de intervenção, como espaço de fala, escuta e ressignificação, estruturado em seis encontros. Por fim, planificou-se uma intervenção direcionada ao acolhimento, ressignificação de sentimentos, estratégias de enfrentamento, valorização de trajetórias e saberes, reconhecimento e cooperação. O reconhecimento simbólico e a cooperação emergiram como eixos centrais para a elaboração psíquica e o fortalecimento da saúde mental, indicando que a CPD constitui potencial teórico e metodológico, articulando rigor conceitual e aplicação clínica.
Palavras-chave: desemprego; subemprego; saúde mental; intervenção psicossocial.

Abstract: This theoretical essay considered unemployment a subjective and social experience that underpins mental health by constituting individuals' identities. It argued that unemployment transcends the lack of formal employment, as work has symbolic, practical, and identity-based

dimensions. Using secondary data and thematic analysis, the study aimed to structure the Psychodynamic Clinic of Unemployment (PCU), based on Work Clinics and Clinical Sociology. Concepts such as employment, unemployment, informal work, and labor were operationalized, articulating them with a critical analysis of contemporary work and neoliberal processes. Furthermore, the PCU was structured around the meaning of work, experiences with unemployment, coping strategies, the intensity of harmful feelings, and, most importantly, the processes of recognition and cooperation. Therefore, an intervention model was proposed as a space for conversation, listening, and reframing, structured around six meetings. An intervention was then planned, focusing on welcoming, reframing feelings, coping strategies, valuing experiences and knowledge, recognition, and cooperation. Symbolic recognition and cooperation emerged as central axes for psychological development and strengthening mental health, indicating that PCU has theoretical and methodological potential, combining conceptual rigor and clinical application.

Keywords: unemployment; underemployment; mental health; psychosocial intervention.

Resumen: Este ensayo teórico consideró el desempleo como una experiencia subjetiva y social que sustenta la salud mental al constituir la identidad de los individuos. Argumentó que el desempleo trasciende la falta de empleo formal, ya que el trabajo tiene dimensiones simbólicas, prácticas e identitarias. Utilizando datos secundarios y análisis temático, el estudio buscó estructurar la Clínica Psicodinámica del Desempleo (CPD), con base en las Clínicas Laborales y la Sociología Clínica. Se operacionalizan conceptos como empleo, desempleo, trabajo informal y trabajo, articulándolos con un análisis crítico del trabajo contemporáneo y los procesos neoliberales. Además, la CPD se estructuró en torno al significado del trabajo, las experiencias con el desempleo, las estrategias de afrontamiento, la intensidad de los sentimientos nocivos y, fundamentalmente, los procesos de reconocimiento y cooperación. Por

lo tanto, se propuso un modelo de intervención como un espacio de conversación, escucha y replanteamiento, estructurado en torno a seis sesiones. Así, se planificó una intervención centrada en la acogida, el replanteamiento de sentimientos, las estrategias de afrontamiento, la valoración de experiencias y conocimientos, el reconocimiento y la cooperación. El reconocimiento simbólico y la cooperación surgieron como ejes centrales para el desarrollo psicológico y el fortalecimiento de la salud mental, lo que indica que el CPD tiene potencial teórico y metodológico, combinando rigor conceptual y aplicación clínica.
Palabras clave: desempleo; subempleo; salud mental; intervención psicosocial.

Introdução

O trabalho é abordado desde os primórdios, ora colocado como tortura, ora como meio de dignificação do sujeito, porém, independentemente como, a discussão acerca dele sempre se faz presente (Fernandes et al., 2022; Lhuilier, 2014; Tolfo & Piccinini, 2007). Para Gaulejac (2007; 2024), o trabalho diz respeito a um saber-fazer que produz (dimensão do fazer), remunerado financeira e/ou simbolicamente (capital econômico, social, cultural e simbólico que compõem a dimensão do ter), e que fundamenta a existência social e outorga uma identidade aos sujeitos (dimensão do ser). Isso significa que trabalhar não é apenas produzir, vai muito além disso.

Nesta gama de conteúdos, o desemprego aparece, especialmente ao emergir na era do neoliberalismo, como algo que caracteriza a pessoa em termos de valor, em resultado de uma ocupação laboral formal. Isto, comumente, afeta diretamente a saúde mental dos sujeitos, pois a eles incumbe sofrimento, alienação e insegurança (Antunes, 2009; 2020; Braz et al., 2024; Dejours, 2006; Sennett, 2015).

> Convém, portanto, compreender mais a fundo as dinâmicas contraditórias que atravessam a relação com o trabalho hoje. Se ele é um motivo de sofrimento, é

> também um lugar de prazer. Se é portador de alienação, é igualmente um meio de realização de si. Ele é fundador da existência social, pelos direitos e pela proteção que gera, e fator de insegurança, pois a perda de emprego é um drama que pode tomar a forma de uma "morte social" (Gaulejac, 2024, p. 67).

Por mais que se tenha um conceito estabelecido sobre o que é o emprego (entendido como trabalho formal) e sobre o que é o desemprego, percebe-se que tais conceituações se modificam e requerem avanços e atualizações com celeridade. Para a construção da base do diálogo que será feito neste artigo, é importante aclarar a ideia teórica do conceito de "desemprego" a partir da definição de órgãos tidos como referência na temática e atuantes em pesquisas sobre a situação laboral de cidadãos brasileiros ou outras pessoas que vivem no Brasil e, dentre eles, destacam-se: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Para o IBGE (2024; 2025), o desemprego remete a pessoas em idades aptas para o trabalho, e que não o fazem pela não contratação por parte das empresas, por mais que estejam em uma busca para (re)colocação profissional. Nesse contexto, utiliza-se a ideia de **desemprego aberto**, ou seja, pessoas que trabalharam em algum momento, mas, independentemente do porquê, não possuem êxito ao buscar a reinserção. As exceções a isto ocorreriam com pessoas que não estão desocupadas mesmo sem um emprego formal, como empreendedores, autônomos, estudantes e donas de casa - considerados, porém, fora da força de trabalho potencial. É importante pontuar que há, também, o desalento dentre estes conceitos: seriam **desalentados** as pessoas fora da força de trabalho potencial, mas, diferente dos exemplos acima, com desejo e disponibilidade de trabalho, porém não procuram a inserção pela crença de que não seriam contratadas (IBGE, 2024). Essa ideia já foi expressa por Forrester (1997), quando refere que essa "categoria de pessoas" é designada como os supérfluos, ou seja, são

trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, os quais a economia de mercado (neoliberal) pretende rotular como nefastos para a sociedade. Isso representa, de forma muito marcante, o quanto este modelo econômico é profundamente desumanizado.

Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, pesquisa promovida pelo IBGE (2024; 2025), dentro da porcentagem de pessoas na força de trabalho, desemprego e **desocupação** são considerados sinônimos, conforme a Figura 1. Assim, conforme tais dados, no segundo trimestre de 2025 se sinaliza o montante de 6.3 milhões de sujeitos desocupados (redução de 1.2 milhões quando comparado aos dados de 2024).

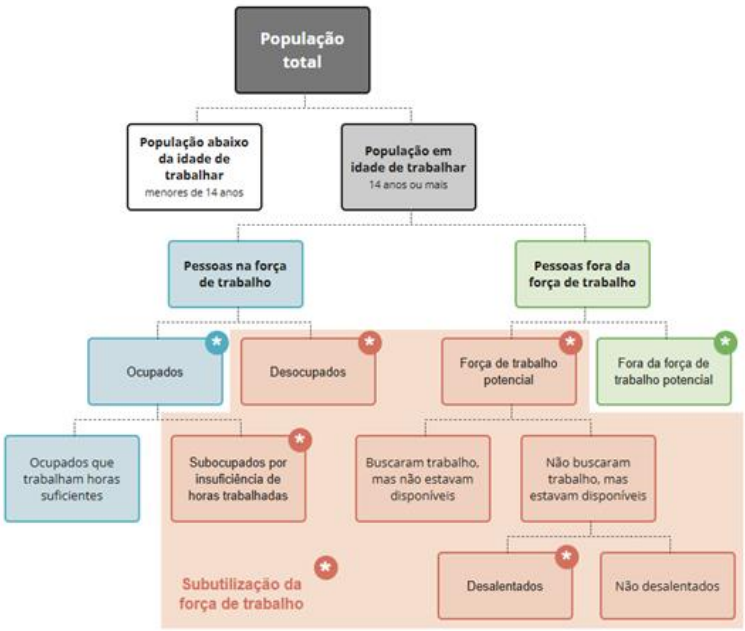


Figura 1. “IBGE explica o que é o desemprego” (IBGE, 2025).

Já o DIEESE, conforme registros de 2009, estabeleceu caracterizações sobre emprego e desemprego que, ainda que já tenham se passado quase duas décadas, são utilizadas até o momento. São elas: **desemprego aberto** (comportando sujeitos em busca de trabalho nos 30 dias anteriores e sem exercer atividade remunerada nos últimos sete dias), **oculto pelo trabalho precário** (pessoas que, em algum momento dos últimos doze meses, buscaram mudança para um trabalho formal - com contratos legais e certas garantias trabalhistas) e **oculto pelo**

desalento (quando houve uma ou mais buscas no último ano, mas, em decorrência de o sujeito se sentir desestimulado frente às possibilidades do mercado e trabalho formal ou por circunstâncias imprevistas, não foi exercida nenhuma busca para inserção nos últimos 30 dias).

De acordo com o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), DIEESE, em escritos mais recentes (DIEESE, 2011; 2025), o conceito de desemprego comporta, ainda, a categorização em aquele que é **voluntário** (escolha diante de uma decisão que pode, ou não, ser em decorrência das ofertas disponibilizadas), **involuntário** (em uma busca ativa infrutífera), **friccional** (também chamado de temporário, dando-se em movimentos de reestruturação de modelos sociolaborais, quantia de vagas acima do percentual de sujeitos desempregados e o próprio período de transição do trabalhador entre empregos), ou **oculto** (causado por trabalho precário ou desalento, corriqueiro no panorama contemporâneo). Têm-se que o ponto de equilíbrio ocasionaria a inexistência do desemprego involuntário e as estatísticas sobre a quantidade de pessoas em situação de desemprego seria formada unicamente pelo friccional (DIEESE, 2009; 2011). Questiona-se, porém, como ocorreria o levantamento de dados contemplando o desemprego oculto, especialmente por frequentemente se tratar de sujeitos invisibilizados e silenciados.

Ainda que se entenda que há uma taxa natural de desemprego, composta pela análise entre aqueles trabalhadores capacitados e o estoque total de força de trabalho (DIEESE, 2011), as preocupações ocorrem pelas oscilações constantes nos últimos anos, e pelos aumentos críticos dessa população durante e após a pandemia da COVID-19 no Brasil (Barros, 2021; Mattos & Soares, 2023). Porém, conforme DIEESE (2011) e Massi et al. (2012), neoclássicos expõem que a grande problemática não é a escassez de emprego, mas a insuficiente qualificação para as mudanças tecnológicas e exigências do mercado, o que leva a um **desemprego de longo prazo** e, invariavelmente, instaura o **desemprego estrutural**.

Contudo, é possível questionar até que ponto é coerente estimular produções que remetem a uma busca constante por qualificação e, logo, causam cobrança excedente ao sujeito que já se encontra em uma situação de maior vulnerabilidade psicossocial quando comparado a outros já inseridos profissionalmente? Estaria, isto, responsabilizando o próprio indivíduo por reestruturações neoliberais que, naturalmente, facilitam o desemprego e/ou o trabalho informal?

Compreende-se que para além da qualificação profissional, há de se levar em conta outros aspectos. Recessões econômicas, desastres naturais, pandemias, existência ou não de *networking*, experiência pregressa, características individuais, interseccionalidades (gênero, raça, sexualidade, nacionalidade etc.), estímulo à informalidade, redução das garantias trabalhistas, entre outros, também desempenham um papel protagonista que não pode ser ignorado (Antunes 2009; Araújo & Antigo, 2016; Costa, 2020; Gaulejac, 2024; Massi et al, 2012; Mattos & Soares, 2023; Pochmann, 2015). Esses contextos complexos parecem indicar a necessidade de intervenções em inúmeras áreas: psicossocial, socioeconômica, política, educacional, entre outras; ilustrando a complexidade da problemática que vai na contramão de respostas simplistas, reducionistas e acusatórias aos sujeitos, podendo inclusive se tornar agravantes desses contextos, causando prejuízos emocionais.

Mediante isso, teme-se que o desemprego possa ocasionar algo semelhante a uma servidão contemporânea, na qual o sistema que adoece, também auto culpabiliza os sujeitos pela sua descartabilidade, ou os torna perversos. Tais aspectos podem ser desencadeados por conta de inúmeras injustiças sociais, banalizando e negligenciando as vulnerabilidades às quais as pessoas estão sujeitas e levando ao que Sennett nomeia de corrosão do caráter (Sennett, 2015). Em contraponto, o emprego promoveria a justiça social, ao influir na concretização de uma existência digna e autônoma aos sujeitos enquanto um direito humano fundamental (Marinho & Mendes, 2023).

Por óbvio, seria incoerente propor que este artigo contemplasse em profundidade todos esses aspectos. A partir disso, o ponto de vista psicossocial foi enfatizado daqui em diante. Não obstante, esclarece-se que, para fins unicamente didáticos, as nomenclaturas utilizadas como termos guarda-chuva foram: **"desemprego"** para remeter àquele considerado "desemprego aberto", "voluntário", "involuntário", "friccional" ou "oculto pelo desalento"; **"trabalho informal"** para aquele considerado "oculto pelo trabalho precário"; **"emprego"** exclusivamente para remeter ao trabalho formal, com garantias das leis trabalhistas brasileiras; e **"trabalho"** como um conceito amplo que transcende vias laborais formais ou informais, endereçando a terminologia aos aspectos práticos e simbólicos do ato de trabalhar.

Clínicas do Trabalho e Sociologia Clínica

Em aspectos clínicos, percebe-se uma ausência preocupante de artigos teóricos, metodológicos ou investigativos sobre o desemprego que compreendam seus múltiplos causadores ou agravantes, especialmente quando se analisa e se direciona o olhar a populações submetidas a vulnerabilidades múltiplas (Gregoviski et al., 2024). Dissocia-se, muitas vezes, os aspectos sociais supracitados daqueles entendidos como psicopatológicos, ignorando questões centrais para a saúde mental que são atravessadas pela temática do trabalho. De certo modo, pode-se afirmar que, na atualidade, o trabalho é um dos principais palcos do sofrimento humano e que o desemprego não pode gerar segurança psicológica (Areosa, 2021; Edmondson, 2024).

Com isto em conta, este manuscrito **objetiva construir teoricamente caminhos para a estruturação de uma Clínica Psicodinâmica do Desemprego** (CPD). Utilizar-se-á, como ponto de partida, de métodos qualitativos exploratórios (Godoy, 1995), sendo um estudo teórico (Montero & León, 2005), com buscas de fontes secundárias que versam sobre aspectos clínicos e sociais da temática sem dissociá-los, com o objetivo de complexificar o debate sobre a

temática. Essa imersão se deu com a leitura de artigos científicos, capítulos e livros completos, participação em seminários para o encontro de outras possibilidades teórico-práticas (que colaborassem com o intuito e leitura de tais autores), discussão ativa com professores consagrados em suas áreas de ensino e pesquisa (e coautores desta pesquisa) e semelhantes. Ao fim, os achados foram elencados abaixo, com auxílio da análise temática (Braun & Clarke, 2006), de acordo com o esqueleto criado pela pesquisadora principal.

Empregou-se especialmente os conceitos norteadores das Clínicas do Trabalho (CdT) por compreender que possibilitam uma articulação entre aspectos psíquicos e sociais frente ao trabalho, ainda que não se ocupem de uma discussão mais aprofundada sobre a ausência da inserção laboral. As CdT se constituem por diversas abordagens e práticas, onde é possível destacar a Psicodinâmica do Trabalho (PdT), a Clínica Psicodinâmica da Cooperação (CPC; entendida como uma pesquisa-ação estruturada), a Psicossociologia, a Ergonomia e a Clínica da Atividade, que convergem ao estudar sobre a relação existente entre a centralidade do trabalho e a subjetividade humana, jamais provocando uma cisão entre os aspectos psicossociais envoltos (Abs & Monteiro, 2010; Bendassolli & Soboll, 2011; 2021; Braz et al., 2024; Ghizoni, 2013; Vieira et al., 2018).

> Apresenta [referindo-se às CdT quando comparadas a abordagens positivistas] uma complexidade maior no sentido de filiações paradigmáticas, formas de engajamento, postura do psicólogo e, notadamente, áreas de atuação. Um ponto que talvez seja comum entre essas abordagens é seu reconhecimento de que o sofrimento no trabalho, além de possuir várias formas de manifestação, enraíza-se em questões de cunho social, econômico e cultural amplos (Bendassolli & Soboll, 2011, p.69-70).

Para Bendassolli e Soboll (2021), o fazer das CdT se situa no campo do coletivo de trabalhadores e da situação de trabalho (com o sujeito em um polo, e o trabalho e o ambiente em outro). Os pressupostos se encaminham para uma visão crítica sobre o trabalho contemporâneo e o impacto na saúde dos sujeitos, refletindo sobre processos de sofrimento. Transversalmente, a Sociologia Clínica (Braz et al., 2024; Gaulejac, 2024), que dialoga expressivamente com a CdT da Psicossociologia, também embasou este estudo, já que aborda as raízes sociais das questões de trabalho contemporâneo e, ademais, compreende a necessidade de uma postura clínica e escuta complexa.

Portanto, ao compreender que o trabalho jamais será neutro, tais teorias investigam a centralidade do trabalho, os sentidos do trabalho, a atividade laboral, o trabalho real (concreto) *versus* o trabalho prescrito (normas), o reconhecimento, as raízes do sofrimento laboral, a construção da identidade do trabalhador, a cooperação, os coletivos organizados, as mobilizações que emergem, as estratégias para lidar com os impasses e possibilidades de melhorias na situação de vida dos sujeitos, entre outros (Antunes, 2009; Bendassolli & Soboll, 2011; 2021; Braz et al. 2024; Gaulejac, 2024). Outrossim, em especial às CdT, concentram-se na investigação sobre reações sócio psíquicas frente à divergência dos sujeitos com a Organização do Trabalho ([OT] aquela que instaura a divisão entre as tarefas a serem concretizadas, ou seja, o trabalho prescrito; as funções dos sujeitos; as normas e formas de controle), e as ações (individuais ou coletivas) daí provenientes, intuindo identificar processos de dominação, resistência, invisibilização dos trabalhadores, formação de subjetividades e outros (Araujo & Oliveira, 2019; Dejours, 2014; Mendes, 2007; Sznelwar et al., 2011).

O aspecto clínico, desse modo, não é puramente focado no sujeito, mas no coletivo - plural que é composto por inúmeras vozes. Mendes (2007), bem como Mendes e Araujo (2012), coloca a potência da clínica como um espaço de fala, escuta e ressignificação dos sofrimentos,

em que a palavra circula e se constrói um ambiente propício para a mobilização subjetiva, sendo fundamental a exploração do seu potencial teórico e prático:

> Com isso, reafirma-se a potência da clínica PdT que - como entendemos - pode ser ampliada em diferentes tipos de clínica, uma vez que os objetos são os mesmos: o espaço de fala-escuta sobre o trabalho, o sofrimento, as defesas, as patologias e a saúde mental. O foco na cooperação ou nas patologias são variações na abordagem desses objetos. Além disso, o referencial teórico dá sustentação para essas diversas práticas, sendo, portanto, fundamental explorar todo seu potencial metodológico (Mendes & Araujo, 2012, p. 66).

Contudo, elucida-se que, apesar do trabalho ser frequentemente relacionado ao emprego com o respaldo das leis trabalhistas, até mesmo convergindo com as definições do IBGE (2024) e DIEESE (2009, 2011), nota-se a diminuição na oferta desses postos laborais. Provoca-se, assim, o crescimento da instabilidade e da precarização, caracterizadas por terceirizações e flexibilizações inerentes ao sistema de capital flexível e de produção neoliberal, conforme já referido. Nesse ponto, é possível elencar que os trabalhadores frequentemente oscilam entre a ausência ou a precarização de trabalhos, até mesmo assumindo uma postura de gerente de si mesmo (autônoma, indefinida e com ausência de quaisquer garantias ou benefícios) e, em muitos termos, gerando questionamentos sobre o que se configuraria como trabalho análogo à escravidão em tais parâmetros, sendo uma discussão que requer atenção ao se pensar no aspecto da coletividade e da mobilização dos sujeitos (Antunes, 2020; Casulo, 2023; Dejours, 2006; Mattos & Soares, 2023; Vieira et al., 2018).

> Pode-se citar que, em se tratando de retrocesso social, é cristalino que no Brasil há situações em que os direitos humanos e as garantias fundamentais são obstadas frente às mudanças retrógradas da legislação e entendimento

> jurisprudencial (...) o Brasil passa por significativas incertezas e inseguranças jurídicas, reduzindo a importância dos trabalhadores a fim de enaltecer as grandes empresas (...) a exploração do homem ainda é muito comum na atualidade, mesmo após um século da abolição da escravatura. Todavia, essas condições ainda continuam vigorando e enraizando cada vez mais no cenário capitalista tão vigente (Mattos & Soares, 2023, p. 88-89).

Esse cenário pode inaugurar uma nova forma de servidão contemporânea à qual os trabalhadores são submetidos, e que necessita estar em vista a teorias clínicas que preconizam o sujeito. Servidão, esta, caracterizada pela insegurança laboral e ausência de direitos trabalhistas, para além de exigências de alta performance e qualidade total, excelência, incansável autoaperfeiçoamento, imediatismo e habilidades multitarefas, conectadas à ilusão de possibilidade de sucesso meritocrático que suscita competitividade e individualismo (Antunes, 2020; Areosa, 2019; Augusto et al., 2014; Dejours, 2006; Gaulejac, 2007; Guimarães & Hirata, 2006; Han, 2015; Mandelbaum & Ribeiro, 2017; Mattos & Soares, 2023; Navarro, 1998; Pinheiro & Monteiro, 2007; Ribeiro, 2009).

A desregulamentação, igualmente, cria instabilidades e piora as condições nas quais esses sujeitos vivem. Faz-se necessário, portanto, olhar o cenário político para compreender o que desembocou neste quadro e, a partir disso, problemas sociais como o desemprego serão mais bem compreendidos, assim como o impacto que causam aos sujeitos e àqueles que estão em seu entorno. Percebe-se que esse panorama ocasiona modificações do espaço tido como social em um espaço de interesses privados. Logo, o desemprego adquire uma complexidade ainda maior, tornando-se uma questão estrutural que amedronta até mesmo aqueles que ocupam uma posição empregatícia formalizada pelas leis trabalhistas (Antunes, 2020; Areosa, 2019; Augusto et al., 2014; Braz et al., 2024; Dejours, 2006; Gaulejac, 2007; Guimarães & Hirata,

2006; Han, 2015; Mandelbaum & Ribeiro, 2017; Mattos & Soares, 2023; Navarro, 1998; Pinheiro & Monteiro, 2007; Ribeiro, 2009).

Nesse modelo, o emprego representa a estabilidade e, complementar a isto, surge o **subemprego**, núcleo instável marcado pela ocupação de postos informais e sem nenhum direito trabalhista garantido, sendo visto por muitos sujeitos em situação de desemprego como única alternativa de sobrevivência. O **desemprego** (núcleo degradado) deixa de ser algo temporário, cronificando a exclusão de parcela da população e gerando temor aos que possuem uma ocupação profissional. É nesse quadro que o desemprego, e não apenas o trabalho, começa a ser um aspecto central na identidade (pessoal e social) dos sujeitos, pois gera severas consequências psicossociais que afetarão a sua subjetividade e saúde mental (Ribeiro, 2009). Estar desempregado representa uma ferida aberta na identidade do trabalhador e na sua subjetividade, dado que se traduz numa ausência, quer simbólica quer real, acerca da necessidade de contribuir para o bem comum. O desempregado sente que este contributo lhe foi amputado. Nas palavras de Sennett (2006), o desemprego faz pairar sobre a mente dos trabalhadores aquilo que é designado por "fantasma da inutilidade".

Antunes (2009; 2020) entende que a centralidade contemporânea do trabalho define os sujeitos como seres sociais e históricos, adquirindo caráter ontológico. Isso se torna ainda mais marcante quando aborda o conceito de classe-que-vive-do-trabalho, atualizando o conceito marxista de classe para o modelo de gestão neoliberal que se instaura. Se o trabalho representa a principal fonte de subsistência para a esmagadora maioria da população mundial, o desemprego relega os trabalhadores para a ultraperiferia da existência e da dignidade humana (Areosa, 2022). Por mais que o trabalho tenha um papel determinante na formação da sociedade, ao ser estruturante da identidade das pessoas, compreende-se que vigora sob a lógica da acumulação do capital, o que, invariavelmente, atrela-se às desigualdades. Ademais, não se

pode negligenciar as consequências individuais e coletivas que advém disso, sendo o desemprego e subemprego exemplos disto.

Sennett (2015) corrobora com a ideia de que o trabalho se conecta à constituição dos sujeitos, e ressalta que o desemprego (como algo que se tornou uma "praga" [p. 211] e que causa a percepção de inutilidade social) e outras consequências da precarização laboral levam à fragmentação da identidade pessoal, além de uma estagnação das habilidades laborais que possuem, tornando-se um ciclo que vai se retroalimentando ao dificultar ainda mais a reinserção em postos de trabalho. Para tanto, este artigo compreende que o desemprego, a partir da afirmação de trabalho como elemento central (objetivo e simbólico), pode se tornar um fantasma da inutilidade social para aqueles que o vivenciam, lacerando-os socialmente (Gaulejac, 2024; Sennett, 2015).

Christophe Dejours (2006), pesquisador que inaugura a teoria da PdT, reforça que a identidade dos sujeitos é alicerçada no trabalho, restando àqueles que vivenciam o **desemprego primário** (que não conseguiram se empregar) ou **crônico** (não conseguiram se reempregar) uma "dessocialização progressiva" (p.19) que gera sofrimentos e adoecimentos orgânicos e emocionais. Para ele, os sujeitos sem trabalho são vitimados por uma injustiça social, ilustrada no desemprego, pobreza e exclusão social; e a banalização dessa injustiça se dá na medida em que as sociedades se silenciam, tornando-se coniventes - inclusive pelo medo de que os sujeitos possuem em serem as próximas vítimas - e gerando a ausência de movimentações coletivas.

Entretanto, para melhor compreensão de como essa dinâmica afeta os sujeitos em situação de desemprego, é importante analisar alguns conceitos discutidos em diversas pesquisas. São eles: sentido do trabalho (amplamente discutido dentro das CdT) como indicador de qual o lugar que ocupa na vida dessas pessoas e de como constrói suas identidades (também discutido como "sentido de vida"), vivências que têm enquanto sujeitos desempregados (visto que isto é, geralmente, marcado por um lugar de exclusão e não pertencimento em que se

reproduzem discriminações), estratégias de defesa e de enfrentamento usadas por esses trabalhadores desempregados, intensidade de sentimentos danosos (culpa, fracasso, inutilidade, incompetência, vulnerabilidade) e da ausência de reconhecimento, desenvolvimento de um projeto de vida, isolamento social e solidão, e amparo recebido pelos pares e pela rede de suporte social por intermédio da solidariedade e da cooperação. Assinala-se que, dentre esses fatores, o apoio social adquire significativa importância nos estudos, configurando-se como um dos aspectos centrais dessa dinâmica (Abs & Monteiro, 2010; Barbosa et al., 2021; Bendassolli & Soboll, 2021; Brun & Monteiro, 2017; Fossion et al., 2002; Leão et al., 2017; Oliveira & Mendes, 2014; Zunzunegui et al., 2006).

Compreende-se que os fatores acima mencionados são contemplados pelo entendimento de trabalho tido nas CdT. Para elas, o ato de trabalhar é carregado de sentido, sendo este construído ao longo da história daquele sujeito, suas relações familiares e interpessoais, sua cultura, suas crenças e seus valores. A identidade do sujeito é, outrossim, formada a partir dessa multidimensionalidade do trabalho, que remete tanto à inserção quanto à integração, logo, a perda do seu sentido remete a uma crise (Gaulejac, 2024). As ações, os pensamentos e os sentimentos influenciam e são influenciados pelo sentido que o trabalho possui àquela pessoa, logo, entende-se que é algo diretamente relacionado à saúde mental (Brun & Monteiro, 2017; Tolfo, 2015).

O sentido do trabalho se conecta a dimensões subjetivas e ontológicas. Eis, portanto, o porquê de ser essencial na construção identitária dos sujeitos. Liga-se à realização pessoal, podendo inclusive ter seu significado em dimensões sócio-históricas daquele contexto em si. Desse jeito, não se pode criar rupturas entre o sentido que é atribuído ao trabalhar e entre o sujeito fora dele, pois são interligados. Esse sentido deve estar para além do capital, para além do assalariamento (Antunes, 2009; 2020; Ferraz & Fernandes, 2019; Tolfo & Piccinini, 2007).

Analisar o contexto laboral e as forças que nele agem (sejam elas visíveis ou não, objetivas, subjetivas, psíquicas, sociais, políticas ou econômicas) é indispensável para a melhor compreensão sobre a dinâmica que se dá entre os sujeitos e o trabalho, contemplando-se o sentido atribuído ao trabalhar, as vivências que podem desembocar, as estratégias para arcar com as contradições laborais frente à OT, as patologias sociais (a exemplo da perversão, violência, servidão e solidão) e os processos de saúde-adoecimento mental (Dejours, 2014; Mendes, 2007). Em um cenário de intensificação da precariedade, da flexibilidade laboral e do desemprego, questiona-se como essa dinâmica operará e quais os impactos que podem acarretar àqueles mais vulneráveis (Dunlavy et al., 2019; Gaulejac, 2024; Gregoviski et al., 2024; Mendes, 2007). Entre outros aspetos, as sensações de fracasso e de mal-estar estarão quase sempre presentes.

Admite-se, ainda, que as vivências relacionadas ao trabalho (compreendendo-se, também, a falta dele) contemplam experiências das quais emergem ora o prazer laboral, ora o sofrimento (Dejours, 1988; Mendes, 2007). Conforme Gaulejac (2024, p. 69) “O trabalho, portanto, tem faces opostas (...) é um elemento nodal da construção de si como sujeito, traz prazer, sentido (...) do outro, pode ser o lugar da alienação, da opressão, gera sofrimento, incoerência, elementos subjetivos de mal-estar”.

O sofrimento é entendido como inerente ao trabalho. Por outras palavras, não há trabalho sem sofrimento, pois o ser humano o experiencia quando entra em contato com sentimentos de desamparo e fracasso, algo que remete a conteúdos inconscientes e são tidos como necessários no cotidiano laboral, dado que podem ser alavanca para o processo de ressignificação e transformação daquilo que causa incômodos e angústias (chamando-se de sofrimento criativo). O sofrimento criativo seria, ainda, raiz para as vivências de prazer se desenvolverem (Dejours, 1988; Mendes & Araujo, 2012). Assim, os diferentes sintomas de sofrimento no trabalho não são estritamente negativos. A partir de um determinado ângulo, eles

exprimem a resistência do sujeito face ao risco da alienação. Manifestam o trabalho das contradições em sua interioridade. Mostram que algo na sua subjetividade resiste (Gaulejac & Hanique, 2024).

De outro modo, quando as vivências de sofrimento se perpetuam e não encontram estratégias de defesa ou de enfrentamento eficazes, o adoecimento pode se tornar uma realidade, levando ao sofrimento patogênico (Dejours, 1988; Mendes & Araujo, 2012). Compreende-se que o desemprego pode ocasionar sofrimento e desgaste mental (conectado à ideia de perda e suscitando desgaste físico, psicofisiológico e simbólico) em decorrência do intenso desamparo que impõe ao trabalhador a submissão a uma gestão que age de modo perverso e dominante (Seligman, 2016; Seligmann-Silva, 2015).

O desamparo, como algo concreto (material) ou social (com reduzida participação social), foi discutido amplamente em obras freudianas e de psicanalistas que se seguiram como uma experiência que acompanha o sujeito desde o seu nascimento, ante a frustração e sentimentos de incompletude, e que requer superação. Hodiernamente, o desamparo pode ser o motor para reações mediante a exclusão social que dessubjetiva o sujeito, negando-o como semelhante, o que, por vezes, pode ocasionar em reações igualmente violentas: “A violência da exclusão gera a violência dos excluídos (...) (o que) faz eco à violência a que estão submetidos” (Marty, 2022, p. 27).

O trabalho, seja um instrumento para lidar com tal desamparo (conforme psicanálise freudiana), ou uma condição que o agrava (a partir de discussões mais recentes), relaciona-se. Nesse panorama, Gaulejac (2024) expressa a conexão entre o aparelho psíquico e as dinâmicas laborais: “O indivíduo busca satisfazer seus desejos inconscientes, canalizar suas pulsões e suas angústias no trabalho. A mobilização psíquica se torna um elemento determinante da relação” (p. 63).

Logo, com o desamparo, sofrimentos que provém de rupturas sociais ou cenários de incertezas, frequentemente presentes em modelos neoliberais, intensificam-se, a exemplo do desemprego enquanto provedor da experiência de não-existência subjetiva, geradora de angústias (Gaulejac, 2024; Neto et al., 2020; Pisetta, 2008; Seligman, 2016; Seligmann-Silva, 2015). Por esse modo, associa-se a uma dinâmica que compreende múltiplas dimensionalidades e, segundo Neto et al. (2020), "exige a noção da inseparabilidade da OT – como o trabalho prescrito e o efetivo – e das atividades cotidianas do trabalhador" (p. 146).

Assinala-se, assim, que o sofrimento, enquanto algo que é pertencente aos seres humanos, precisa ser "compreendido, interpretado, elaborado e perlaborado num espaço público de discussão" (Mendes, 2007, p. 31), pois possibilita subjetivação do sujeito e de seu coletivo de trabalho. Desse modo, para acessar e compreender a dinâmica entre o trabalhador e a OT, é preciso a oferta de um espaço de fala e escuta que colabore com a desalienação dos sujeitos, libertando-os dessas amarras (Dejours, 2014; Gaulejac, 2024; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012).

Diante desse sofrimento, estratégias de mediação, individuais e/ou coletivas, surgem com intuito de oferecer recursos de defesa ou de enfrentamento aos sujeitos. Esclarece-se que as estratégias de mediação são nomeadas como defensivas ou de enfrentamento. Aquelas defensivas recorrem à proteção, à adaptação e à exploração para que não se adoeça, ocultando da consciência sentimentos dolorosos. No entanto, não são garantidoras de saúde e podem alienar os sujeitos e encobrir o sofrimento, visto que não promoveram mudanças exponenciais na causa de angústia. Além disso, muitas vezes, podem ser perversamente utilizadas pela gestão para fomentar o engajamento ao trabalho, e inibir comunicações e processos decisórios, podendo ocasionar o que Seligmann (2016) classifica como "profundas regressões psicológicas, com produção de infantilização e de dependência" (p. 177), o que atua conduzindo o trabalhador à exaustão em favor do aumento de capital. Gestão, esta, que pode se basear em uma lógica de

controle e dominação, denunciando um adoecimento social. Já as estratégias de enfrentamento desembocam na mobilização subjetiva, ressignificando e transformando a causa do sofrimento, resgatando o sentido do trabalho e criando espaços coletivos de resistência, deliberação, cooperação entre pares e inteligência prática (saber-fazer, criatividade) (Dejours, 2004; Freitas et al., 2014; Gaulejac, 2007; Ghizoni, 2013; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Seligmann, 2016).

Todos esses aspectos se aproximam pela possibilidade de reconhecimento laboral, elemento que advém a partir da mobilização subjetiva e que opera tanto sobre o sentido do trabalho, quanto sobre a cooperação humana (Ghizoni, 2013; Mendes, 2007; Silva et al., 2015). No entanto, esta gratificação somente ocorrerá quando a ação laboral do sujeito for reconhecida como útil e contributiva à sociedade. Indaga-se, assim, como aqueles desprovidos de trabalho podem conquistar essa retribuição simbólica se essa via foi interrompida (Dejours, 2006; Gaulejac, 2024; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Silva et al., 2015). A falta desse espelho social, no qual se reconhece pelo olhar do Outro, dá pistas do porquê dos sentimentos penosos de inutilidade se fazerem presentes, aprofundando um vazio simbólico, e o porquê da necessidade de que o aspecto de reconhecimento social seja um fator discutido em coletivos em situação de desemprego (Barbosa et al., 2021; Mendes, 2007).

Há, também, no processo de reconhecimento laboral, aspectos emocionais, sociais e políticos importantes, sendo fundamental para a construção da identidade social, concebida por essa gratificação experienciada a partir do olhar de alguém externo (sendo pares, gestores ou sociedade). Além disso, o reconhecimento, assim como as estratégias antes mencionadas, pode influir nas vivências de sofrimento, convertendo-as em prazer (Facas et al., 2015; Mendes, 2007; Silva & Mendes, 2012; Silva et al., 2015).

Outro elemento fundamental, tanto na PdT e na CPC, como no cuidado a pessoas em situação de desemprego, é a cooperação, que tem o reconhecimento laboral como algo central.

Ela se relaciona aos vínculos estabelecidos socialmente, sendo os laços criados com e na OT, e com os colegas, exemplos disto. A quebra invisível desses laços rompe com espaço relacional dos sujeitos, impedindo-os de participar de circuitos de trocas de afetos, discussões e mobilizações em prol da emancipação, o que pode, infelizmente, impedir a experiência do trabalho vivo e deixar o sofrimento mais distante de uma elaboração (Gregoviski et al., 2022; Ghizoni, 2013; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2010; 2012; Silva & Mendes, 2012).

A cooperação é um elemento clínico central e um dispositivo político que fortalecerá o sujeito, pois possibilita a formação de vínculos de confiança e de solidariedade que vão de encontro à solidão e ao desamparo instalado. Ainda, é essencial para a garantia da mobilização subjetiva, aspecto que o clínico necessita elaborar e construir com o grupo de intervenção (Dejours, 2004; Ferreira, 2013; Gaulejac, 2024; Ghizoni, 2013; Ghizoni & Mendez, 2014; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Silva & Mendes, 2012).

Desse modo, sendo o trabalho estruturante e central até mesmo àqueles que não o ocupam, e sendo uma forma de reconhecimento e vinculação social, pensar o desemprego é de suma importância, buscando vias de promoção de saúde mental, inclusive pelo fomento do pertencimento social e do apoio entre pares (Pinheiro & Monteiro, 2009; Seligmann-Silva, 2015). Encontrar tais vias através da construção de vínculos duradouros pode ser um processo eficaz para driblar a cultura do capitalismo manipulatório, pois este atua exatamente na desmobilização de coletivos para interromper reações frente o inaceitável (Casulo, 2023).

Em se tratando de estratégias promotoras de saúde mental, as CdT e a Sociologia Clínica também contribuem significativamente por intermédio dos espaços coletivos criados com trabalhadores das mais diversas áreas profissionais, nos quais eles são acolhidos, escutados e podem falar sobre o contexto laboral no qual se inserem (ou a ausência de um espaço de inserção) e sobre como se relacionam com esse cenário sem temer julgamentos, facilitando o processo de mobilização subjetiva ao testemunhar, validar e nomear o sofrimento vivido. O

método desenvolvido por Christophe Dejours, norteador da PdT, preconiza que as intervenções com os trabalhadores se desenrolam de forma coletiva e a partir de uma demanda deles próprios, situações que nem sempre são seguidas rigorosamente no Brasil em decorrência das demandas de adaptações culturais diversas (Dejours, 1988; Ferenczi, 1992; Heloani & Lancman, 2004; Isotton & Donelli, 2023; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Merlo & Mendes, 2009).

Ainda, para Dejours (1988), há um passo a passo a ser seguido, sendo ele: pré enquete (cria-se condições para que o grupo aconteça, busca-se o consentimento institucional e dos participantes, e se organiza um grupo gestor para adquirir maior conhecimento sobre o espaço de trabalho e para pensar na intervenção), enquete (discussões grupais para criação de um espaço coletivo de discussão), validação e refutação (realização de um relatório, um memorial, a cada discussão, lido no próximo encontro para que seja validado, refutado ou retomado com os participantes, auxiliando, também, na reelaboração dos sofrimentos), e validação ampliada (relatório final que se discute com todos que tiverem interesse na instituição). Destaca-se que no segundo passo, a enquete, prevê a análise da demanda (qual é, de quem vem, a quem se dirige), do material proveniente da enquete (dito e não dito no espaço grupal, hipóteses que fazem sobre a dinâmica laboral), da observação clínica (em que os pesquisadores articulam as falas dos participantes, pensando sobre como ocorre a troca entre eles) e da interpretação (no qual os pesquisadores formulam sentido ao material produzido no espaço grupal).

Conforme Mendes e Araujo (2012), estima-se a participação de seis a 12 pessoas, sugerindo-se de quatro a oito encontros, de frequência semanal. Destaca-se, todavia, que pesquisadores brasileiros se permitem realizar alterações no método estrito senso proposto por Dejours, mas sem jamais se desvencilhar dos pressupostos da teoria (Dejours, 1988; Heloani & Lancman, 2004; Mendes & Araujo, 2012; Merlo & Mendes, 2009).

No que diz respeito à criação de espaços para a promoção de saúde mental a pessoas em situação de desemprego, apesar da sinalização de alguns fatores centrais para o cuidado com

elas, percebeu-se que intervenções com desempregados localizadas em bases de dados se mostraram em número reduzido, especialmente àquelas focadas em CdT - e inexistentes no que se refere à Sociologia Clínica. Ainda por cima, elas nem sempre objetivam o fortalecimento do trabalhador enquanto sujeito, algumas se centraram em capacitações para o desenvolvimento de habilidades ao mercado de trabalho, o que parece ser insuficiente para acolhimento dos aspectos psicossociais envolvidos no processo de desemprego (Abs & Monteiro, 2010; Barbosa et al., 2021; Castioli & Oliveira, 2020; Coelho-Lima et al., 2013; Cruz, 2008; Farina & Neves, 2007; Guilland & Monteiro, 2010; Malmberg-Heimonen et al., 2019; Mandelbaum, 2004; Monteiro et al., 2008; Monteiro & Abs, 2009; Veiga & Silva, 2007). Portanto, reforça-se a urgência de intervenções psicossociais, especialmente considerando as perdas de laços sociais, sofrimento aumentado conforme o tempo sem ocupação de um posto laboral, quebras de garantia de cidadania etc. (Figueiredo & Reis Filho, 2021).

Destes estudos, encontraram-se alguns voltados aos aspectos psicológicos com atendimentos individuais (Mandelbaum, 2004; Monteiro et al., 2008) e familiares de forma não estruturada (Mandelbaum, 2004), atendimentos grupais não estruturados (Mandelbaum, 2004) e construídos com pontos a serem discutidos (Barbosa et al., 2021; Farina & Neves, 2007), e levantamentos com psicólogos clínicos para compreender quais intervenções realizavam ao se deparar com casos atravessados pelo desemprego (Abs & Monteiro, 2010; Cruz, 2008). Também houve uma pesquisa que intuiu o desenvolvimento de habilidades sociais, projetos ocupacionais e currículos (Guilland & Monteiro, 2010); uma que avaliou o programa JOBS – *Job opportunity and basic skills* (Malmberg-Heimonen et al., 2019); e uma que desenvolveu capacitação a desempregados (Castioni & Oliveira, 2020). Destaca-se que um dos estudos (Veiga & Silva, 2007) contribuiu significativamente ao âmbito científico com o desenvolvimento de uma escala que permite a avaliação do sofrimento psíquico e social de trabalhadores desempregados. Entretanto, é válido destacar que as pesquisas possuem uma

responsabilidade ética na postura que assumem para a transmissão de conhecimento, dessa maneira, visões reducionistas, quando adotadas, podem contribuir para manutenção de situações humilhantes e repressivas, absolvendo modelos de gestão totalitários e coercitivos, que agem como uma tecnologia de poder que capitaliza os sujeitos (Gaulejac, 2007; Seligmann, 2016).

Chama-se atenção para o estudo de Abs e Monteiro (2010), pois elucidou a pouca preparação para atuação clínica de psicólogos frente ao desemprego vivenciado por seus clientes. Os autores sinalizam, de forma preocupante, que, em se tratando da temática do desemprego, foi percebida ou a evitação do assunto por parte do profissional, atrelando o sofrimento emocional a outras questões internas dos sujeitos, ou a lógica de encaminhamento, para serviços de reinserção profissional e terapias associadas (com uma posição passiva do psicólogo diante do sofrimento relacionado à ausência de emprego), ou uma visão moralista, que contribuiu com ações repressivas que tendiam a aumentar o medo, exclusão e desamparo dos clientes (Abs & Monteiro, 2010). Ainda que se trate de uma pesquisa feita há mais de uma década, os achados que foram descritos são frisados, pois demonstram a pertinência da discussão acerca de uma **Clínica Psicodinâmica do Desemprego**. Psicólogos comprometidos com questões sociais, ou clínicos do trabalho (ou do desemprego), encaram o desafio de dissolver um discurso pautado em uma lacuna temporária (ao pensar em desemprego), contribuir para uma desconstrução da concepção utilitarista do trabalho (Sato & Schmidt, 2004) para transformá-lo em uma compreensão ampliada da complexidade envolta nessa experiência subjetiva, multifacetada e extremamente densa.

Complementar a isto, identificou-se um baixo número (quatro) de intervenções em saúde mental (Barbosa et al., 2021; Farina & Neves, 2007; Mandelbaum, 2004; Monteiro et al., 2008), das quais metade se apresentaram com uma estrutura mínima. Destas, duas buscaram suporte teórico nas CdT - PdT (Barbosa et al., 2021; Monteiro et al., 2008), e outras duas com

a Psicologia Social do Trabalho (Farina & Neves, 2007; Mandelbaum, 2004). Os outros estudos localizados abordam pesquisas investigativas, mas sem sinalizar nenhuma intervenção em saúde mental de forma concreta. Logo, percebe-se uma lacuna que requer aprofundamento.

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Passos Iniciais

A CPD aqui proposta, tem em conta a união da temática do desemprego aos preceitos da Sociologia Clínica, PdT e CPC (Dejours, 1988; 2004; Gaulejac, 2024; Ghizoni, 2013). O termo utilizado se dá a partir das definições conceituais de emprego e desemprego propostas por órgãos como o IBGE e o DIEESE, mas propõe ir além dessas delimitações formais. Em essência, trata-se de uma "Clínica do Trabalho Ampliada", ou voltada para pessoas que estão em situação de desemprego, que atua com a compreensão da experiência dos sujeitos sem desqualificar a complexidade que envolve essa condição.

A proposta da CPD surge em meio a questionamentos centrais: o conceito tradicional de desemprego, tal como utilizado por órgãos oficiais e autores clássicos, ainda é suficiente para captar as nuances do cenário atual? Onde estão os limiares entre o desemprego, desocupação, subemprego e não trabalho (propriamente dito)? Haveria necessidade de um novo conceito, mais ampliado, capaz de abarcar as transformações em curso no mundo do trabalho? Afinal, novos tempos geram novas formas de trabalho — ou de sua ausência. Seriam essas formas manifestações//s de uma degradação ou de uma metamorfose do trabalho, conforme aponta Morin (2015, p.37), reafirmando a complexidade de seu pensamento com os dizeres de que: "quando um sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, ou ele se degrada, se desintegra, ou se revela capaz de suscitar um metassistema apto a tratar de seus problemas: ele se metamorfoseia"?

Diante desse contexto, a CPD nasce como uma proposta aberta ao novo e sensível às mudanças que se impõem, utilizando-se da complexidade como motor de análise (Braz et al.,

2024; Morin, 2015). Justifica-se, sobretudo, pela constatação de que, ao abordar a temática do desemprego, é inevitável que se discuta sobre a centralidade que o trabalho ainda ocupa na vida dos sujeitos, especialmente em termos de estruturação psíquica e social, como também pontuado por Gregoviski et al. (2024). Se as CdT se debruçam sobre como o sujeito se defende, resiste e enfrenta o imposto pela OT (Neto et al., 2020), o que ocorreria quando o trabalho simplesmente não se fizesse presente? Como se configura o sofrimento psíquico, seja criativo ou patogênico (Dejours, 1988; Mendes & Araujo, 2012), quando não há tarefa, nem exigência produtiva, nem espaço de reconhecimento ou cooperação? Há uma internalização simbólica desse não-lugar?

O desemprego, portanto, não deve ser compreendido apenas como a ausência de ocupação (seja ela formal ou informal) ou como uma condição socioeconômica isolada de sua dimensão simbólica. Trata-se, sobretudo, de uma experiência subjetiva profunda, capaz de abalar os alicerces da identidade individual e social, e da saúde mental do sujeito (Barbosa et al., 2021; Dunlavy et al., 2019; Gregoviski et al., 2024; Seligmann-Silva, 2015). Estar desprovido de uma vinculação laboral não significa apenas a perda de renda para si e seus familiares, mas também a ruptura de vínculos, e a perda de uma posição simbólica na sociedade e de uma rotina estruturada, elementos fundamentais para o sentimento de pertencimento. Em vista disso, o sujeito poderá experienciar a sensação de estar desprovido de vínculos sociais e afetivos, isolando-se de pessoas próximas ou de ações que trariam prazer em seu cotidiano, até mesmo por vivenciar sentimento de culpa e de vergonha (Dejours, 2006; Dunlavy et al., 2019; Gregoviski et al., 2024; Henrich et al., 2021; Hocking et al., 2015; Mandelbaum & Ribeiro, 2017).

Sob a perspectiva da PdT, o trabalho ocupa um espaço privilegiado na elaboração psíquica do sofrimento. Quando sublimado, o sofrimento criativo auxilia na criação de estratégias para o enfrentamento do incômodo. Nisto, o reconhecimento e a cooperação

(colaboração) são eixos fundamentais. O reconhecimento diz respeito à validação simbólica do sujeito pelos outros, enquanto a cooperação envolve a possibilidade de agir em conjunto, de se sentir parte de um coletivo que auxilia em processos de elaboração psíquica (Dejours, 2004; 2006; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Silva & Mendes, 2012). Ambos os aspectos são frágeis ou ausentes na experiência do desemprego. Desse modo, a abordagem da CPD consideraria o **reconhecimento** e a **cooperação** como pilares estruturantes para o fazer clínico.

O olhar do Outro, fundamental para a construção do psiquismo desde a mais tenra infância (Isotton & Donelli, 2023; Minerbo, 2019), prova-se necessário de forma constante ao se repetir em contextos institucionais e, nesse caso, pode ser reatualizado pelo clínico da CPD para a reconstrução e ressignificação das experiências de **reconhecimento** (Dejours, 1988; 2004; Mendes, 2007; Silva et al., 2015). Esse pilar compreende a validação externa e interna dos saberes do sujeito, perpassando pela condução do espaço terapêutico, e das experiências compartilhadas e legitimadas durante a intervenção terapêutica. Aqui, pontua-se a necessidade de que se percebam e se potencializem as qualidades e saberes laborais da pessoa, para que consiga ocorrer o resgate de si mesmo, indo contrariamente aos pensamentos que remetem à inutilidade e desvalia - que desqualifica simbolicamente o sujeito - especialmente quando internaliza esses pensamentos e os toma como verdade absoluta (Barbosa et al., 2021; Facas et al., 2015; Gregoviski et al., 2024; Sennett, 2006). Destaca-se, ainda, que quando a intervenção ocorre em grupo, o compartilhamento e a legitimação mútua dessas experiências podem favorecer esse processo, além de contribuir com o segundo pilar da CPD: a cooperação (Barbosa et al., 2021; Ghizoni, 2013; Gregoviski et al., 2024; Mendes, 2007).

A **cooperação** compreende a reconstrução e ressignificação dos vínculos, mesmo fora do contexto formal de trabalho. Isto pode ser essencial para sustentar o psiquismo e auxiliar na elaboração do sofrimento decorrente da ausência do trabalho, ou emprego (Ghizoni, 2013; Mendes, 2007). O sentimento de pertencimento, essencial à existência humana, pode ser

restaurado tanto dentro do grupo terapêutico quanto fora dele, por meio do fortalecimento de relações significativas, dificultando que patologias do silêncio e da solidão se ramificam (Dejours, 2004; Ferreira, 2013). Ademais, a cooperação também sustenta objetivos terapêuticos comuns para o enfrentamento de situações de adoecimento psíquico que estão atreladas a transtornos depressivos, frequentemente associados à experiência prolongada de desemprego, conforme estudos que versam sobre as vias psicopatológicas que ocorrem frequentemente nesse cenário (Barbosa et al., 2021; Blustein & Paige, 2020; Dunlavy et al., 2019; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Granado, 2014; Gregoviski et al., 2024; Standing, 2014).

O papel do terapeuta, nesse contexto, é o de criar condições e desenvolver mecanismos para que esses processos consigam se instaurar, seja no espaço clínico individual ou grupal, por meio do estímulo à reintegração social e simbólica do sujeito em sua rede relacional (Dejours, 1988; 2004; Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007). A escuta clínica será a ferramenta do terapeuta para o confronto das dificuldades que impedem a mobilização subjetiva e, consequentemente, a criação de estratégias adequadas para enfrentar o sofrimento (Facas et al., 2015; Mendes & Ghizoni, 2017).

Obviamente, caso a intervenção se dê mediante um grupo, pode ser um espaço propício para que isto se instaure, potencializando relações afetivas, porém em muito dependerá da dinâmica que vai ser estabelecida entre o coletivo. A CPD, assim, constitui-se como uma clínica voltada à escuta das transformações do trabalho e da subjetividade contemporânea, comprometida com o acolhimento ético e crítico daqueles que vivem a experiência da ausência do emprego, ou do não-trabalho (Dejours, 1988; Facas et al., 2015; Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Pinheiro & Monteiro, 2009; Seligmann-Silva, 2015; Silva & Mendes, 2012).

Ademais, a ferramenta da escuta analítica permite, nesta clínica, que o intolerável não seja banalizado ou aceito. De tal modo, o sofrimento ético atua como uma luta em prol da saúde.

Emerge-se, no espaço de circulação da palavra proposto, um engajamento pulsional, em que “a palavra se mostra não só como um meio de expressão, mas como essencial arma para travar batalhas baseadas nas necessidades e desejos dos sujeitos, como ponto importante para o estabelecimento de diálogos e negociações ainda que em espaços marginais” (Facas et al., 2015, p. 252-253).

Mendes e Araujo (2010) colocam, nesse sentido, que o sofrimento ético transforma aquele criativo em ações emancipatórias ao causar incômodos ante o que não deveria ser tolerado. Logo, o suporte ao sujeito e resistência frente ao sofrimento, conforme Facas et al. (2015) estimulado pela opressão desubjetivante, estarão presentes.

A CPD se solidifica em uma postura que extravasa amarras condicionadas por clínicas meramente sociais ou patologizantes, adquirindo, acima de tudo, uma postura ética e garantidora dos direitos fundamentais, primordiais para estrutura da clínica (Facas et al., 2015). Coloca-se, outrossim, que a CPD, assim como a CPC (Oliveira & Ferreira, 2015), é uma clínica que também é, por sua vez, uma estratégia de intervenção micropolítica.

Modelo de Intervenção Clínica

Ainda que prematuro, a urgência do assunto fez com que este artigo desenvolvesse uma proposta de um modelo de intervenção clínica frente ao desemprego (podendo ser adaptada a situações de trabalho informal), ofertando possibilidades de cuidado terapêutico aliado à teorização da CPD. Reforça-se que, imerso em todo esse processo de construção terapêutica de cuidado, há notórias referências às CdT (Bendassolli & Soboll, 2011; 2021), especialmente à PdT de Dejours (Areosa, 2021; Dejours, 1988; 2004; Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012) e à CPC de Ghizoni (2013), e à Sociologia Clínica (Braz et al., 2024; Gaulejac, 2024; Takeuti, 2016).

Primeiramente, coloca-se que pode ser tanto um recurso **individual** quanto **coletivo** – o que pode ser preferencial, dentre as possibilidades, pois há uma potência de reforço dos **coletivos**, o que, por si e com a adequada mediação do clínico CPD, atua diretamente em um dos pilares desta clínica: a **cooperação**. Dito isso, independentemente da configuração, há a necessidade de que o espaço ofereça segurança para a expressão do sujeito, garantindo o processo de **fala e ressignificação** do sofrimento (Facas et al., 2015; Mendes, 2007; Silva & Mendes, 2012), atentando-se aos determinismos psíquicos e sociais que complexificam a intervenção (Braz et al., 2024; Morin, 2015).

A **confiança** idealizada para o espaço terapêutico necessita ser construída e mantida, também, com a postura do clínico CPD. Menciona-se, aqui, os achados do psicanalista Ferenczi (Ferenczi, 1992; Isotton & Donelli, 2023), pois destaca com contundência a teoria do trauma e a postura de confiança que o analista precisa fomentar para que a transferência permita a ressignificação do traumático, reintegrando ao ego do sujeito aquilo que ora foi dissociado, cindido. Para ele, o analista necessita, a partir do contraste passado e presente, ocupar a posição de **testemunha e validador** do traumático, pois abre caminho para reestruturação do eu. Há imbicado nisto um processo de **compreensão emocional profunda** (empatia) na qual o analista sente com o paciente. Pela hospitalidade, **acolhimento** radical, a dor não é somente interpretada, mas partilhada, reconhecida e simbolizada. Há, decerto, um campo de vinculação e circulação de afetos, com um **reconhecimento** legítimo do outro.

Edificado esse espaço seguro, coloca-se que os passos descritos por Dejours (1998; 2004) são coerentes para a condução da intervenção: pré-enquete, enquete, validação e refutação, e validação ampliada. Em intervenções individuais, pode-se compreender a **pré-enquete** como as vinculações dos primeiros momentos, ocorrendo durante um encontro ou poucos mais, buscando compreender o cenário dado, **escutas amplas** para elencar os principais pontos destacados pelo sujeito seriam, logo, o recomendado. Já em uma intervenção grupal,

isso também se dá, porém há a possibilidade de acréscimo de etapas para compreensão sobre quem é o coletivo, se há ou não o envolvimento de uma instituição e outros. Reforça-se que é neste primeiro momento que ocorre o **contrato de trabalho clínico**.

Já como **enquete** (Dejours, 1998; 2004), considerar-se-ia a condução da intervenção. É tratado, nesse momento, as inúmeras vivências relacionadas ao não-trabalho (formal e/ou informal) e os impactos na identidade pessoal e social do sujeito (Dejours, 2006; Gregoviski et al., 2022; Mendes, 2007). Na CPD é importante que se aborde, diretamente, questões referentes ao **reconhecimento** e à **cooperação**, tendo em conta, ademais, **sintomas sociais** (isolamento, não-pertencimento a coletivos, ausência de participação em ações de controle social e outros) e **psicopatológicos** (sentimentos de desvalia, culpa, fracasso, sintomas depressivos, risco de suicídio, manifestações ansiogênicas, dissociações da realidade e outros) (Dejours, 1988; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Granado, 2014; Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2010; 2012; Silva et al., 2015). Em se tratando de uma ação em grupo, é impreterível que haja a garantia de um espaço de acolhimento sem julgamentos que também garantirá o sigilo; isto, necessariamente, precisa ser descrito em contrato de trabalho clínico durante a pré-enquete – seja ele escrito ou verbalizado e, em se tratando do verbalizado, recomendar-se-ia o reforço de tais combinações com frequência.

Prevendo que a enquete é o processo que se desdobrará durante os encontros, propõem-se uma **estruturação** para a intervenção que, a princípio, teria uma duração mínima de seis encontros, podendo ser estendida de acordo com a demanda. Desse modo, a CPD possibilitaria a integração de uma abordagem teórica com metodológica. Sem delongas, esmiúça-se abaixo a proposta (Tabela 1.):

Tabela 1.
Estruturação de Intervenção em Clínica Psicodinâmica do Desemprego

Encontro	Estruturação
1 º	Acolhimento; demanda concreta *versus* simbólica; contrato ético para o trabalho clínico; sentido do trabalho; vivências relacionadas ao desemprego ou subemprego; escolhas e trajetória
2 º	Estratégias frente ao desemprego (materiais e imateriais); cooperação
3 º	Sentimentos; ressignificação; desculpabilização
4 º	Saberes; resgate de si; identidade; reconhecimento
5 º	Cooperação; estratégias de mediação
6 º	Validação ampliada e encerramento

O **primeiro encontro**, prevê o acolhimento e apresentação dos presentes (independentemente de se tratar da díade clínico-paciente ou de um grupo). Compreendendo que o desemprego é uma demanda concreta, é essencial que, neste primeiro momento, seja abordado o cunho da intervenção, pois, ainda que não ignore a necessidade real do trabalho, focar-se-á nas demandas simbólicas que a situação acarreta, conforme pontua Mandelbaum (2004). Feito isto, o contrato de trabalho clínico, ou contrato ético, será estabelecido, garantido a escuta livre de moralidades, a liberdade na expressão de opiniões pessoais e/ou do coletivo, o respeito às diversidades e ao sigilo.

Ainda no primeiro encontro, que pode ser considerado como parte da pré-enquete (Dejours, 1988; 2004) a depender do desenho da intervenção, ocorrerá a partilha de vivências frente ao trabalho. Logo, o sentido do trabalho e do desemprego será questionado, aliando isto a uma discussão sobre as escolhas e trajetória laboral. Podem ser questionamentos disparadores: “O que mudou em sua(s) vida(s) desde o desemprego?”, “O que o trabalho significa para você(s)?”, “Como a experiência está impactando em sua(s) vida(s)?” e outros.

As pesquisas utilizadas para essa construção (Abs & Monteiro, 2010; Barbosa et al., 2021; Bendassolli & Soboll, 2021; Fossion et al., 2002; Leão et al., 2017; Oliveira & Mendes, 2014; Queiroz et al., 2005; Zunzunegui et al., 2006) mostram o quanto é potente recuperar esse sentido àqueles em situação de desemprego, especialmente de públicos com vulnerabilidades acentuadas, pois auxilia na compreensão de como isto impactará em suas vidas e os sentimentos

que daí emergem - algo que se acredita que é viável através da partilha de vivências relacionadas ao trabalho e ao desemprego. Ademais, permite que se reflita sobre a construção de si como sujeito (identidade social) a partir de uma trajetória de inserção (ou falta dela), sugerindo-se o uso da técnica de visualização pelo desenho de uma "linha da vida laboral", intuindo a facilitação da reflexão e da partilha com o clínico CPD – e coletivo formador do grupo, se for o caso (Gregoviski et al., 2022).

O **segundo encontro**, que adentra com mais assertividade no aprofundamento previsto por Dejours (1988; 2004) durante a enquete, iniciará, assim como todos a partir daqui, com a **validação e refutação** do compreendido no primeiro encontro. Isto acontecerá a partir de uma sistematização das observações feitas pelo clínico CPD durante o momento inicial, de tal forma, a leitura deste material permite a vinculação entre encontros, assim como a elaboração dos sofrimentos. Orienta-se, de tal modo, que um diário de campo seja mantido pelo clínico CPD, a ser preenchido ao final de cada encontro e que deverá constar uma síntese do encontro, momentos de maiores destaques e sensações que reverberam a partir desse espaço transferencial (Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012).

Em seguida, a análise será direcionada às estratégias utilizadas frente à situação de desemprego: acredita-se que ao compreender as estratégias que utilizam, também será possível analisar melhor a dinâmica de sofrimento presente (Barbosa et al., 2021; Oliveira & Mendes, 2014). Questionar "como você(s) lida(m) com o desemprego?", "como são os seus dias?", "como você(s) acha(m) que o outro o(s) enxerga(m)?", "quem apoia você(s) quando necessário?" e outros podem ajudar a disparar a discussão.

Não obstante, em se tratando de uma intervenção em grupo, as estratégias utilizadas podem encontrar maior força quando aliadas à mobilização subjetiva do coletivo. Logo, isso pode fornecer pistas sobre caminhos possíveis para a construção um espaço grupal de caráter emancipatório e cooperativo (Freitas, Augusto & Mendes, 2014; Ghizoni, 2013; Mendes &

Araujo, 2012). Caberá, nessa hipótese, até mesmo perguntas que estimulem a partilha grupal, como: “Como a dor do Outro me parece?”, “em quais momentos que a fala de alguém me fez repensar algo meu hoje?” etc.

Nesse sentido, a cooperação toma formas iniciais na discussão desde este momento. Compreende-se que a cooperação, elemento central às CdT (especialmente PdT e CPC), é um importante aspecto a ser fomentado para a criação de laços sociais que estimulem a construção de relações subjetivas de confiança, propiciando vinculação do grupo e promoção da saúde mental (Ghizoni, 2013; Ghizoni & Mendes, 2014; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012). A cooperação, inclusive, é colocada como algo necessário de se estimular em práticas clínicas da PdT e da CPC, conjuntamente com o reconhecimento, conforme pesquisas de Silva e Mendes (2012), e de Ghizoni (2013). Ela se destaca como fator protetivo (Facas et al., 2015; Gregoviski, 2021; Mendes & Araujo, 2012), sendo até mesmo associado a uma estratégia de enfrentamento ao sofrimento (Gregoviski et al., 2022) e estabelece, quando em coletivo, tomadas de decisões e mobilizações subjetivas (Ghizoni, 2013).

O **terceiro encontro** buscará, primordialmente, a ressignificação do desemprego. Para isso, tomará maior aprofundamento a discussão acerca dos sentimentos que emergem diante dessa situação. Seguindo a literatura analisada (Casulo, 2023; Dunlavy et al., 2019; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Fossion et al., 2002; Granado, 2014; Gregoviski et al., 2024; Guimarães & Hirata, 2006), hipotetiza-se que o sentimento de culpa e fracasso serão centrais, assim, agir-se-á fomentando a desculpabilização. Caberá ao clínico CPD compreender quem o sujeito acredita ser responsável por isso e o porquê (tendo em conta que provavelmente estar-se-á falando sobre ataques autodirigidos). Barbosa et al. (2021) colocam a importância de um espaço para que se ressignifique a situação de desemprego vivenciada, pois facilita a abertura de diálogo para que se reflita sobre os sentimentos que advém disso, especialmente os supracitados.

Acredita-se, ainda, que um espaço de escuta aos sentimentos é necessário para a elaboração das angústias desses sujeitos, buscando por via disso a compreensão sobre o impacto que provoca em suas vidas e identidades – pessoal e social (Dejours, 2006; Gregoviski et al., 2022; Mendes, 2007). O desemprego está muito além de ser somente a ausência de trabalho, o que gera sentimentos que podem ser ambivalentes e desestruturantes ao sujeito. Nesse encontro, a troca de afetos conduzirá a relação terapêutica, sendo o clínico responsável pelo processo de empatia, "sentir com" e hospitalidade que oportuniza ressignificações (Ferenczi, 1992; Isotton & Donelli, 2023). O clínico CPD estará assim sendo, em posição de parceiro para a elaboração e mobilização subjetiva, não de especialista ou de juiz moral.

A partilha de saberes conduzirá o **quarto encontro**, promovendo a construção do resgate de si enquanto sujeito detentor de direitos, logo, trabalhando diretamente o aspecto do reconhecimento (como um aspecto central para a proposta de intervenção) e sem ignorar o sofrimento ético ao ir (não intencionalmente) contravalores sócio psíquicos (trabalhar) que foram adquiridos desde sua constituição como sujeito parte de uma sociedade cujo valor se mede pela atuação profissional. Intui-se fomentar o processo de reconhecimento social, ainda que em situação de desemprego, utilizando-se da partilha de saberes que possuem e desmentindo lógicas meritocráticas.

Entende-se que o reconhecimento é outro aspecto central, porque isso se trata de uma retribuição simbólica necessária (Dejours, 2006; Mendes & Araujo, 2012; Silva & Mendes, 2012), mas ausente na situação de desemprego, logo, com possibilidade de danos ao sujeito. Pode-se alienar socialmente àquele em situação de desemprego, deixando-o sem o espelho social necessário. Assim, a partilha de saberes para o resgate do sujeito, possibilitará a troca de experiências no grupo (Barbosa et al., 2021), ou na díade, em busca de uma desmistificação da invalidez social. A ocorrência de um processo de reconstrução de valores e de identidades, para além da lógica produtivista, é de sumo interesse. É uma possibilidade de recurso para o diálogo

o resgate da linha da vida laboral ou uma técnica que remete aos saberes que carregam, por exemplo: uso de bolsas nas quais colocam em palavras ou imagens de quem são enquanto sujeitos multifacetados.

O **quinto encontro** intensifica a análise sobre a cooperação, debatendo acerca do papel em suas vidas. Aliado a isto, intui-se o planejamento de estratégias de mediação individuais e/ou grupais e sonhos para o futuro. Entende-se que é um encontro fundamental para que se pense a respeito do futuro e dos sonhos que possuem, fomentando o desenvolvimento de estratégias para enfrentar o desemprego e outros sofrimentos (Abs & Monteiro, 2010; Barbosa et al., 2021; Ferreira, 2013; Fossion et al., 2002; Oliveira & Mendes, 2014; Zunzunegui et al., 2006).

Por fim, o **sexto encontro**, *a priori*, será o encerramento. Nele, a **validação ampliada** tomará forma, como uma ação, também, de retorno ao paciente ou grupo. Será realizado um momento de construção da linha dos encontros, perpassando sobre aspectos centrais. Principalmente aqui, as análises do clínico continuam sendo essenciais para a formulação adequada desse material. Sugere-se que se investigue quais apoios os sujeitos percebem ter neste momento, que valores acreditam que resgataram, quais estratégias vêm se mostrando como uma possibilidade e outros, para reforçar e validar a construção que foi feita durante a intervenção.

A partir dessa estrutura, buscar-se-á a promoção de saúde mental àqueles em situação de desemprego, porém, compreende-se que se trata de um modelo ainda inicial, com aperfeiçoamentos pendentes bem como pesquisas de aplicação prática. Destaca-se, ademais, que é de grande importância que o clínico CPD atue pautado em constantes aperfeiçoamentos sobre o cenário laboral contemporâneo, já que se modifica com celeridade. Supervisões clínicas, portanto, são altamente recomendáveis para uma melhor condução terapêutica (Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012).

Considerações Finais

Sem estabelecer um ponto final à discussão, coloca-se que este ensaio teórico pretende contribuir perante as inúmeras lacunas identificadas (Gregoviski et al., 2024). Estabelecer análise crítica sobre as situações que assolam a sociedade, como a própria estruturalidade que o desemprego adquire, sem desvencilhar isto de discussões sobre a promoção de saúde mental às pessoas, é essencial.

As dimensões simbólica, sociocultural, afetiva e econômica que conferem sentido ao trabalho e estruturam identidades, precisam ser consideradas em um trabalho clínico com pessoas que estão frente a uma situação de desemprego ou subemprego. Deliberar aos sujeitos a culpabilidade pelas mazelas sociais é, assim, não somente antiético, como fomentador de políticas de dessubjetivação que perpetuam a exclusão social.

Espera-se, outrossim, que a CPD seja um contributo teórico e prático aos profissionais e acadêmicos que direcionam seu olhar a essa parcela tão marginalizada da população. Os eixos do reconhecimento e da cooperação, cabe ressaltar, atuam como centrais a um processo emancipatório, mesmo que não consigam dar conta de demandas concretas.

Quanto ao modelo proposto, reforça-se que intervenções em contextos de desemprego devem ser complexas, multidisciplinares e sensíveis às transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Afinal, o desemprego deixa de ser apenas uma condição socioeconômica, para se tornar uma experiência existencial que demanda cuidado integral.

Destaca-se, por fim, que se trata de um manuscrito com passos iniciais, sendo importante a continuidade de estudos na área. Coloca-se como agenda de pesquisa, pesquisas-intervenções que operacionalizem o proposto.

Referências

Abs, D. V., & Monteiro, J. K. (2010). Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. Psicologia em Estudo. 15(2).

Antunes, R. (2009). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo.

Antunes, R. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo. 336 p.

Araújo, J. P. F., & Antigo, M. F. (2016). Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. Revista de Economia Contemporânea, 20(2), 308-335. https://doi.org/10.1590/198055272025

Araujo, L. K. R., & Oliveira, S. S. (2019). Mapeamento dos Riscos Psicossociais no SAMU/DF. Psicologia: Ciência e Profissão, 39, 1–12. doi:10.1590/1982-3703003184126

Areosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. Laboreal [online], 2(15). http://journals.openedition.org/laboreal/15504

Areosa, J. (2021). Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Revista Katálysis*, 24(2), 321-330.

Areosa, J. (2022). Os efeitos iatrogênicos das técnicas de gestão. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 25, 1-17.

Augusto, M. M., Freitas, L. & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. *Psicologia em Revista*, 20(1), 34-55. doi: https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678- 9523.2014v20n1p34

Barbosa, E. et al. (2021) Grupo de Apoio Psicológico aos Trabalhadores em Situação de Desemprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 41.

Barros, A. (2021). *Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020*. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-

noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020

Bendassolli, P. & Soboll, L. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 14(1), 59-72. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100006&lng=pt&tlng=pt. 50

Bendassolli, P. & Soboll, L. (Orgs). (2021). Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade. Editora Atlas, 288 p.

Blustein, D. L. & Paige, A. G. (2020). Work and Unemployment in the Time of COVID19: The Existential Experience of Loss and Fear. Journal of Humanistic Psychology, 60(5), 702-709

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101

Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. (2024). SOBRE AS ABORDAGENS SÓCIO-CLÍNICAS: SOCIOLOGIA CLÍNICA E PSICOSSOCIOLOGIA. In: Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. Sociologia Clínica e Psicossociologia: Teorias e Práticas. Editora Fi. (Cap. 1, pp. 09-32).

Brun, L. G. & Monteiro, J. K. (2017). O estado da arte do sentido do trabalho. Psicologia.pt, 1-27. https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1076.pdf

Castioni, R.; Oliveira, N. A. (2020). Orientação e desenvolvimento profissional para desempregados: como aproximar o conhecimento à necessidade de inserção ocupacional. Revista LABOR, 1(23).

Casulo, A. C. (2023). Trabalho, sofrimentos e sintomas: O mal-estar na era do capitalismo manipulatório. In W. Martinez (Org.), O futuro do trabalho no século XXI (cap. 7). São Paulo: Editora Projeto Editorial Praxis.

Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. Universitas Psychologica, 12(4), 1283-1299.

Costa, S. da S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. Revista De Administração Pública, 54(4), 969–978. https://doi.org/10.1590/0034-761220200170

Cruz, D. V. A. (2008). Práticas clínicas da psicologia frente ao sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo

Dejours, C. (1988) A loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.

Dejours, C. (2004). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelwar (Orgs.), Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho (pp. 9–28). Paralelo 15.

Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social. Editora FGV. 7ed.

Dejours, C. (2014). Trabalho, Tecnologia e Organização: Avaliação do trabalho submetida à prova do real (2nd ed.; L. I. Sznelwar & F. L. Mascia, Eds.). São Paulo: Blucher.

DIEESE. (2009). PED/RMBH. https://www.dieese.org.br/analiseped/2009/200901pedbhz/6.html

DIEESE. (2011). As mudanças de composição, intensidade e duração do desemprego urbano entre 1999 e 2009: um olhar sobre o desemprego de longo prazo. https://www.dieese.org.br/pesquisaDIEESE/2011/201112desempregoLongoPrazo/index.html?page=1

DIEESE. (2025). Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html

Dunlavy, A. C., Juárez, S., & Toivanen, S. (2019). Suicide risk among native- and foreign-origin persons in Sweden: A longitudinal examination of the role of unemployment status. Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 54, 579–590. https://doi.org/10.1007/s00127-018-1650-4

Edmondson, A. (2024). *O tipo certo de erro - A ciência de falhar bem*. Lisboa: Temas e Debates.

Facas, E. P., Duarte, F. S., Mendes, A. M. & Araujo, L. R. (2015). Sofrimento ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In J. K. Monteiro, F. O. Vieira, & A. M. Mendes (Orgs.), Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e práticas (pp. 233–256). Juruá Editora.

Farina, A. S., & Neves, T. F. S. das. (2007). Formas de lidar com o desemprego: possibilidades e limites de um projeto de atuação em psicologia social do trabalho. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, 10(1), 21-36.

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: Obras Completas Psicanálise. Capítulo IX, pp 97-106. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1919).

Fernandes, F. R., Gedrat, D. C., & Vieira, A. G. (2022). O SIGNIFICADO DO TRABALHO: UM OLHAR CONTEMPORÂNEO. Cadernos da Fucamp, 22(56), p. 99-106.

Ferraz, D. L. S., & Fernandes, P. C. de M. (2019). Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 22(2), 165-184. https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p165-184

Ferreira, J. (2013). Patologias da solidão. In: F. O. Vieira, A. M. Mendes & A. R. C. Merlo. Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica e clínica do trabalho. Juruá.

Figueiredo, V. C. N., & Reis Filho, P. C. R. (2021). Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação de Desemprego Severo no Município de Corumbá, Brasil. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 21(2), 437-453. https://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61050

Forrester, V. (1997). *O Horror Económico*. Lisboa: Terramar.

Fossion P., Ledoux Y., Valente F., Servais L., Staner L., Pelc I., & Minner P. (2002). Psychiatric disorders and social characteristics among second-generation Moroccan migrants in Belgium: an age-and gender-controlled study conducted in a psychiatric emergency department. Eur Psychiatry. 17(8)

Freitas, L. G., Augusto, M. M., & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. Psicologia Em Revista, 20(1), 34–55. doi:10.5752/p.1678-9523.2014v20n1p34

Gaulejac, V. de. (2007). Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social (3rd ed.). Idéia e Letras.

Gaulejac, V. de. (2024). O TRABALHO COMO LUGAR DE CONSTRUÇÃO DO SUJEITO, ENTRE EMANCIPAÇÃO E ALIENAÇÃO. In: Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. Sociologia Clínica e Psicossociologia: Teorias e Práticas. Editora Fi. (Cap. 3, pp. 53-72).

Gaulejac, V., & Hanique, F. (2024). *Capitalismo paradoxante: um sistema adoecedor*. São Paulo: Hucitec editora.

Ghizoni, L. D. (2013). Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas - TO (ASCAMPA). Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília. 308 p

Ghizoni, L. D., & Mendes, A. M. (2014). Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Contextos Clínicos, 7(1), 15-26. https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.02

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev adm empres [Internet]. 35(3), 20–29. https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004

Granado, E. A. (2014). Crisis económica, políticas, desempleo y salud (mental). Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría, 34(122)

Gregoviski, V. R. (2021). O Trabalho em Contexto Migratório: Vivências de Venezuelanos Frente ao Trabalho e suas Repercussões na Saúde Mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 100 p.

Gregoviski, V. R., Ortigara, G. M., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2022). “Luz para a rua e escuridão para dentro": Imigração, Trabalho e Saúde Mental. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, 6, 78-98. https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/28319/19586

Gregoviski, V. R., Euzebio, L. D. C., Monteiro, J. K., Areosa, J. P. S., & Gronita, J. J. C. (2024). DESEMPREGO, SAÚDE MENTAL E MIGRAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA. Revista Laborativa, 13(2), 06-35. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

Guilland, R., & Monteiro, J. K. (2010). Jovem em situação de desemprego: habilidades sociais e bem-estar psicológico. Psicologia: teoria e prática, 12(3), 149-163.

Guimarães, N. A. & Hirata, H. (Orgs). (2006). Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações. Editora Senac.

Han, B-C. (2015). Sociedade do cansaço. Vozes. 136 p.

Heloani, R., & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. Production, 14(3). https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300009

Henrich, P., Monteiro, J. K., Santos, A. S., & Gregoviski, V. R. (2021). “Eu Esperava Mais Do Brasil”: Vivências No Trabalho De Imigrantes No Brasil. Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho, 1(54), 168–185.

Hocking, D. C., Kennedy, G. A. & Sundram, S. (2015). Mental disorders in asylum seekers: the role of the refugee determination process and employment. J Nerv Ment Dis. 203(1), 28-32. doi: 10.1097/NMD.0000000000000230

IBGE. (2024). Desemprego. https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php

IBGE. (2025). Painel PNAD Contínua. https://painel.ibge.gov.br/pnadc/

Isotton, R., & Donelli, T. M. S. (2023). Considerações sobre a teoria do trauma em Freud e Ferenczi. Estudos de Psicanálise, 60, 147–158. https://doi.org/10.1590/2175-3482-ep-60-0147

Leão, L. H. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A., Borges, F. T. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. 33(7).

Lhuilier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 5-20. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19

Malmberg-Heimonen, I. E., West, B. T., Vuori, J. (2019). Long-Term Effects of Research-Based and Practice-Based Job Search Interventions: An RCT Reevaluation. Research on Social Work Practice. 29(1), 36-48.

Mandelbaum, B. (2004). O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mandelbaum, B. & Ribeiro, M. (2017). Desemprego: Uma abordagem psicossocial. Editora Edgard Blücher, 1ª ed.

Marinho, A. R. & Mendes, J. M. R. (2023). Justiça social na ordem internacional do trabalho. In W. Martinez (Org.), O futuro do trabalho no século XXI (cap. 3). São Paulo: Editora Projeto Editorial Praxis.

Marty, F. (2022). A civilização posta à prova da violência: violência e exclusão. In M. R. Cardoso, M. K. Macedo, S. A. Zornig (Org.), *Figuras do extremo* (Capítulo 1, pp. 21-32). São Paulo: Blücher. 258 p.

Massi, M. L. G., Perez, A. C., dos Santos Alves, C., França Quintino, I. C., Gomes de Souza, R., & de Souza, V. C. (2012). A baixa qualificação profissional é a responsável pelo desemprego? *Revista Científica Hermes, 6*(1), 59–77. Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa.

Mattos, B. G., & Soares, A. A. (2023). Condição análoga à escravidão pela governança cibernética: Uma análise às precarizações e ao excesso de jornada de trabalho dos prestadores de serviço do iFood à luz da relação algorítmica. In W. Martinez (Org.), O futuro do trabalho no século XXI (cap. 4). São Paulo: Editora Projeto Editorial Praxis.

Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: Mendes, A. M. Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisa. Casa do Psicólogo. pp: 29-48.

Mendes, A. M., & Araújo, L. K. R. (2010). Violência e sofrimento ético: contribuições da psicodinâmica do trabalho. In A. M. Mendes (Org.), Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica (pp. 96–113). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Mendes, A. M. & Araujo, L. K. R. (2012) Clínica Psicodinâmica do Trabalho – O Sujeito em Ação. Editora Juruá, 156p

Mendes, A. M., & Ghizoni, L. D. (2017). Nomear, significar, elaborar: Práticas de escuta clínica do trabalho e do sofrimento. Trabalho (En)Cena, 2, 1–3.

Merlo, A. R. C., & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(2), 141-156. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200002&lng=pt&tlng=pt

Minerbo, M. (2019). Novos diálogos sobre a clínica psicanalítica. Blucher.

Monteiro, J. K., Pesenti, C. M., Maus, D., Bottega, D., & Machado, F. R. (2008). Reflexões acerca do atendimento psicológico a desempregados. Aletheia, 27(1), 233- 242.

Monteiro, J. K., Abs. D. A. (2009). Desemprego e Saúde Mental: Pesquisas e Práticas Clínicas de Atendimentos Psicológicos. Editoras Entremeios, 1ª ed.

Montero, I., & León, O. G. (2005). Sistema de clasificación del método en los informes de investigación en Psicología. International Journal of Clinical and Health Psychology, 5(1) 1, 115-127.

Morin, E. (2015). Introdução ao pensamento complexo (13ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Navarro, V. (1998). Neoliberalism, “Globalization,” Unemployment, Inequalities, and the Welfare State. International Journal of Health Services, 28(4), 607–682.

Neto, A. L., Bueno, H. P. V. & Rodrigues, J. M. S. (2020). Desamparo. In: Schmidt, M. L. G. (2020). Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: Principais conceitos e terminologias. FiloCzar. 490 p.

Oliveira, V. R. de, & Ferreira, J. B. (2015). Clínica da cooperação: um caminho para a insurgência e a autonomia. Contextos Clínicos, 8(2), 165-172. https://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.05

Oliveira, J. N., & Mendes, A. M. (2014). Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. Temas em Psicologia, 22(2).

Pinheiro, L. R. S., & Monteiro, J. K. (2007). Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, 10(2), 35-45.

Pisetta, M. A. A. de M. (2008). *Considerações sobre as teorias da angústia em Freud* [Considerations about Freud's anguish theories]. *Psicologia: Ciência & Profissão, 28*(2), 404-417. https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200014

Pochmann, M. (2015). Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados, 29(85), 7–19. https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002

Queiroz, F. P. de, Frare, E., & Tolfo, S. da R. (2005). Intervenção psicológica com desempregados da comunidade da Serrinha. Revista Eletrônica de Extensão - Extensio, 2(3). https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5511/4970

Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. Revista Psicologia Política, 9(18), 331- 346.

Sato, L., & Schmidt, M. L. S. (2004). Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. Estudos De Psicologia (natal), 9(2), 365–371. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200019

Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e Desgaste mental: Desafio às Políticas Públicas e aos Sindicatos. Revista Ciências do Trabalho, 4. https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/89

Seligmann, E. (2016). SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO TRABALHO: AS VISÕES TEÓRICAS SOB A PRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO. In: Macêdo, K., Lima, J. G. de, Fleury, A. R. D., & Carneiro. C. M. S. (2016). Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar. (pp. 171-198). PUC Goiás.

Sennett, R. (2006). A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record.

Sennett, R. (2015). A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (16ª ed). Editora Record. 215 p.

Silva, R. V. S., Deusdedit-Júnior, M. & Batista, M. A. (2015). A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade: debates em psicologia do trabalho. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 8(2), 415-427.

Silva, M. C., & Mendes, A. M. (2012). A prática clínica da Psicodinâmica do Trabalho como estratégia de promoção de saúde mental. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva. 6(2). https://doi.org/10.18569/tempus.v6i2.1123

Standing, G. (2014). O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 9–24.

Sznelwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. Tempo Social, 23(1), 11–30. https://doi.org/10.1590/S0103- 20702011000100002

Takeuti, N. (2016). Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas por V. de Gaulejac. Revista Cronos, 1(1), 75–86. https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/10723

Tolfo, S. da R. (2015). Significados e Sentidos do Trabalho. In Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações (pp. 617–625). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tolfo, S. da R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicologia & Sociedade, 38–46. https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007

Veiga, H. M. S., & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. Avaliação Psicológica, 6(1), 13-20.

Vieira, F. O., Marinho, M. O., & Ghizoni, L. D. (2018). “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in)voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo, apontamentos à

luz da Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, 5*(1), 55-79. https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2018.v5n1.117

Zunzunegui M. V., Forster M., Gauvin L., Raynault M. F., & Douglas, W. J. (2006). Community unemployment and immigrants' health in Montreal. Soc Sci Med. 63(2).

"Não é tão fácil assim ao migrante conseguir um emprego, nem mesmo precarizado!": O (não) trabalho para Brasileiros em Portugal

"It's not that easy for migrants to get a job, not even a precarious one!": (Non) work for Brazilians in Portugal

"¡No es tan fácil para los inmigrantes conseguir un trabajo, ni siquiera uno precario!": El (no) trabajo para los brasileños en Portugal

Resumo: Este artigo, de natureza exploratória, fundamenta-se na análise temática de entrevistas com cinco participantes, imigrantes brasileiros residentes na região de Lisboa (Portugal). Objetivou-se analisar suas vivências de trabalho e de desemprego, bem como os recursos de apoio e as estratégias de mediação mobilizadas frente às adversidades do contexto migratório. A partir da perspectiva da Clínica Psicodinâmica do Trabalho, buscou-se compreender como as dinâmicas laborais - demarcadas pela precarização, informalidade e desemprego - produzem impactos na saúde mental. Por meio de entrevistas semiestruturadas e dos instrumentos "Questionário Sociodemográfico, Laboral e de Saúde", SRQ-20 e LiMEs, a análise se distribuiu nas categorias: cultura e rotina, sofrimento frente ao trabalho (ou ausência dele), estratégias de defesa e enfrentamento, suporte social e saúde mental. Os resultados evidenciam que o processo migratório é atravessado por tensões culturais, socioeconômicas e psíquicas, e que as vivências de desvalorização, assédio moral e violência laboral enquanto expressões do não reconhecimento e da desigualdade enfrentada no campo do trabalho produzem sofrimentos. Reforça-se a vivência de xenoracismo, machismo e isolamento social por alguns participantes. As redes de apoio, nesse cenário, foram fundamentais para a manutenção da saúde mental. Ademais, apesar das dificuldades frisadas no artigo, Portugal ainda foi percebido como um país em que há possibilidade de crescimento e vivências prazerosas.

Palavras-Chave: migração internacional; trabalho; saúde mental.

Abstract: This exploratory article is based on thematic analysis of five interviews with Brazilian immigrants living in the Lisbon region (Portugal). The objective was to analyze their experiences of work and unemployment, as well as the support resources and mediation strategies they mobilized to face the adversities of the migratory context. From the perspective of the Psychodynamic Work Clinic, we sought to understand how work dynamics—marked by precariousness, informality, and unemployment—impact mental health. Through semi-structured interviews and the instruments "Sociodemographic, Labor, and Health Questionnaire," SRQ-20, and LiMEs, the analysis was distributed among the following categories: culture and routine, distress related to work (or lack thereof), defense and coping strategies, social support, and mental health. The results show that the migration process is permeated by cultural, socioeconomic, and psychological tensions, and that experiences of devaluation, harassment, and workplace violence, as expressions of the lack of recognition and inequality faced in the workplace, produce suffering. The experiences of xenoracism, sexism, and social isolation among some participants are reinforced. In this context, support networks were essential for maintaining mental health. Furthermore, despite the difficulties highlighted in the article, Portugal was still perceived as a country where there is potential for growth and pleasurable experiences.

Keywords: international migration; work; mental health.

Resumen: Este artículo exploratorio se basa en el análisis temático de entrevistas con cinco participantes, inmigrantes brasileños residentes en la región de Lisboa (Portugal). El objetivo fue analizar sus experiencias de trabajo y desempleo, así como los recursos de apoyo y las estrategias de mediación que emplean para afrontar las adversidades del contexto migratorio. Desde la perspectiva de la Clínica Psicodinámica del Trabajo, se buscó comprender cómo las dinámicas laborales, marcadas por la precariedad, la informalidad y el desempleo, impactan en

la salud mental. Mediante entrevistas semiestructuradas y los instrumentos "Cuestionario Sociodemográfico, Laboral y de Salud", SRQ-20 y LiMEs, el análisis se distribuyó en las siguientes categorías: cultura y rutina, angustia relacionada con el trabajo (o falta de ella), estrategias de defensa y afrontamiento, apoyo social y salud mental. Los resultados muestran que el proceso migratorio está permeado por tensiones culturales, socioeconómicas y psicológicas, y que las experiencias de devaluación, acoso moral y violencia laboral, como expresiones de la falta de reconocimiento y la desigualdad que se enfrentan en el ámbito laboral, generan sufrimiento. Las experiencias de xenoracismo, sexismo y aislamiento social entre algunos participantes se refuerzan. En este contexto, las redes de apoyo fueron esenciales para mantener la salud mental. Además, a pesar de las dificultades señaladas en el artículo, Portugal seguía siendo percibido como un país con potencial de crecimiento y buenas experiencias.
Palabras-Clave: migración internacional; trabajo; salud mental.

Introdução

Conforme dados divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2025), estima-se o montante de 123.2 milhões de pessoas em deslocamento forçado no mundo - sendo considerados aqueles que necessitam migrar em decorrência das condições aos quais estão sujeitos, além de refugiados, apátridas e outros. Além delas, há um enorme quantitativo daqueles que espontaneamente buscam melhores condições de vida e trabalho em outros países, mencionando-se, a exemplo, brasileiros em Portugal (Oliveira et al., 2019; Policeno, 2025).

O Brasil não é um país no qual ocorre grave e generalizada violação de direitos humanos, assim, a emigração adquire características bastante diferentes daqueles em deslocamento forçado, costumeiramente sendo atrelada a uma saída do país em busca por melhorias na qualidade de vida e emprego (Millar & Fanini, 2022; Oliveira et al., 2019;

Zanelatto et al., 2024). Apesar disso, são pessoas que, ainda assim, estão sujeitas a inúmeras questões relacionadas à imigração, mencionando-se, por exemplo, a xenofobia, as dificuldades de inserção em um emprego digno e outros (França & Oliveira, 2021; Gomes, 2013; Neves et al., 2016; Oliveira, 2019; Oliveira et al., 2019; Oltramari et al., 2024; Pontes, 2004; Reuters, 2023). A crítica direcionada a falas de governantes que muitas vezes fomentam isto, outrossim, é pertinente: "O que deveria ser encarado como parte de uma compreensão intrínseca do desenvolvimento humano, é percebido como um problema por governantes e pela opinião pública" (Oltramari et al., 2023, p. 54).

Em termos históricos, o fluxo migratório entre Brasil e Portugal data o início dos anos de 1500 (Patarra & Fernandes, 2011), porém, em termos contemporâneos, recentemente o fluxo de brasileiros imigrantes em Portugal escalonou rapidamente. Principalmente de 2015 a 2020, ocorreu um volumoso fluxo de emigração para o país europeu, considerado a quarta onda migratória (Fernandes et al., 2021; Oltramari et al., 2023; SEF, 2022), podendo ser um reflexo dos agravamentos políticos, econômicos e sociais vivenciados no país de origem que leva, inclusive, a uma fuga de cérebros diante falta de expectativas de crescimento na origem geográfica (Fargoni, 2023).

Entretanto, a quarta onda migratória, diferente das anteriores (ora mais qualificada, ora composta majoritariamente pelo proletariado etc.), foi considerada extremamente diversa no que diz respeito ao perfil dos imigrantes brasileiros, gerando uma dificuldade em estabelecer o perfil de quem está neste trânsito. Mesmo assim, coloca-se que, ao final de 2021, passavam de 200.000 pessoas, o que coloca o Brasil dentre os países que lideram as migrações direcionadas a Portugal, conforme dados oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (Fernandes et al., 20212; Oltramari et al., 2023; SEF, 202).

A literatura científica que mais se aproxima da compreensão de quem são os atuais imigrantes brasileiros que residem em Portugal advém do texto escrito por Oltramari e

colaboradores (2023). A eles, há uma classificação que é feita em termos de redes, de classe e de gênero, permitindo, até mesmo, uma análise a partir de recortes interseccionais.

Para melhor compreender a ideia dos autores (Oltramari et al., 2023), antes de esmiuçar a classificação, coloca-se que, didaticamente, é feita uma divisão a partir de grupos. São eles: Grupo 1) imigrantes em início de carreira que são qualificados e atuam em sua área de formação, majoritariamente composto por jovens que possuem pais com recursos financeiros no Brasil; Grupo 2) estudantes ou trabalhadores que perdem a validade de sua qualificação ao emigrar, ainda que mantenham-se com desejo de prosperar apesar do cenário nem sempre acolhedor; Grupo 3) trabalhadores que, enquanto estudantes, também possuem outra fonte de renda, especialmente conectada à *gig economy* - trabalho por tarefa ou demanda; e Grupo 4) imigrantes qualificados que atuam em sua área de formação, já possuindo carreira consolidada e, muitas vezes, cidadania europeia.

Dito isso, no que diz respeito a redes, ilustra-se uma classificação daqueles que conseguem, ou não, construir redes de apoio informais ou formais. Aqueles informais trazem consigo o afeto e qualidades imateriais, já as formais podem se configurar com Instituições ou, até mesmo, profissionais contratados para apoio na inserção na comunidade receptora (sem vínculos afetivos). Aqueles que experienciam a rede de apoio informal, tendem a reproduzi-la com outros que necessitam; destaca-se que ela é, à diáspora brasileira, uma estratégia de enfrentamento de grande eficácia, permitindo a diminuição do sentimento de solidão e desamparo (Guedes et al., 2022; Komino et al., 2024; Oliveira, 2024; Oltramari et al., 2023).

No que tange à classe social, percebe-se a perpetuação das classes estabelecidas no Brasil, assim, os grupos dividem-se em “batalhadores” e “batalhadoras” (definidos como a nova classe média) e a “elite brasileira” (compondo a classe média alta no país de destino). Por vezes, inclusive, batalhadores e batalhadoras ficam em posição de servidão à elite (principalmente nos trabalhos informais de limpeza e cuidado), reproduzindo no cotidiano português os extratos

sociais tão bem conhecidos no Brasil e, contrário ao esperado, quando se vinculam (redes) com os contratantes acabam em uma posição ainda mais desvantajosa para exigir seus direitos enquanto trabalhadores (Oltramari et al., 2023).

Na divisão de classes, entende-se que as minúcias dos grupos se mostram através das preocupações de cada uma delas. À elite brasileira, giram em torno da revalidação de diplomas, agendamento de viagens pela Europa e preços de alimentos não essenciais. Já aos demais, além do diploma, há preocupação da ordem de inserção de trabalho (qualidade, oportunidades) e, até mesmo, de como se manter em um aluguel por preços razoáveis (uma realidade distante de Portugal neste momento [Reuters, 2023]).

Outro aspecto que auxilia na classificação pode ser o gênero. Há uma disparidade acentuada quando se compara vivências de brasileiras e brasileiros. O machismo, assédio moral e sexual, e uma objetificação do corpo pela estigmatização da mulher brasileira enquanto sensual e impura, fazem-se presentes (Oliveira, 2019; Oltramari et al., 2023). Dentre outros artigos analisados, há consenso sobre a erotização da figura feminina, tida como um corpo colonial que perpassa o imaginário se conectando até mesmo com prostituição e promiscuidade, indubitavelmente dando voz a práticas xenofóbicas e violentas (França & Oliveira, 2021; Gomes, 2013; Oliveira, 2019; Pontes, 2004).

Perpassando a todos esses aspectos, como mencionado, o trabalho se apresenta como uma necessidade básica para a garantia de qualidade de vida em imigrantes, assim como é um alicerce essencial à saúde ao ser constituinte da identidade dos sujeitos (Ferreira et al., 2015; Tolfo, 2015). O estudo de Oliveira e colaboradores (2019) reforça que o trabalho e a qualidade de vida estão inerentemente associados. É pertinente lembrar que o trabalho representa a principal fonte de subsistência para a esmagadora maioria da população mundial, particularmente em trabalhadores migrantes. Ademais, coloca que não se pode ignorar as interseccionalidades que reforçam desigualdades sociais, inclusive na sociedade portuguesa.

Ao imigrante, por vezes, a oferta de emprego se desloca ao campo do trabalho informal e autônomo - algo cada vez corriqueiro mediante transformações globais direcionadas ao neoliberalismo econômico. Um fator adicionalmente ainda mais acentuado quando em tempos de crise, a exemplo de desestabilizações econômicas e políticas, ou a própria pandemia ocasionada pela COVID-19. Essas práticas representam um profundo retrocesso civilizacional. Invariavelmente, isso explana uma situação de maior vulnerabilidade em termos de garantias trabalhistas e retorno financeiro. Esse cenário se acentua, inclusive, por conta das documentações ainda irregulares, restando ao imigrante, de tal forma, a problemática escolha entre o desemprego ou a informalidade (Gregoviski, 2021; Guedes et al., 2022; Oliveira et al., 2019; Oltramari et al., 2022; Teles, 2020)

Logo, urge a produção de conhecimento para abarcar as experiências subjetivas de imigrantes brasileiros em Portugal, a partir da quarta onda migratória, que ainda é pouco abordada nos estudos científicos. Por conseguinte, o trabalho, ou ausência dele, entendido como central para esta análise, é fortemente abordado neste manuscrito, sobretudo sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho - PdT (Dejours, 1988; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012). Desse modo, parte-se do princípio do trabalho como constituinte dos seres humanos.

Para a PdT, a análise da vivência subjetiva é essencial para a discussão, compreendendo-se que o trabalho como estruturante psíquico e identitário, balizador para a saúde mental. Com ele, aproximam-se aspectos individuais e sociais que são debatidos pela clínica PdT, partindo-se da ideia de que o trabalho jamais será neutro, ao contrário, é gerador de sofrimento quando há o encontro com as normas, a realidade, os embates cotidianos, os fracassos e outros (Dejours, 1988; Lima et al., 2014a; 2014b).

Pela não neutralidade, despontam vivências que ou são marcadas pelo sofrimento, ou pelo prazer. As vivências de sofrimento são naturais e corriqueiras, mas elas não necessariamente significam o adoecimento dos sujeitos, ao contrário, podem ser elas que

atuarão para a desacomodação de situações exploratórias (nomeado sofrimento criativo), e tais transformações podem vir a se situar no campo das vivências de prazer. Porém, quando o sofrimento não encontra vias de escape ou quando a Organização do Trabalho não permite mudanças no real do trabalho, pode se relacionar ao adoecimento psíquico: designado de sofrimento patogênico (Areosa, 2021; Augusto et al., 2014; Dejours, 1988; 2014; Máximo et al., 2014; Mendes, 2007; Moraes, 2013; Silva et al., 2015).

Ainda, essa teoria clínica se sustenta na ideia de que há mobilização subjetiva que interfere no dia a dia dos trabalhadores, sendo isto uma prioridade clínica. Mediante o sofrimento, há, então, o desenvolvimento de estratégias para conseguir ora se defender daquela angústia, ora enfrentá-la - estratégias de mediação do sofrimento (defensivas ou de enfrentamento). O espaço coletivo se torna, nessa estrutura, de suma importância para as transformações no espaço de trabalho e para a ressignificação dos sofrimentos (Dejours 1988; Gregoviski et al., 2022; Mendes & Araujo, 2012; Oliveira & Mendes, 2014).

Dito isto, esta pesquisa, de natureza exploratória, considerou a escuta de cinco brasileiros que residem na região de Lisboa, aquela com maior concentração de brasileiros em Portugal (Fernandes et al., 2021). Objetivou-se, a partir disso, analisar as vivências de trabalho e de desemprego de imigrantes brasileiros em Portugal, bem como os recursos de apoio e as estratégias de enfrentamento mobilizadas frente às adversidades do contexto migratório. A partir da perspectiva da Clínica PdT, buscou-se compreender como as dinâmicas laborais — demarcadas pela precarização, informalidade e desemprego — produzem impactos na saúde mental.

Método

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e transversal (Godoy, 1995; Cresswell, 2010). Ocorreu na cidade de Lisboa de janeiro a março de 2024. Participaram do estudo cinco brasileiros que residem na região de Lisboa, sendo três mulheres e dois homens.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com aplicação de três instrumentos: questionário sociodemográfico, laboral e de saúde (QSLS), Escala de Eventos Estressores (LiMEs) e *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). O QSLS objetivou a caracterização dos participantes, questionando dados sociodemográficos (idade, gênero, identidade racial, idiomas de fluência e outros), laborais (formação, experiência, equiparação acadêmica com revalidação de diplomas universitários e outros), e de saúde (sintomas físicos e psíquicos).

Já a LiMEs, originalmente chamado *List of Migration Experiences*, refere-se a uma lista com 59 itens que questionam possíveis acontecimentos penosos, estressores e/ou traumáticos que possam ter ocorrido no país de origem, no deslocamento, ou no país de chegada (Bolassél & Kristensen, 2018). Cabe a menção que foi realizado contato via e-mail com os tradutores Bolassél e Kristensen (2018) para obtenção da aprovação para uso, bem como versão final da LiMEs em português brasileiro.

Por fim, o questionário SRQ-20, amplamente indicado para uso pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sinaliza a presença de sintomatologias de Transtornos Mentais Comuns (TMC). A tradução de Santos et al. (2009) reproduz com fidedignidade o questionário, tendo em mente os devidos cuidados éticos e adaptações culturais necessárias que são indicadas pela OMS. Reforça-se que, ainda que consiga compreender TMC ao abordar alguns sintomas psiquiátricos, não foi aqui utilizada com intuito nosológico.

Complementarmente a esses instrumentos, também se utilizou da técnica de desenho da linha da vida laboral (Gregoviski et al., 2022), e diários de campo (escritos quando findada a

entrevista). Totalizaram-se mais de dez horas de gravação que foram transcritas para posterior análise. Dentre as entrevistas, três foram individuais e uma com um casal.

Reforça-se que é uma pesquisa que recebeu as aprovações éticas necessárias para tomar forma (CAAE 74693923.4.0000.5344), e os dados que serão apresentados abaixo serão atrelados a nomes fictícios, não permitindo a vinculação a sujeitos e mantendo o sigilo e anonimato da pesquisa. Termos de consentimento Livre e Esclarecido foram assinados antes de iniciada as gravações. Os dados foram analisados a partir da análise temática de Braun e Clarke (2006).

Tabela 2.
Dados Sociodemográficos, Laborais e de Saúde

Nome	Nise	Marielle	Jean	Ruy	Inês
Gênero	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino
Idade	29	30	29	31	31
Identidade racial	Branca	Preta	Pardo	Branco	Branca
Estado civil	Casada (marido em Portugal)	Solteira (reside com companheiro e filho)	Solteiro (reside com companheira e filho)	Solteiro (companheira no Brasil)	Casada (marido em Portugal)
Região de origem	São Paulo	Mato Grosso	Goiás	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Status migratório	Autorização de residência: dependente de cidadão europeu	Autorização temporária	Autorização temporária	Autorização de residência pela convenção CPLP	Aguardando vaga para reagrupamento familiar (irregular)
Tempo de migração	2 anos	8 anos	7 anos	5 meses	1 ano
Escolaridade	Ensino Superior em Psicologia	Ensino médio	Ensino médio	Tecnólogo em sistemas para internet	Ensino Superior em Psicologia
Idiomas	português, inglês - fluente	português, inglês - não fluente	português, inglês - não fluente	português, italiano, espanhol e inglês - não fluente	português, inglês e espanhol
Renda	900 a 1.100 € (proveniente exclusivamente do marido)	2.000 a 3.000 €	2.000 a 3.000 €	850 a 900 €	1.600 € (proveniente exclusivamente do marido)

Nota. CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Tabela 3.
Resultados SRQ-20

Nome	Nise	Marielle	Jean	Ruy	Inês
Você tem dores de cabeça frequentes?	Não	Não	Não	Não	Não
Tem falta de apetite?	Não	Não	Não	Não	Não
Dorme mal?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Assusta-se com facilidade?	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Tem tremores nas mãos?	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem má digestão?	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Tem dificuldade de pensar com clareza?	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Tem se sentido triste ultimamente?	Não	Não	Não	Sim	Não
Tem chorado mais do que de costume?	Não	Sim	Não	Sim	Não
Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Tem dificuldades para tomar decisões?	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, causa-lhe sofrimento?)	Não	Não	Não	Sim	Sim
É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	Não	Não	Não	Sim	Não
Tem perdido o interesse pelas coisas?	Não	Não	Não	Não	Não
Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?	Não	Não	Não	Não	Sim
Tem tido ideia de acabar com a vida?	Não	Não	Não	Não	Não
Sente-se cansado o tempo todo?	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Você se cansa com facilidade?	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Tem sensações desagradáveis no estômago?	Não	Sim	Não	Não	Sim
Pontuação total	05	10	04	12	11

Nota. Acima de sete pontos em "pontuação total", considera-se relacionado a sofrimento mental ou presença de TMC, conforme visto em Marielle, Ruy e Inês.

Tabela 4.
Lista de Experiências Migratórias

Nome	Experiências migratórias reportadas no Brasil	Experiências migratórias reportadas em Portugal
Nise		Entrevistas realizadas pela imigração (em Portugal e Estados Unidos); Não conseguir encontrar emprego; Desemprego; Condições ruins de trabalho; Discriminação étnica/racial; Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma; Solidão e tédio (Estados Unidos); Sensação de ser parte de uma minoria (em Portugal e Estados Unidos); Sentir-se privado; Sensação de estar sendo negligenciado; Sensação de estar sendo injustiçado; Sensação de não merecer esta vida de imigrante; Preocupação com a família no país de origem (em Portugal e Estados Unidos); Não poder retornar ao país de origem em caso de emergência (também nos Estados Unidos); Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Medo de ser enviado de volta para seu país de origem; Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo; Não poder viajar livremente quando se está pedindo asilo; As qualificações obtidas em seu país de origem não são reconhecidas; Medo de morrer e ser enterrado longe de casa/seu país de origem

Marielle	Pobreza; Desemprego; Sensação de ser parte de uma minoria	Ferimentos graves; Tortura; Acidentes; Pouco acesso a comidas que você gosta; Falta de uma moradia adequada; Pouco auxílio do governo; Pouco acesso a serviços de apoio psicológico; Atrasos no processamento dos seus pedidos de imigração; Problemas de saúde sem acesso a cuidados médicos; Pouco acesso a cuidados odontológicos; Desemprego; Condições ruins de trabalho; Discriminação étnica/racil; Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma; Dificuldades relacionadas à adaptação e como lidar com as diferenças culturais; Solidão e tédio; Sensação de ser parte de uma minoria; Sentir-se privado; Sensação de estar sendo negligenciado; Sensação de estar sendo injustiçado; Sensação de não merecer esta vida de imigrante; Preocupação com a família no país de origem; Não poder retornar ao país de origem em caso de emergência; Preocupação com a perda de sua identidade étnica; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo; Não poder viajar livremente quando se está pedindo asilo; As qualificações obtidas em seu país de origem não são reconhecidas; Medo de morrer e ser enterrado longe de casa/seu país de origem
Jean	Falta de uma moradia adequada; Pobreza; Atrasos no processamento dos seus pedidos de imigração; Condições ruins de trabalho; Solidão e tédio; Sensação de estar sendo injustiçado; Preocupação com a família no país de origem; Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo	Perder-se; Pouco acesso a comidas que você gosta; Falta de uma moradia adequada; Pouco auxílio do governo; Pouco acesso a serviços de apoio psicológico; Pouco acesso a cuidados odontológicos; Condições ruins de trabalho; Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma; Dificuldades relacionadas à adaptação e como lidar com as diferenças culturais; Solidão e tédio; Sensação de não merecer esta vida de imigrante; Preocupação com a família no país de origem; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo; Não poder viajar livremente quando se está pedindo asilo

Ruy	Ferimentos graves; Estar próximo à morte; Perder-se; Ser isolado de outras pessoas; Acidentes; Desastres naturais; Separação forçada dos membros da família; Testemunhar violência a outras pessoas; Destruição de bens pessoais; Pouco acesso a comidas que você gosta; Pouco acesso a serviços de apoio psicológico; Não ter permissão para trabalhar; Não conseguir encontrar emprego; Desemprego; Condições ruins de trabalho; Solidão e tédio; Sensação de ser parte de uma minoria; Sentir-se privado; Sensação de estar sendo negligenciado; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Sensação de não saber onde você vai acabar no dia seguinte	Ferimentos graves; Estar próximo à morte; Perder-se; Acidentes; Pouco acesso a comidas que você gosta; Falta de uma moradia adequada; Pobreza; Pouco auxílio do governo; Pouco acesso a serviços de apoio psicológico; Entrevistas realizadas pela imigração; Atrasos no processamento dos seus pedidos de imigração; Problemas de saúde sem acesso a cuidados médicos; Superlotação no local de estadia; Não ter permissão para trabalhar; Não conseguir encontrar emprego; Desemprego; Condições ruins de trabalho; Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma (Canadá); Solidão e tédio; Sensação de ser parte de uma minoria; Sentir-se privado; Preocupação com a família no país de origem; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Medo de ser enviado de volta para seu país de origem (Canadá); Sensação de não saber onde você vai acabar no dia seguinte; Medo de morrer e ser enterrado longe de casa/seu país de origem
Inês	Ferimentos graves; Abuso físico; Estupro ou abuso sexual; Lavagem cerebral; Acidentes; Desastres naturais; Pouco auxílio do governo; Sensação de não saber onde você vai acabar no dia seguinte	Pouco auxílio do governo; Problemas de saúde sem acesso a cuidados médicos; Não ter permissão para trabalhar; Não conseguir encontrar emprego; Desemprego; Condições ruins de trabalho; Discriminação étnica/racil; Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma; Dificuldades relacionadas à adaptação e como lidar com as diferenças culturais; Solidão e tédio; Sensação de ser parte de uma minoria; Sensação de estar sendo negligenciado; Sensação de não merecer esta vida de imigrante; Preocupação em perder sua cultura de origem; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Medo de ser enviado de volta para seu país de origem; Sensação de não saber onde você vai acabar no dia seguinte; Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo; Não poder viajar livremente quando se está pedindo asilo

Resultados e Discussão

A análise temática das entrevistas permitiu a identificação de cinco grandes categorias que organizam a experiência subjetiva dos participantes imigrantes, atravessadas por tensões socioculturais, econômicas e psíquicas, profundamente imbricadas no processo migratório e nas condições de trabalho com as quais se depararam em Portugal. As categorias foram estruturadas de modo a abarcar tanto as dimensões objetivas — relacionadas às condições materiais de vida e trabalho — quanto os efeitos subjetivos desse percurso. São elas: 1) cultura e rotina, 2) vivências de sofrimento frente ao trabalho (ou ausência dele), 3) estratégias de defesa e enfrentamento, 4) suporte social (redes), e 5) saúde mental.

Complementarmente, os dados obtidos pela aplicação dos instrumentos auxiliaram na discussão. Os dados do QSLS demonstram a variedade da migração brasileira direcionada a Portugal em termos de estado que residiam, profissão pregressa e atual, idiomas compreendidos, renda mensal média e outros (Fernandes et al., 2021; Oltramari et al., 2023; SEF, 2022). Porém, também oferecem sinais que reforçam hipóteses direcionadas a uma emigração e fuga de cérebros do Brasil - ou seja, adultos com formação universitária (Fargoni, 2023).

A linha da vida laboral (Gregoviski et al., 2022) foi um recurso amplamente usado nas entrevistas, porque permitiu a visualização dos dados compartilhados, optou-se por não trazer diretamente neste artigo em decorrência da compreensão de que ela perpassou os transcritos analisados. Já os diários de campo trouxeram maior robustez aos discursos e, também, graças a tais anotações, percebeu-se a reprodução de falas xenofóbicas (explícitas ou implícitas) a outras nacionalidades consideradas mais vulneráveis (como indianos) por parte de alguns participantes quando desligado o gravador, suscitando uma válida discussão sobre a reprodução da opressão por parte daquele oprimido, em que há um estrangeiro desejado e um indesejado (Freire, 1987; Redin & Reichert, 2024).

Sobre a escala LiMEs (Bolassél & Kristensen, 2018), as vivências mais comuns, no que diz respeito ao posterior à migração, foram: baixo acesso a comidas que gostam, moradia inadequada, pobreza, auxílio limitado do Estado, problemas referentes à documentação, desemprego ou condições inadequadas no trabalho, discriminações e xenofobia, privação e solidão, e preocupações com aqueles no país de origem. Compreende-se que esses dados refletem em muito àqueles obtidos pelo SRQ-20 (Santos et al., 2009), em que aqueles com experiências mais traumáticas (anterior e posteriormente ao emigrar), também foram aqueles com maior prejuízo emocional - Jean, diferentemente de Ruy e Inês, informou que as vivências mais dolorosas se deram não por residir no Brasil *per se*, mas pela distância da esposa e filho quando aguardava liberação para poder se deslocar a Portugal, o que pode justificar sua baixa pontuação no questionário (não dando indicativos de sofrimento psíquico).

Cultura e rotina

Agrupam-se os desafios enfrentados na adaptação sociocultural, marcados por diferenças de idioma (ainda que seja o mesmo, destacou-se o sotaque como marca de diferenciação), valores e modos de vida (próprios da adaptação em outro país), bem como pela vivência do não pertencimento, frequentemente atravessada por episódios de xenofobia, racismo, estigmatização e discriminação, que se materializam em práticas como a recusa na contratação por serem brasileiros ou pela imposição de estereótipos depreciativos, especialmente a mulheres (apontando questões interseccionais de gênero). Não obstante, esta categoria também abarca vulnerabilidades relacionadas à condição financeira, dialogando com o que Oltramari et. al. (2023) chamam de “classe”, destacando-se nisso a residência precária (própria do momento vivenciado em Portugal em decorrência dos aumentos de aluguéis [Reuters, 2023]) e as dificuldades na regularização documental. Muitas vezes, esta categoria se

relacionou a de suporte social (redes), pois o discurso de gratidão frente ao suporte de familiares e amigos jamais foi dissociado das dificuldades econômicas.

No que diz respeito ao idioma, à exceção de Ruy, todos referem situações constrangedoras às quais foram colocados pela diferença entre o sotaque português e brasileiro. O preconceito linguístico contra o sotaque brasileiro, assim, parece ocasionar a sensação de estar em um país cujo idioma é completamente diferente, requerendo a supressão de expressões idiomáticas e adaptações fonéticas, corroborando com pesquisas como as de Śliwa et al. (2023) e de Iorio e Gaspar (2024). Nisso, Nise conta:

> O feedback que eu tive da recrutadora (de um *Call Center* ao qual se candidatou a trabalhar) foi que: "Ai, não vamos te contratar porque falas brasileiro, não é? Não falas português nato, falas brasileiro, e quando o senhorzinho Joaquim de 80 anos liga aqui para tratar com a nossa empresa, ele quer tratar com alguém falando português nato".

Para Gregoviski et al. (2022), o idioma é uma das maiores fontes de sofrimento psíquico em migrantes, acentuando o senso de não pertencimento àquela sociedade. Assim, percebe-se que o sotaque, ainda que em se tratando do mesmo idioma, adquire uma marca, um estigma, que distingue, em espaços como os descritos por Nise, imigrantes de portugueses, até mesmo criando uma subdivisão dentro do trabalho precarizado.

Ora, qual mensagem isso pode transmitir se não a de que até mesmo no trabalho informal brasileiros podem não ser bem-vindos? O que restaria, assim, a esses imigrantes? Marielle discorre sobre isso, e conta que ao seu empregador isso significou uma nova possibilidade de exploração vexatória, porque àqueles que falavam com o sotaque brasileiro se relegou o lugar da culpabilização pelos erros cometidos na loja que atuou. Essa marca a acompanhou mesmo após sair de lá, porque a cada interação com portugueses tinha a sensação

de ser destratada, o que afirma ter percebido que era uma distorção frente ao trauma quando conseguiu acesso à psicoterapia.

O trabalho, desse modo, invariavelmente atua como um balizador da saúde mental, especialmente em um contexto de imigração e as particularidades daí provenientes (Dejours, 1988; Gregoviski et al., 2022; Mendes & Araujo, 2014). Acresce que, ao atuar como um ambiente laboral que não permite a ressignificação do sofrimento que se torna patogênico, impedindo mobilização subjetiva individual e/ou coletiva, falar-se-á sobre processos de dominação de uma gestão opressora e dessubjetivante que adoece aos sujeitos, deteriorando laços sociais (Dejours, 1988; 2006; Facas et al., 2015; Ferreira, 2013; Gaulejac, 2007; 2024; Gaulejac & Hanique, 2024; Mendes, 2007; Moraes, 2013; Sennett, 2015).

Os valores e modos de vida foram pontuados por todos os imigrantes entrevistados. Porém, isto não necessariamente surge como algo negativo, ao contrário, dentre os aspectos prazerosos da imigração colocam o quanto alguns valores e modos de vida da sociedade de acolhimento se destacam como motivos para se manterem naquele país no momento, como Ruy que insinua não temer perder sua cultura, pois percebe que a de Portugal é muito mais coerente com seus princípios.

As entrevistas, aliadas a respostas da LiMEs, demonstram que há, entretanto, um receio do distanciamento absoluto das raízes, bem como um medo, quase irracional, sobre o modo como podem vir a ser tratados no dia a dia ao ingressarem naquela comunidade, dialogando com Ferreira e Borges (2022) que, ademais, informam que isso ocasiona um cenário vulnerabilidade psicossocial. São exemplos: “Tem uma coisa que fala sobre a saudade da terra que você viveu, né? Ele meio que tem essa característica, ele recusa falar com o sotaque daqui” (Marielle e Jean contando sobre o filho), “Depois dos seis primeiros meses você vai habituando, entendendo onde você está, que você não vai ser preso se você entrar numa loja, porque a gente vem com essa cabeça” (Nise).

O assimilamento ou a incorporação integral dos valores e modos de vida do país de destino, assim, em muito se distingue do que tende a ser uma saída saudável para o impasse emocional que aqui se coloca, sendo ela a aculturação. Vide o exemplo de Inês: “Acho que é aquela questão de aceitar que tem multiculturas, que cada um interpreta as coisas diferente com a bagagem que tem”. Desse modo, entende-se como aculturação a integração entre os traços dos dois países, e se conecta a um maior senso de pertencimento ao perceber, e aceitar, a multiculturalidade existente (Weber et al., 2019).

Ainda nessa linha, o não pertencer foi uma vivência unicamente direcionada ao sofrimento, impactando aspectos rotineiros, como ao se recusar a sair para conhecer espaços, e emocionais, com sinais preocupantes que serão melhor abordados posteriormente. Isso foi encontrado em Gregoviski (2021), em que o não pertencimento foi conectado ora como algo esperado em migrações, ora como resposta aos preconceitos inúmeros que são vivenciados por esse sujeito, afetando a construção de suas identidades e ocasionando o que pode ser denominado como “uma suposta necessidade de se renunciar a quem se era” (p. 84).

Atos ou falas que remetem à xenofobia, ao racismo, à estigmatização da mulher brasileira e à discriminação, como era por se esperar, reforçam essa crença. São representações de xenofobia e de discriminação nas análises, os ocorridos com Nise e Marielle. Nise não pode ser contratada pelo simples fato de ser brasileira e ter um sotaque diferente daquele que os portugueses gostariam de ouvir em uma chamada telefônica (conforme citado acima), algo expresso por Oltramari et al (2023), Śliwa et al. (2023), e Iorio e Gaspar (2024) ao informar que o sotaque é, incontáveis vezes, o próprio impedimento.

Já Marielle tem convicção, após suas experiências laborais frustrantes e assediadoras, de que há um entendimento de que “existe o imigrante e existe o brasileiro” (ao falar sobre as diferenças que nota quando alguns portugueses percebem estar na presença de brasileiros, não europeus ou outras nacionalidades de maior influência). Nise, como uma mulher branca, e

Marielle, como uma mulher preta, posicionam-se, ainda, informando que a xenofobia anda junto ao racismo, presentes na surpresa quando uma pessoa branca responde em português, não em inglês, nos discursos propagados sobre o Brasil ser uma selva (e implicitamente ou explicitamente referenciar brasileiros a macacos) e outros. Logo, nota-se que, ao menos utilizando esses discursos como base, o racismo e os imaginários sociais sobre o que é ser brasileiro parecem permear os estereótipos mantidos por alguns cidadãos em países do norte global (França & Oliveira, 2021; Iorio & Gaspar, 2024; McDonnell & Lourenço, 2009; Oliveira, 2019).

Ainda sobre xenofobia, porém perpetuada pelos imigrantes, aborda-se o discurso reproduzido por alguns participantes quando desligado o gravador (anotado no diário de campo): a insinuação de desejáveis e indesejáveis (na figura daqueles que estragam a imagem da imigração por serem violentos e intolerantes). Para Redin e Reichert (2024), há o conceito do mais estrangeiro dentre os estrangeiros na cultura brasileira, que escancara o racismo presente na identidade nacional em decorrência da história do processo de colonização do Brasil, tendo em conta que somente é aversivo aquele não-europeu, com recortes explícitos de raça, cor e classe social.

Há uma lógica perversa que sustenta e infere o discurso do superior e inferior, reprimindo ainda mais àqueles que se encontrariam em uma posição supostamente desvantajosa (lugar do Outro), ilustrando, por conseguinte, uma cena de aporofobia, ou aversão à pobreza (Freire, 1987; Redin & Reichert, 2024). Sob este prisma, cria-se até mesmo a imagem de um estranho hostil, que nada mais é senão a projeção da hostilidade interna do falante; tais discursos desmantelam o ego do sujeito e abalam imensamente o senso de imagem e identidade daquele que já luta pela autopreservação disto diariamente ao sair de sua pátria e, sob essa égide, reproduz-se o trauma (Forno et al., 2021)

Especificamente sobre o recorte de gênero, na fala de Marielle se percebe a presença do estigma do corpo-objeto (França & Padilla, 2021; Gomes, 2013; Novaes & Rossi, 2018): “Tem quem abomine, tem gente que relaciona muito a hipersexualidade, então, se você é mulher, você não pode passar perto do meu marido (...) promiscuidade está estampada na sua cara assim, sem você querer”. É, nesta acepção, um desafio às mulheres enfrentarem o machismo estrutural em Portugal, a violência e as consequências disso, como a dificuldade na inserção profissional (França & Padilla, 2021; Novaes & Rossi, 2018; Oltramari et al., 2023).

A escala LiMEs evidenciou que homens são aqueles que relatam não sofrer com a discriminação em Portugal, uma realidade bastante diferente daquela do público feminino, o que pode corroborar com o recorte de gênero que é demarcado por França e Padilla (2021), e Oltramari et al. (2023) como constituidor das vivências. Inês menciona: “eu não sei como é essa realidade para mulheres aqui e tudo mais, mas eu sinto que essa questão de trabalhar é um pouco mais complexa, ainda mais quando você é de outro país”.

A condição financeira, que se relaciona diretamente às condições de moradia e qualidade de vida de uma forma mais ampliada, também foi mencionada por todos como aquilo que mais impactou na rotina diária após emigrar a Portugal. Ruy, sendo o único que ainda tem sua família nuclear no Brasil (esposa e duas filhas), demonstra o quão significativo isso se torna ao imigrante que, para além de si mesmo, sustenta pessoas no país de origem - corroborando com os dados de Gregoviski et al. (2022).

Para Jean, há, nesta subcategoria, tanto o prazer quanto o sofrimento desenhado como preocupação com o futuro. A liberdade financeira conquistada pelo seu trabalho autônomo permitiu desfrutar de vivências únicas em Portugal e na Espanha, mas isso também o faz refletir com ar ansiogênico: “A gente investe no agora, mas não está investindo no futuro”. Sua fonte de renda estar atrelado a um trabalho sem garantias não é diretamente um incômodo, pois reflete sobre momentos em que, atuando com a emissão do recibo verde (comprovante de profissional

sem vinculação trabalhista), conseguiu retirar lucros acima do declarado, gerando maior equilíbrio mensal entre o lazer e os compromissos financeiros: “Nosso contrato (na área da construção civil) era (a pedido do empregador) de ordenado mínimo, mas a gente chegava a ganhar dois salários mínimos por fora”. Nota-se, assim, que tentou driblar o sistema, ainda que de forma legalmente incorreta, para resistir a uma maior precarização.

Por fim, situa-se que o suporte foi transversal a todas essas subcategorias discutidas. Independentemente de refletirem sobre as subcategorias de forma prazerosa ou como algo exploratório e angustiante, o apoio entre pares, com familiares, e dos próprios colegas ou chefias portuguesas, esteve sempre presente, demonstrando o quão essencial é, especialmente no cenário migratório, ter com quem contar (financeiramente, emocionalmente, materialmente e outros).

Vivências de sofrimento frente ao trabalho (ou ausência dele)

Esta categoria evidencia o sentido do trabalho, ainda que diante de um cenário em que a exploração de mão de obra e a precarização dos ambientes de trabalho ilustram o subemprego, e, em casos mais extremados, o desemprego. Não bastasse isso, a desvalorização dos saberes e dos diplomas obtidos no país de origem revela as assimetrias do mercado laboral.

Também se contempla, na categoria, reflexões sobre as dificuldades de inserção formal no mercado de trabalho português, e a flexibilização forçada de salários e jornadas de atuação, que agem concomitantemente, quase que como uma condicionalidade. Por fim, relatam-se as graves vivências de assédio moral no trabalho ou outras violências.

No que diz respeito ao sentido do trabalho, para Nise e Ruy se relaciona unicamente à renda nesse momento. Inês expressa veemente discordância disso: “para mim, o meu trabalho precisa fazer sentido, se eu não acredito naquilo que eu estou fazendo, eu não vou ‘vender’, entendeu?” - deixando claro que para ela é uma questão de identificação subjetiva com a

atividade exercida, que ultrapassa a mera função instrumental do trabalho como fonte de renda. Para Inês, o trabalho precisa estar alinhado a valores pessoais e convicções internas, funcionando como espaço de expressão de si e de construção de sentido existencial. Quando o trabalhador não consegue encontrar sentido e significado para o trabalho que realiza, isso cai na categoria dos designados "*bullshit jobs*" (Graeber, 2019). Esse tipo de trabalho abre uma ferida psicológica na identidade dos trabalhadores, a qual é difícil de sarar.

Já para Marielle e Jean, apesar de se reiterar o sentido de proventos financeiros, também expressam o reconhecimento dos clientes como algo mobilizador para o investimento psíquico disposto no seu trabalho, semelhantes aos achados de Gregoviski et al. (2022). O reconhecimento, assim, opera movimentando o trabalhador que pode, com isto, dar outros destinos ao sofrimento inerente ao trabalho. Mais ainda, contribui com o sentido do trabalho e pode estreitar vínculos que formarão um coletivo com caráter emancipatório (Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012).

Jean afirma "é o retorno que traz, quando fica pronto (o móvel que monta) a pessoa (fica): que maravilhoso! ficou lindo, muito obrigado! (...) é o reconhecimento dos clientes". Logo, o reconhecimento simbólico por parte dos clientes proporciona uma sensação de valorização e eficácia em sua ação, sustentando o engajamento subjetivo na atividade que realizam. Cabe sinalizar que esse reconhecimento, contrário a outras vivências que serão ilustradas, atuam como vivências de prazer que dignificam o trabalho.

É pertinente lembrar as palavras de Dejours (2006, p. 34) acerca desta questão:

> Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do

> reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da identidade. E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d'alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica da realização do ego. A identidade constitui a armadura da saúde mental.

Não dialogando com os sentidos atrelados ao trabalho, a exploração de mão de obra surgiu como um ponto de atenção em todas as entrevistas, do início ao fim, permeando inúmeros dos assuntos esmiuçados. Logo, nota-se que isto é um ponto chave para imigrantes brasileiros em Portugal, que ora se apresenta como uma vivência concreta, ora como um medo que surge ao presenciar o quão corriqueiro isto é. O trabalho decente (Antunes, 2020a; Beltramelli, 2020), nesse cenário, é cada vez mais uma utopia.

Para Jean e Inês, isso esteve relacionado à carga horária ou, até mesmo, à função em si: Inês foi contratada como vendedora de aparelhos de saúde, mas foi solicitado que atuasse como terapeuta, intuindo sempre a venda. Os casos mais marcantes, porém, foram de Nise, Marielle e Ruy:

> Por ser brasileira, as ofertas sempre vêm com o máximo de exploração possível! (...) Em pouquíssimo tempo eu encontrei duas vagas em escolas de inglês (para atuar como professora), só que eu fui super-explorada, assim, absurdamente explorada, (...) toda quarta feira, de graça (ia para a escola trabalhar), (e eles diziam) nós não vamos pagar esse dia pra você (...) eu ganhava hora-aula, que vá lá também não era muita coisa! Mas sim, toda quarta feira eu tinha que ir lá (sem pagamento), tirar xerox, não só da minha aula, mas também para a dona da escola, de coisas que ela precisava (Nise).

> Era muito além do que eu poderia fazer, era um salário mínimo, mas, às vezes, as exigências eram terríveis, a escala era 6 por 1 (...) eu desempenhava várias funções como, por exemplo, meu patrão soube, de alguma forma, que no Brasil eu era designer gráfica e ele começou a me colocar para fazer os banners (...) tudo que eu pudesse fazer que fosse dessa área ele queria que eu fizesse, a social mídia, éramos nós que fazíamos a limpeza do estabelecimento, nós que recebíamos mercadoria, entregávamos mercadoria, e tudo o que que você possa imaginar. Ele delegava funções para gente naquela empresa (...) fora os abusos psicológicos (Marielle).

> A primeira oferta foi de logo que eu cheguei, consegui na parte de instalação de projetores, dentro de escolas municipais aqui, vim com uma "atividade aberta", que é como se fosse um PJ (pessoa jurídica), e daí você pode trabalhar, então eu tive essa oportunidade, porém, para mim era uma coisa que pagava pouco e trabalhava muito (...) no primeiro dia eu cheguei às sete da manhã e saí eram às nove da noite (...) depois trabalhei com aplicativos (Ruy).

A precarização laboral se torna evidente, exemplificada, também, nas situações acima, pois remetem à exploração da mão de obra, até mesmo com situações de desvio de funções laborais. Segurança no emprego, direitos trabalhistas garantidos ou uma identidade pessoal e social sustentada pelo trabalho, ficam mais inatingíveis, o que gera sentimentos de insegurança, ansiedade e alienação (Sennett, 2015; Standing, 2014), levando-os a uma reprodução rotineira das injustiças sociais, tão banalizadas pela sociedade (Dejours, 2006). Reforça o que Nise informa ao desabafar: "Não é tão fácil assim para o migrante conseguir um emprego, nem mesmo o precarizado".

No caso de Ruy, que trabalha com aplicativos de entregas, a precarização é quase que uma redundância. Não pensar nisso, era parte de sua rotina: “Eu ia no automático”. A uberização da economia se utiliza da lógica de desburocratização da economia, paulatinamente removendo direitos, fantasiando-se como autonomia e chances de merecimento para enriquecer. Como consequência, muitos trabalhadores enfrentam insegurança constante, desgaste emocional, sensação de isolamento com a respectiva perda de referências coletivas de pertencimento. Há, desse modo, uma aparente temporalidade fragmentada e uma identidade fluida, o que exige que o trabalhador constantemente se adapte, sendo esta uma de suas funções ou responsabilidade (Antunes, 2020b; 2023; Dejours, 2006; Mattos & Soares, 2023).

O trabalho decente, contrariamente ao descrito acima, age protegendo os direitos humanos nas relações laborais (Beltramelli, 2020). Os relatos, não somente deste estudo, mas de teorias sobre o trabalho contemporâneo (Antunes, 2020a; 2023), demonstram um distanciamento com esse conceito na realidade, o que se percebe são espaços cada vez mais individuais que invisibilizam o sujeito que ocupa uma posição de informalidade, assumindo-se como prestador de serviços. Para Antunes (2020a), isso age na obliteração de relações de assalariamento.

O subemprego, ou trabalho informal, caracterizar-se-á pelo não padrão de atividades (dinamismo), subcontratações ou contratações inexistentes, ausência de respaldos legais, remuneração imediata, sobrecarga e ausência de horários estipulados (que podem fazer o trabalhador atuar o triplo do limite previsto nas legislações sobre trabalho). Uma posição, esta, já ocupada por mais de dois bilhões de pessoas (Campos & Gonçalves, 2023; Mattos & Soares, 2023; Organização das Nações Unidas [ONU], 2022; Ribeiro, 2009; Torkington, 2024; Vieira et al., 2018).

A exploração da mão de obra, a precarização laboral, e o subemprego ou trabalhos informais, relacionam-se e a um maior risco de acidentes laborais, como o ocorrido com Ruy

em acidentes de motocicleta ao entregar comida, sendo até mesmo considerados análogos à escravidão ou uma servidão (in)voluntária. Para Ribeiro (209), ademais, o subemprego é o núcleo degradado no qual se encontram reflexos da economia instituída globalmente. Há uma necessidade imediata da discussão acerca da ocupação de trabalhos informais através das plataformas digitais, e todos os seus ônus ou supostos bônus (Antunes, 2020a; 2020b; 2023; Campos, 2020; Campos & Gonçalves, 2023; Lima et al., 2014a; Mattos & Soares, 2023; Oltramari & Areosa, 2023; Vieira et al., 2018).

Pelas respostas informadas no SRQ-20 junto aos dados sociodemográficos, pode-se pensar que o subemprego, tempo de desemprego e sofrimento psíquico andam juntos. A renda, maior conforme o tempo de residência em Portugal, também pode sinalizar a importância do maior conhecimento da cultura, regras trabalhistas, rede de suporte e outros.

Ainda que ocupando uma situação de subemprego, Marielle e Ruy se colocam como desempregados, ainda que ambos atuem com trabalho por aplicações, por compreender que não possuem segurança alguma para o amanhã. Eles são, também, os que mais expressam sofrimento emocional no SRQ-20.

Vale destacar, porém, que o sofrimento relacionado ao desemprego é mencionado por outros participantes também, como Nise e Inês que, ao se recordarem da época, expressam sofrimento intenso. As duas também referem incômodo diante da desvalorização de saberes e dos diplomas de graduação: ambas são bacharéis em Psicologia, mas, para atuar em Portugal, necessitam de toda uma revalidação que é custosa e inviável no momento. Há, nesses impasses burocráticos, o aumento do sentimento de perda identitária (Gregoviski, 2021).

As dificuldades na inserção aparecem relacionadas à nacionalidade. Nise conta sobre a justificativa utilizada para não ser contratada por uma empresa a uma posição que era extremamente qualificada: ser brasileira. Pensa, ainda, que o país como um todo ilustra um

cenário caótico em termos laborais: “a ausência de oportunidades daqui de Portugal me fez virar a chave” (Nise).

Não por motivos éticos ou emancipatórios, Inês traz uma realidade ilusoriamente contrária, a de empresas que contratam exatamente por serem brasileiros: “Deixaram claro, na triagem de recrutamento, que eles queriam permanecer com uma equipe brasileira (...) eu acredito que também tem uma questão de se prevalecer um pouco em cima”. Percebe-se uma contratação estratégica, não como forma de inclusão, mas como um modo de explorar disposições subjetivas e culturais que facilitam a docilidade e a adaptação daquele trabalhador, conforme discutido por Dejours (1988; 2013; 2014), sustentando formas sutis de dominação laboral. O trabalhador migrante é sempre um alvo mais fácil para a “servidão voluntária” (Antunes, 2020a; Bourdieu, 1998; Gaulejac, 2024; Sennett, 2015; Standing, 2014).

A flexibilização de salário e carga horária nada mais é do que o desdobramento do discutido até aqui (Mattos & Soares, 2023; ONU, 2022). Para a manutenção de um sistema como o prezado atualmente, há necessidade dessa maleabilidade. Ruy conta “no Brasil era mais tranquilo, mais livre (...) aqui não senti mais (referindo-se aos finais de semana), chegou à segunda feira, chegou domingo, é mais um dia normal, tem que trabalhar”, e Inês complementa “Eu fiquei em torno de um mês, porque era um trabalho bastante puxado, (...) se alguém saiu, tu não podes fazer a tua folga, então, às vezes, o horário fixo era até meia-noite, mas ia até uma da manhã”.

Por fim, o assédio moral no trabalho e outras violências também foram mencionados. A vivência de Marielle ilustra um cenário preocupante de ocorrência de assédio, com práticas repetidas, prolongadas e constrangedoras no espaço de trabalho, cujo objetivo é desmoralizar, humilhar, desqualificar ou similares, tendo impactos psíquicos mensuráveis (Eurich & Souza, 2023; Hirigoyen, 1998; Soares, 2012). A ela, isso ocorria de maneira vertical (Eurich & Souza, 2023; Hirigoyen, 1998) com o chefe como o perpetrador que criou, institucionalmente, um

ambiente competitivo, com funcionários sendo colocados como rivais, assim, instaurando uma dessensibilização daquele coletivo e os levando ao limite emocional: “Quando eu vi que eu já não estava mais aguentando, meu limite já estava para estourar, aí eu saí”. Os danos psíquicos que isso acarreta são inúmeros (Hirigoyen, 1998), como ela própria refere ao listar sintomas que experienciou na época. Não obstante, a violência ainda a fazia sentir culpa por não ser grata o suficiente: “o tempo todo parecia, ainda, que era um favor por ser imigrante, então eu tinha que agradecer esse contrato”.

Inês também vivenciou esses sentimentos danosos a si, após violências morais no espaço de trabalho: “é como se fosse errado eu estar em casa sem fazer nada (...) então era culpa, culpa, culpa, culpa e a comida era o refúgio”. Dentre as violências que desembocaram nisto, menciona-se o impedimento de usar o banheiro, os acordos não-ditos para não questionar autoridades do espaço, as exigências repentinas que precisam ser cumpridas e outros: “Porque para a minha ética eu preciso confiar no local do trabalho, a partir do momento que eu começo a ver coisas que vão contra e eu perco totalmente a vontade, eu desanimo, e daí eu não tenho mais vontade de sair da cama (...) compulsões surgiram”. De certo modo, esse sentimento é aquilo que Dejours (2006; 2013) nomeia por “sofrimento ético”, ao afrontar os valores que esse trabalhador tem como fundamentais (Facas et al., 2015).

Como aponta Hirigoyen (1998), esses comportamentos atingem a dignidade do sujeito, porém transcendem essa dimensão ao influenciar a saúde emocional e acarretar o colapso do sentido do trabalho, adoecimento do sujeito, até mesmo gerando ou maximizando compulsões (mecanismo de escape). A experiência de Inês evidencia esses danos, revelando como a violência cotidiana e silenciosa no ambiente de trabalho produz sentimento de culpa, desânimo e, também, uma retração subjetiva, comprometendo sua capacidade de agir e seu desejo de viver.

Estratégias de defesa e de enfrentamento

A terceira categoria aborda os movimentos subjetivos e práticos mobilizados frente às adversidades, seja de forma individual ou com o apoio de coletivos. Mencionam-se a organização da rotina, os processos de ressignificação do trauma (psicoterapia), a construção a partir da esperança de um amanhã mais promissor, a negação do sofrimento, o trabalho partilhado com outros imigrantes ou redes de suporte entre imigrantes (apostando nisto como promissor), o uso de recursos pessoais e sociais — incluindo o próprio privilégio (melhor explicado adiante) —, e as reflexões sobre a continuidade do projeto migratório ou o possível retorno ao Brasil (analisado a partir da finalização de processos de angústias e incertezas).

Como estratégias de enfrentamento, coloca-se a organização da rotina, a psicoterapia, o esperançar um futuro promissor, as redes de suporte. São compreendidas como de enfrentamento porque criam condições propícias para a mobilização subjetiva, indo para além de um papel de adaptação (como naquelas consideradas defensivas), e criando transformações naquilo que causa sofrimentos (Mendes & Araujo, 2012).

A organização da rotina foi utilizada especialmente por Marielle e Jean, como uma forma de encarar o sofrimento que a ausência de uma estabilidade em termos de horários e dias trabalhados trazia, afinal, ambos atuam como profissionais autônomos dentro do mercado informal das plataformas, com serviço por demanda. Nise também aderiu a isto, porém para ter maior controle emocional sobre a ansiedade que a tomava por não estar vinculada a nenhum trabalho (formal ou informal) no momento.

A psicoterapia foi um recurso utilizado por todas as mulheres. Isso as fez encararem os medos de enfrentamento dos desafios no país estrangeiro, encontrando vias de escape emocional saudáveis em termos emocionais. Para Marielle, ademais, a psicoterapia também atuou como estratégia de enfrentamento e manutenção de saúde mental após vivenciar situações de assédio moral no trabalho. O esperançar de um futuro promissor, em contrapartida, foi

presente em todos os participantes, atuando de forma bastante semelhante à psicoterapia, pois permitiu a projeção do sucesso e, em decorrência disso, conseguiram criar soluções às problemáticas que geravam tormentos.

As redes de suporte atuaram como uma das estratégias mais utilizadas, sendo consenso entre todos os participantes. Isso ocorreu ainda que as pessoas a quem eles buscassem, em sua maioria, fossem familiares e amigos que seguem no Brasil, logo, necessitando-se lidar com a distância física e o sentimento de saudade que emerge com frequência.

Já uma das estratégias, nomeada como privilégio, é compreendida como de defesa, pois parece ter estimulado o individualismo e alienar o sujeito: trata-se de fazer uso dos preconceitos e estereótipos sociais a seu favor, como, por exemplo, fingir não ser brasileira e falar em inglês pela confusão feita por alguns portugueses em decorrência da cor de suas peles, diminuindo a xenofobia linguística. Ademais, também parece ser uma estratégia que na medida em que causa proteção psíquica, causa incômodo e confronto com os valores que possuem, (Dejours et al., 2010; Facas et al., 2015). Isso surge em Nise e Inês (que até mesmo consegue nomear isto).

Na mesma medida, a decisão entre a continuidade em Portugal ou retorno ao Brasil, apareceu como uma forma de defesa. Semelhante a negação, o sofrimento é parcialmente deixado de lado quando a ideia de se deslocar de Portugal surge, parecendo pôr fim aos processos de angústias e incertezas. Isso ocorreu especialmente com Marielle e Inês.

A negação aparece, ademais, como outra estratégia de defesa usada em demasia por Ruy (aquele que majoritariamente ocupou postos de trabalho informais e precários, especialmente em plataformas): “Eu preciso continuar isso, eu tenho objetivo maior, independente do que eu sinto ou não”. Adquirir uma postura de negação pode, nesta perspectiva, ser o diferencial entre enlouquecer ou não no trabalho (Schlindwein, 2016), afinal, há a defesa do psiquismo para conseguir suporte a carga emocional do sofrimento em decorrência daqui que, de praxe, seria intolerável. Com isso, minimiza-se a percepção do sofrimento para que se possa seguir

trabalhando (Moraes, 2013b) e, no caso de Ruy, conquistar a sobrevivência e concretizar o sonho de estar com a família completa em Portugal, ainda que se tenha que passar por tantos percalços: insegurança alimentar e nutricional, superlotação em residência, acidentes de motocicleta no trabalho por aplicativos e outros.

Suporte social (redes)

Reúne-se, nesta categoria, dispositivos para a sustentação subjetiva e social, incluindo experiências positivas no ambiente de trabalho (inclusive com colegas e gestores portugueses), redes de apoio constituídas por familiares, amigos e coletivos de brasileiros — tanto presencialmente quanto à distância —, bem como práticas associadas ao esporte, à convivência e, em alguns casos, ao acompanhamento psicológico.

As experiências positivas que puderam ser vivenciadas pelos brasileiros quando inseridos profissionalmente em Portugal foram de suma importância, revelando o quanto a relação com colegas e gestores podem ser fatores protetivos à saúde mental (Gregoviski, 2021; Mendes & Araujo, 2012). Para Jean, o fato de ter encontrado um chefe tão receptivo quando chegou em Portugal foi essencial para que conseguisse ter tanto o acesso à renda quanto à documentação, pois o auxiliou em todos os processos necessários mediante os órgãos oficiais (SEF).

Já o apoio de familiares e amigos, bem como de coletivos de imigrantes brasileiros, foi presente a todos os participantes. Parecido ao discutido por Santos et al. (2024), há, com a rede de suporte à distância, a formação de conexões de forma transnacional, o que permite o pertencimento e coletividade independentemente de como isso está se dando (ou não) no país receptor.

Estabelecer o hábito de estar próximo daqueles que gostam foi importante para terem a garantia de um ombro amigo para adversidades, ou uma escuta atenta para a partilha de

conquistas. Muitos têm também, a partir desse apoio, suporte financeiro. Na imigração parece ser irremediável pensar que o medo da ausência de renda passa para outros patamares (como o risco de não ter o que comer ou onde morar), paralisando os sujeitos.

O esporte e o acompanhamento psicológico surgem nessa categoria porque extravasaram unicamente a ideia de estratégia de enfrentamento ao ser um espaço de vinculação a outras pessoas, ampliando a rede de suporte socioemocional direta (nos esportes) ou indiretamente (como estímulo a isto que emergiu a partir de combinações feitas em espaços de acompanhamento psicológico). Isso foi fundamental para Ruy (esportes) e para Marielle (psicoterapia).

Saúde mental

Por fim, a quinta categoria, "saúde mental", evidencia os efeitos psicossociais do processo migratório, que se expressam em sinais de sofrimento psíquico, transtornos emocionais, sentimentos recorrentes de solidão, desvalia, culpa, preocupação e estados persecutórios, somados ao baixo acesso aos serviços de saúde mental e à vivência de uma pressão constante por adaptação, sobrevivência e manutenção do projeto migratório. Contrariamente, há aspectos que fomentam a saúde mental por intermédio de vivências prazerosas, colocando-se o exemplo do suporte social e do descobrir outras culturas e lugares.

O sofrimento psíquico não necessariamente indica um adoecimento. Nos processos migratórios, na verdade, ele pode ser bastante comum, especialmente no processo de adaptação cultural (Gregoviski, 2021; Gregoviski et al., 2022).

Em termos de saúde mental (ou preocupações referentes a ela), o instrumento SRQ-20 mostrou que as respostas mais frequentes dentre os entrevistados foi o estar nervoso ou tenso ou preocupado (em todos os participantes), o assustar-se facilmente (em todas as mulheres), o dormir mal e a dificuldade de tomar decisões (em quatro respostas). Ainda, a sensação de

incapacidade de ser útil ou não ter préstimo foram respostas mencionadas por dois participantes com alto índice de respostas afirmativas (Ruy e Inês). Os três com as piores pontuações também foram aqueles que referiram se sentir cansados com facilidade.

Desse modo, os sentimentos negativos, mencionando-se de solidão, desvalia, culpa, preocupação e se sentir perseguido (em decorrência da nacionalidade) surgiram como um alerta que requer atenção, tendo em conta haver potencial diagnóstico quando se mantém sem ressignificação e interrompendo a vida das pessoas, causando prejuízos pessoais, familiares, sociais e laborais. Ainda, a pressão que muitos vivenciam para que atinjam o sucesso, já que estão fora do país de origem e sacrificando a proximidade de seus familiares e rede de apoio de longa data, pode contribuir para tensão/preocupação. Esses achados corroboram com pesquisas que descrevem sintomatologias que surgem nos processos migratórios quando há sofrimento intenso, bem como em cenários de trabalhos precários (Bolassél & Kristensen, 2018; Campos, 2020; Dejours, 2006; 2013; Ferreira, 2013; Ferreira & Borges, 2022; França & Padilla, 2021; Gaulejac, 2024; Gaulejac & Hanique, 2024; Lima et al., 2014a; Mattos & Soares, 2023; Oliveira, 2024; Oliveira & Mendes, 2014; Vieira et al., 2018; Teles, 2020).

Ainda, retomando a ideia de que o desemprego origina sofrimento psíquico, traz-se o exemplo de Marielle e Ruy. Ambos expressam a compreensão de estarem desempregados (com incômodo frente a isso), mesmo com a atuação autônoma no mercado laboral, com isso, parecem possuir maiores indicadores no SRQ-20 que são alertas para a necessidade de cuidado em aspectos emocionais. Diferentemente deles, a situação de desemprego quando relativamente temporária e qualitativamente descrita por Nise e Inês, pareceu acarretar um sofrimento menos intenso, pois em muito se relacionou a uma decisão consciente pela espera. Tais dados corroboram com a pesquisa de Gregoviski (2021).

Paralelamente, o instrumento também mostrou um alto índice de sofrimento psíquico nas respostas de Inês, quem, assim como Marielle, sofreu assédio no ambiente de trabalho -

relacionado à xenofobia (Hirigoyen, 1998) e quem, assim como Ruy, mais listou experiências traumáticas prévias à migração (Bolassél & Kristensen, 2018) - sendo também os dois que menos expressam desejo em regressar ao Brasil durante suas entrevistas. Qualidade de vida foi um motivador para a imigração especialmente presente com Ruy e Inês, suportando ainda mais a ideia de que as influências das vivências prévias foram disparadoras para o não desejo de regresso.

O baixo acesso aos serviços foi sublinhado no LiMEs, sendo necessário esse destaque aqui. Especialmente foi referido a ausência de acesso àqueles de saúde mental (Bolassél & Kristensen, 2018; Gregoviski, 2021), o que se torna um agravante do quadro, um fator de risco iminente.

Coloca-se, porém, que os imigrantes não relatam de modo algum somente vivências de sofrimento que influem em sua saúde mental, ao contrário, o apoio, mais bem discutido no item acima, foi um fator protetivo essencial, pois possibilitou a cooperação entre pares e deu maior sentido à experiência migratória, ao estar longe de onde se nasceu. Ademais, explorar outras culturas e países também foram estímulos (fontes de vivências de prazer) para a diminuição do sofrimento patogênico.

Considerações Finais

A presente pesquisa evidenciou a urgência da produção de conhecimento sobre as experiências que perpassam a vivência de imigrantes brasileiros em Portugal, especialmente no contexto da quarta onda migratória, ainda pouco abordada pela literatura científica. Identificaram-se tanto vivências de prazer como de sofrimento, porém, os discursos referentes ao mundo do trabalho causaram preocupação.

Ilustrou-se um cenário em que, assim como em outros países (como o próprio Brasil), aqueles em condição de maior vulnerabilidade percebem maiores dificuldades quando buscam

acessar direitos fundamentais: recorte migratório. No caso dos participantes, a precarização no acesso ao trabalho, exacerbada ocupação de postos informais (se comparado aos formais), as vivências de violência no trabalho e assédio moral, desenharam um quadro propício para a propagação do sofrimento psíquico, reforçando a necessidade de estudos que considerem tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas da imigração. Mediante isto, o suporte social foi um recurso de extrema importância para a manutenção da saúde mental, ainda que mais centrado na comunidade brasileira.

Em termos de cultura e rotina, a adaptação foi atravessada pelos desconfortos mediante diferenças de sotaque (português de Portugal *versus* português do Brasil), de valores e de modos de vida. As vivências de não pertencimento, quando mencionadas, estiveram atravessadas inclusive por xenoracismo e discriminação de gênero. Essas experiências foram intensificadas por vulnerabilidades econômicas e afetaram o cotidiano, restringindo atividades e socializações. Assim, a cultura e a rotina demonstram como as condições materiais e simbólicas se entrelaçam, evidenciando que a integração envolve reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos, pertencimento social e segurança econômica.

Já a centralidade do trabalho na constituição da identidade pessoal e social dos imigrantes se mostrou como algo muito além de mera segurança econômica, pois daí provieram vivências de prazer, bem como de sofrimento (especialmente mediante o desemprego e assédio moral). O subemprego (ou informalidade), a desvalorização de diplomas e saberes adquiridos no Brasil, bem como violências no trabalho, refletem a precarização e a desigualdade no mercado laboral. O ser brasileiro, aqui, parece ter sido usado como uma perigosa moeda de troca que expôs imigrantes a situações periculosas e vexatórias.

Felizmente, graças a estratégias de defesa e enfrentamento, os participantes relataram mecanismos individuais e coletivos para encarar essas adversidades, incluindo organização da rotina, psicoterapia, esperança no futuro e redes de apoio entre imigrantes. Tais estratégias

permitem a ressignificação do sofrimento e promovem processos de enfrentamento que vão além da simples adaptação, possibilitando transformações e a mobilização de recursos internos e externos. Destacou-se o suporte social como essencial a todos os participantes para manutenção da saúde mental, percebida como fragilizada em alguns momentos.

O baixo acesso a serviços de apoio psicossocial em decorrência de barreiras percebidas, a solidão e isolamento ora vivenciados (e comuns a imigrantes), a preocupação consigo e aqueles no país de origem, os preconceitos que experienciaram ou temiam experienciar, e a pressão constante de adaptação e sobrevivência foram mencionados por eles. Contudo, experiências prazerosas, reconhecimento em espaços de trabalho e suporte social, também mencionados, podem ser considerados fatores chaves para superação do sofrimento antes que se torne patogênico.

A escassez de políticas públicas em Portugal e o acesso percebido como limitado à saúde mental, requerem olhares. Apesar da ênfase ofertada a aspectos que requerem melhorias, menciona-se que não são, de modo algum, a totalidade da experiência. Vide o exemplo de Jean e de como conseguiu superar adversidades graças a oportunidades de trabalho ofertadas pela sua chefia portuguesa.

Dessa forma, espera-se que o artigo possa contribuir com recursos para se pensar em ferramentas de acolhimento e garantias cidadãs a brasileiros que moram em Portugal, a partir de uma descrição que desestimula generalizações frente à diversidade de origem, classe, gênero, profissão, renda e idioma. Ademais, intui-se corroborar com a crítica social tão bem colocada sobre os olhares direcionados a migrantes e a marginalização a qual são submetidos, independentemente de qual país se esteja falando, sendo considerado de um país com menor poderio, relações desiguais parecem se instalar (como o próprio discurso xenofóbico de alguns brasileiros parece comprovar). Por fim, estimula-se pesquisas de abordagens mistas para melhor

descrição do cenário de imigração brasileira em Portugal na atualidade, com especial enfoque nos âmbitos laborais.

Referências

ACNUR. (2025). Dados: refugiados no Brasil e no mundo. https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo

Antunes, R. (2020a). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo. 336 p.

Antunes, R. (Org.). (2020b). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Boitempo.

Antunes, R. (Org.) (2023). *Iceberg à deriva: O trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo.

Areosa, J. (2021). Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. Revista Katálysis, 24(2), 321-330.

Augusto, M. M., Freitas, L. & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. Psicologia em Revista, 20(1), 34-55. doi: https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678- 9523.2014v20n1p34

Beltramelli, S. N. (2020). Trabalho decente. In: R. Rocha & L. M. Baú (Org.), Dicionário de ergonomia e fatores humanos: O contexto brasileiro em 110 verbetes (pp. 324-326). ABERGO.

Bolassél, L. T.; Kristensen, C. H. (2018). Tradução e adaptação cultural da escala List of Migration Experiences para o português brasileiro. In: Salão de Iniciação Científica, 19º, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: EdiPUCRS. Recuperado de: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sic/assets/edicoes/2018/arquivos/381.pdf

Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101.

Campos, C. R. (2020). Condições de trabalho: repercussões na saúde psíquica dos trabalhadores. In M. L. G. Schmidt (Org.), *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: Principais conceitos e terminologias* (p. 118). FiloCzar.

Campos, L. S., & Gonçalves, J. T. (2023). Trabalho informal e ergonomia. In: R. Rocha & L. M. Baú (Org.), Dicionário de ergonomia e fatores humanos: O contexto brasileiro em 110 verbetes (pp. 333–335). ABERGO.

Cresswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.

Dejours, C. (1988) A loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.

Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social. Editora FGV. 7ed.

Dejours, C. (2013). A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), 9-28.

Dejours, C. (2014). Trabalho, Tecnologia e Organização: Avaliação do trabalho submetida à prova do real (2nd ed.; L. I. Sznelwar & F. L. Mascia, Eds.). São Paulo: Blucher.

Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2010). Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho (2ª ed.). Atlas

Eurich, J. C., & Souza, S. R. (2023). Intervenções antiassédio moral na América Latina: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 23*(1), e3237. https://doi.org/10.5935/rpot/2023.1.3237

Facas, E. P., Duarte, F. S., Mendes, A. M. & Araujo, L. R. (2015). Sofrimento ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In J. K. Monteiro, F. O. Vieira, & A. M. Mendes (Orgs.), Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e práticas (pp. 233–256). Juruá Editora.

Fargoni, E. H. E. (2023). Ciência, trabalho e a fuga de cérebros do Brasil. Trabalho & Educação, 32(2), 101–115. https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/40156

Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. Revista Latinoamericana de Población, 15(29), 34–63. https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i2.n29.2

Ferreira, J. (2013). Patologias da solidão. In: F. O. Vieira, A. M. Mendes & A. R. C. Merlo. Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica e clínica do trabalho. Juruá.

Ferreira, J. B., Macêdo, K. B., & Martins, S. R. (2015). Real do Trabalho, Sublimação e Subjetivação. In Trabalho e Prazer: Teoria, Pesquisas e Práticas (pp. 33–49). Curitiba: Juruá Editora.

Ferreira, A. V. S., & Borges, L. M. (2022). Metamorfoses interculturais: O impacto da imigração na saúde mental de imigrantes universitários latino-americanos. *Educação em Revista*, *38*, e25665. https://doi.org/10.1590/0102-469825665

Forno, C. dal, Canabarro, R. C. dos S., & Macedo, M. M. K. (2021). (Des)subjetivação, migração e refúgio: Reflexões psicanalíticas. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 24(1)

França, T., & Oliveira, S. P. de. (2021). Mulheres brasileiras imigrantes como estraga-prazeres: Revelando racismo no "amigável" Portugal. Cadernos Pagu, (63), e216301.

França, T., & Padilla, B. (2021). Tecendo experiências migratórias: Brasileiras em Portugal entre o preconceito e a sexualização. In G. Assis, T. França, & B. Padilla (Eds.), *Gênero e mobilidade no tempo presente* (pp. 25–57). UDESC.

Freire, P. (1987). Pedagogia do oprimido. Paz e Terra.

Gaulejac, V. de. (2007). Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social (3rd ed.). Idéia e Letras.

Gaulejac, V. de. (2024). O trabalho como lugar de construção do sujeito, entre emancipação e alienação. In: Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. Sociologia Clínica e Psicossociologia: Teorias e Práticas. Editora Fi. (Cap. 3, pp. 53-72).

Gaulejac, V., & Hanique, F. (2024). Capitalismo paradoxante: um sistema adoecedor. São Paulo: Hucitec editora.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev adm empres [Internet]. 35(3), 20–29. https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004

Gomes, M. S. (2013). O imaginário social Mulher Brasileira em Portugal: Uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. Dados – Revista de Ciências Sociais, 56(4), 929–956. https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400005

Graeber, D. (2019). *Bullshit jobs - The rise of pointless work, and what we can do about it*. London: Penguin Books.

Gregoviski, V. R. (2021). O Trabalho em Contexto Migratório: Vivências de Venezuelanos Frente ao Trabalho e suas Repercussões na Saúde Mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 100 p.

Gregoviski, V. R., Ortigara, G. de M., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2022). "Luz Para A Rua E Escuridão Para Dentro": Imigração, Trabalho E Saúde Mental. Pretextos. 6(12), 78-94.

Guedes, F. B., Gaspar, S., Cerqueira, A., Gaspar, T., Tomé, G., Branquinho, C., Calado, P., Marques, M. E., Derluyn, I., Verelst, A., Skovdal, M., & Matos, M. G. de. (2022). Refugiados, migrantes e COVID-19: Análise qualitativa do estudo ApartTogether/OMS. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 23(3), 602–613. https://doi.org/10.15309/22psd230302

Hirigoyen, M. F. (1998). Le harcèlement moral: La violence perverse au quotidien. Paris: Syros.

Iorio, J., & Gaspar, S. (2024). The language that unites us is the one that also separates us: Portuguese language use by Brazilian and African youth in Portugal. *Journal of Language and Discrimination, 8*(1), 50–73. https://doi.org/10.1558/jld.24356

Komino, A. C., Oltramari, A., & Barros, V. F. A. (2024). Caminhos da ciência: Descontentamento e redes de apoio da diáspora científica brasileira em Portugal. Trabalho apresentado no SPG-22: Migração interna e internacional: primeiros passos na pesquisa, 48º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil.

Lima, S. C. C., Mendes, A. M., & Costa, M. F. (2014a). Clínica das patologias da sobrecarga no trabalho. In I. M. R. Taveira, A. C. L. França, & M. C. Ferreira (Orgs.), Qualidade de vida no trabalho: Estudos e metodologias brasileiras (Vol. 1, p. 1–1). Curitiba: CVR.

Lima, S. C. C., Mendes, A. M., & Costa, M. F. (2014b). O sujeito entre a normalidade e a patologia: Notas sobre a trajetória conceitual da psicodinâmica do trabalho. In I. M. R. Taveira, S. C. C. Lima, & M. F. Costa (Orgs.), Prática e pesquisa em saúde e QVT: A realidade de Macaé e Rio das Ostras (Vol. 2, pp. 1–24). Curitiba: CVR.

Mattos, B. G., & Soares, A. A. (2023). Condição análoga à escravidão pela governança cibernética: Uma análise às precarizações e ao excesso de jornada de trabalho dos prestadores de serviço do iFood à luz da relação algorítmica. In W. Martinez (Org.), O futuro do trabalho no século XXI (cap. 4). São Paulo: Editora Projeto Editorial Praxis.

Máximo, T. A. C. de O., Araújo, A. J. da S., & Zambroni-de-Souza, P. C. (2014). Vivências de sofrimento e prazer no trabalho de gerentes de banco. Psicologia: Ciência e Profissão, 34(1), 96–111.

McDonnell, J., & Lourenço, C. de. (2009). You're Brazilian, right? What kind of Brazilian are you? The racialization of Brazilian immigrant women. Ethnic and Racial Studies, 32(2), 239–256. https://doi.org/10.1080/01419870802361328

Mendes, A. M. (2007). Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho. In Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, Método e Pesquisas (pp. 29–48). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M., & Araujo, L. K. R. (2012). Clínica Psicodinâmica do Trabalho. O Sujeito em Ação. Juruá Editora.

Millar, K. M., & Fanini, M. A.. (2022). "Saia do Brasil Agora" Emigração brasileira como ação antecipatória. Tempo Social, 34(3), 315–339. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.198669

Moraes, R. D. de. (2013a). Sofrimento Criativo e Patogênico. In F. de O. Vieira, A. M. Mendes, & Á. R. C. Merlo (Eds.), Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho (pp. 415–419). Curitiba: Juruá Editora.

Moraes, R. D. de. (2013b). Estratégias Defensivas. In F. de O. Vieira, A. M. Mendes, & Á. R. C. Merlo (Eds.), Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho (pp. 153-158). Curitiba: Juruá Editora.

Neves, A. S. A., Nogueira, M. da C. O. C., Topa, J. B., & Silva, E. G. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: Uma análise de género. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(4), 723–733. https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400011

Novaes, C. B., & Rossi, C. R. (2018). O corpo das mulheres brasileiras e o seu estereótipo no universo fitness em Portugal. *Cadernos Pagu*, *52*, 194–219. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8652642

Oliveira, J. N., & Mendes, A. M. (2014). Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. Temas em Psicologia, 22(2).

Oliveira, V. de. (2019). *Brasileira sim, prostituta não. Mulheres brasileiras em Portugal: identidade negociada*. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, (21). https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/46568/30893

Oliveira, E. N., Matias, M. M. M., Félix, T. A., Cavalcante, M. M. B., Lopes, R. E. & Neto, F. (2019). Brazilian women living in Portugal: work and quality of life. Saúde e Sociedade [online], 28(1), 182-192. https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170122

Oliveira, M. (2024). Sentimento de solidão em mulheres brasileiras emigrantes em Portugal (Dissertação de Mestrado). Universidade Europeia.

Oltramari, A. P., & Areosa, J. (2023). Uberização e plataformização do trabalho. In D. H. Helal, A. P. Oltramari, D. C. B. Moscon, & K. C. M. de Paiva (Orgs.), Dicionário de gestão de pessoas e relações de trabalho no Brasil (pp. 103–106). Gradus.

Oltramari, A. P., Fraga, A. M., Scherer, L., & Prestes, V. A. (2022). Influências da pandemia de COVID-19 na vivência da imigração e nas relações de trabalho (RT) de brasileiras em Portugal. Laboreal, 18(1), 1–18.

Oltramari, A. P., Peixoto, J., Fernandes, D., & Areosa, J. (2024). Cuarta ola de inmigrantes brasileños en Portugal: Las características de la inserción masculina en el mercado laboral. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo, 8(17), 1–27.

Oltramari, A. P., Scherer, L. A., Fraga, A. M., Peixoto, J., & Fernandes, D. M. (2023). A quarta onda de imigrantes brasileiras e brasileiros em Portugal: Redes, classe social e gênero em evidência nas relações de trabalho. Revista Gestão & Conexões, 12(1), 49–71. https://doi.org/10.47456/regec.23175087.2023.12.1.38231.49.71

Organização das Nações Unidas. (2022, fevereiro). Segundo a ONU, mais de 60% das mulheres no Brasil dependem da economia informal para seu sustento. *ONU News*. https://news.un.org/pt/story/2022/02/1780332

Patarra, N. L. & Fernandes, D. (2011). Brasil: país de imigração? In: J. Peixoto & D. Fernandes. RILP. Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Policeno C. (2025). Saiba quantos brasileiros vivem em Portugal e quantos portugueses vivem no Brasil. Revista Valor, Globo. https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/06/03/saiba-quantos-brasileiros-vivem-em-portugal-e-quantos-portugueses-vivem-no-brasil.ghtml

Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. Cadernos Pagu, (23), 229–256. https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008

Redin, G., & Reichert, D. W. (2024). O mais estrangeiro dentre os estrangeiros: Xenofobia no Brasil. Revista Direito e Práxis, 15(4), e77924. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/77924

Reuters. (2023, 29 de março). Preço do aluguel em Portugal salta 11% e bate recorde em meio à crise de custo de vida. CNN Brasil. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/preco-do-aluguel-em-portugal-salta-11-e-bate-recorde-em-meio-a-crise-de-custo-de-vida/

Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. Revista Psicologia Política, 9(18), 331- 346.

Santos, K. O. B., Araújo, T. M. de. Pinho, P.de S. & Oliveira, N. F. de. (2009). Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. Cadernos de Saúde Pública, 25(1), 214-222. https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000100023

Santos, N. N. dos ., Martin, D., & Silveira, C.. (2024). “Eu moro aqui, trabalho aqui, vivo aqui, mas tenho a cabeça lá”: famílias transnacionais, redes e cuidado entre migrantes venezuelanos.. REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 32, e321807. https://doi.org/10.1590/1980-85852503880003204

Schlindwein, V. L. D. C. (2016). Estratégia subjetiva de enfrentamento do sofrimento no trabalho. In J. K. Monteiro, F. O. Vieira, & A. M. Mendes (Orgs.), Trabalho e Prazer: Teoria, Pesquisas e Práticas (pp. 175–198). Juruá.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. SEF. https://www.sef.pt/pt/pages/conteudodetalhe.aspx?nID=92

Sennett, R. (2015). A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (16ª ed). Editora Record. 215 p.

Silva, R. V. S., Deusdedit-Júnior, M. & Batista, M. A. (2015). A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade: debates em psicologia do trabalho. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 8(2), 415-427.

Śliwa, M., Aguzzoli, R., Brewster, C., & Lengler, J. (2024). Workplace accentism as a postcolonial and intersectional phenomenon: The experiences of Brazilians in Portugal. Human Relations, 77(10), 1468–1501. https://doi.org/10.1177/00187267231198965

Soares, A. (2012). As origens do conceito de assédio moral no trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 37(126), 284–286. https://doi.org/10.1590/s0303-76572012000200009

Standing, G. (2014). *O precariado – a nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.

Teles, G. O. e. (2020). *Impactos da pandemia por Covid-19 nos migrantes brasileiros em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. http://hdl.handle.net/10400.5/20986

Tolfo, S. da R. (2015). Significados e Sentidos do Trabalho. In Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações (pp. 617–625). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Torkington, S. (2024, junho 4). O que é a economia informal e quantas pessoas trabalham nela? World Economic Forum. https://www.weforum.org/stories/2024/06/what-is-the-informal-economy/

Vieira, F. O., Marinho, M. O., & Ghizoni, L. D. (2018). “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in)voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo, apontamentos à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, 5(1), 55-79. https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2018.v5n1.117

Weber, J. L. A., Brunnet, A. E., Lobo, N. dos S., Cargnelutti, E. S., & Pizzinato, A. (2019). Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. Psico-USF, 24(1), 173–185. doi: https://doi.org/10.1590/1413-82712019240114

Zanelatto, J. H., Salib, G. R., & Estevam, D. de O.. (2024). Motivações para migrar: as redes sociais e o processo decisório do migrante contemporâneo. Interações (campo Grande), 25(3), e2534133. https://doi.org/10.20435/inter.v25i3.4133

Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Intervenção Clínica com Refugiada Venezuelana no Brasil

Psychodynamic Clinic of Unemployment: Clinical Intervention with a Venezuelan Refugee in Brazil

Clínica Psicodinámica del Desempleo: Intervención Clínica con una Refugiada Venezolana en Brasil

Resumo: Este estudo descreveu e analisou uma pesquisa-intervenção clínica, fundamentada na Clínica Psicodinâmica do Desemprego, cujo objetivo foi promover a saúde mental de uma refugiada venezuelana de primeira geração, desempregada e inserida em subempregos. De natureza qualitativa, exploratória, descritiva e longitudinal, a intervenção foi estruturada em seis encontros clínicos e um de acompanhamento realizado seis meses após. Utilizaram-se como instrumentos o Questionário Sociodemográfico, Laboral e de Saúde, o SRQ-20, o LiMEs, diários de campo, memoriais e uma entrevista semiestruturada (aplicada no acompanhamento). A análise temática se deu pelas categorias: sentido do trabalho, vivências frente ao trabalho ou sua ausência, reconhecimento, cooperação, estratégias de mediação e saúde mental. Os resultados indicaram que a intervenção funcionou como um espaço de fala e escuta, reconhecimento e cooperação, possibilitando a elaboração e ressignificação do sofrimento relacionado ao trabalho, e a criação de estratégias de mediação frente a ele. Houve redução das sintomatologias de transtornos mentais comuns, conforme o SRQ-20, e avaliação positiva da participante quanto ao processo vivido. A experiência evidenciou a importância de modelos clínicos integradores que articulem dimensões psíquicas e materiais, contribuindo para o fortalecimento de políticas e práticas de acolhimento e inclusão de migrantes, bem como para a construção de agendas baseadas em evidências na interface entre saúde mental, desemprego e migração.

Palavras-Chave: refugiados; desemprego; estudo de intervenção; saúde mental.

Abstract: This study described and analyzed a clinical intervention study, based on the Psychodynamic Clinic of Unemployment, aimed at promoting the mental health of a first-generation Venezuelan refugee who was unemployed and underemployed. It is a qualitative, exploratory, descriptive, and longitudinal study; the intervention consisted of six clinical sessions and a follow-up session conducted six months later. The instruments used included the Sociodemographic, Labor, and Health Questionnaire, the SRQ-20, the LiMEs questionnaire, field diaries, memos, and a semi-structured interview (administered during follow-up). Thematic analysis was conducted using the following categories: meaning of work, experiences related to work or its absence, recognition, cooperation, mediation strategies, and mental health. The results indicated that the intervention functioned as a space for conversation and listening, recognition, and cooperation, enabling the elaboration and reframing of work-related suffering, and the creation of mediation strategies. There was a reduction in symptoms of common mental disorders, according to the SRQ-20, and the participant's positive assessment of the process experienced. The experience highlighted the importance of integrative clinical models that articulate psychological and material dimensions, contributing to the strengthening of policies and practices for the reception and inclusion of migrants, as well as to the development of evidence-based agendas at the interface between mental health, unemployment, and migration. Keywords: refugees; unemployment; intervention study; mental health.

Resumen: Este estudio describió y analizó un estudio de intervención clínica, basado en la Clínica Psicodinámica de Desempleo, cuyo objetivo fue promover la salud mental de una refugiada venezolana de primera generación, desempleada y subempleada. La intervención, cualitativa, exploratoria, descriptiva y longitudinal, constó de seis sesiones clínicas y una sesión

de seguimiento seis meses después. Los instrumentos utilizados incluyeron el Cuestionario Sociodemográfico, Laboral y de Salud, el SRQ-20, el cuestionario LiMEs, diarios de campo, memorandos y una entrevista semiestructurada (administrada durante el seguimiento). El análisis temático se realizó utilizando las siguientes categorías: significado del trabajo, experiencias relacionadas con el trabajo o su ausencia, reconocimiento, cooperación, estrategias de mediación y salud mental. Los resultados indicaron que la intervención funcionó como un espacio de conversación, escucha, reconocimiento y cooperación, que facilitó la elaboración y el replanteamiento del sufrimiento laboral, así como la creación de estrategias de mediación. Se observó una reducción de los síntomas de trastornos mentales comunes, según el SRQ-20, y una evaluación positiva de la participante sobre el proceso vivido. La experiencia destacó la importancia de modelos clínicos integrativos que articulen dimensiones psicológicas y materiales, contribuyendo al fortalecimiento de políticas y prácticas de recepción e inclusión de personas migrantes, así como al desarrollo de agendas basadas en evidencia en la interfaz entre salud mental, desempleo y migración.

Palabras-Clave: refugiados; desempleo; estudio de intervención; salud mental.

Introdução

A migração, ainda que sempre tenha sido parte da constituição das sociedades, intensifica-se ainda mais nas últimas décadas em decorrência de diversos fatores humanitários, políticos, sociais, econômicos e ambientais (Garcia, 2018; UNHCR, 2021; UNHCR, 2022). No Brasil, o montante de solicitantes de refúgio, compreendidos como pessoas que buscam adentrar o país ao sair da nação de origem após sofrerem grave e generalizada violação de direitos humanos, dispara anualmente. Somou-se, até o final do ano de 2024, 454.165 solicitações de refúgio (Junger et al, 2025).

Em se tratando de uma população que está sujeita a violações de direitos humanos básicos, as vulnerabilidades psicossociais às quais migrantes (termo guarda-chuva que comporta variações legais dentro do deslocamento forçado) estão expostas são múltiplas. São exemplos: dificuldades de acesso às políticas públicas, à habitação, ao emprego digno e outras. Destarte, coloca-se o agravamento e cristalização de tais dificuldades diante de calamidades globais, como foi o caso da COVID-19, ou de desastres e emergências regionais, como a enchente que devastou o Rio Grande do Sul em 2024 (ANA, 2025; Arruda-Barbosa et al., 2020; Castelli et al., 2020; Gregoviski et al, 2022a; Ramos, 2013).

No campo do trabalho, recorte estabelecido neste artigo, percebe-se que isto é ainda mais crítico. A oferta de trabalho a migrantes costuma estar em uma alçada de informalidade, por vezes até mesmo análoga à escravidão, o que coloca em evidência desregulamentações neoliberais e suas consequências nefastas. Compreende-se que o trabalho precário impacta diretamente esses sujeitos, pois afeta negativamente a percepção que têm de si, de suas identidades e das formas coletivas de resistência e cooperação para o enfrentamento desse modelo de gestão do trabalho em vigor (Gregoviski et al., 2022b; Henrich et al., 2021).

Por óbvio, a precarização cada vez mais intensa, a desconsideração quanto à experiência acadêmica e profissional pregressa por conta do processo de revalidação do diploma, as interseccionalidades e outros, reforçam a marginalização de migrantes que se deslocam de forma forçada e impacta nos riscos de acidentes laborais, e de adoecimento físico e psíquico, algo ainda mais decrescente em termos de dignidade laboral quando se trata de mulheres e indígenas. Destaca-se, ainda, dois aspectos cruciais nesse cenário: o alto índice de desemprego registrado, e o fato de que muitos migram também com o intuito de obterem melhores condições de vida e emprego (Akhavan et al., 2004; Areosa, 2022; Buchcik et al., 2021; Fossion et al., 2002; Gregoviski et al., 2022b; Henrich et al., 2021; Navarro, 1998; Navarro, 2004; Silva & Pessoa, 2023; Teodorescu et al., 2012; Zunzunegui et al., 2006).

Por conseguinte, o desemprego relacionado à migração se constitui como uma questão social emergente, tanto por conta do crescimento de fluxos migratórios (Junger et al., 2022; UNHCR, 2021) quanto pelo aumento exacerbado de pessoas em situação de desemprego ou em ocupação de trabalhos precários (Bernal, 2010; Ribeiro, 2009; Silva & Pessoa, 2023; Sousa et al., 2020), especialmente após a pandemia da COVID-19 (Costa, 2020). Constata-se que o desemprego em tempos pandêmicos intensificou sentimentos de desvalia e desamparo, acrescendo-se a sensações de terror, crises existenciais e ansiedade, para além da ampliação de inúmeras vulnerabilidades (Blustein & Paige, 2020). Cabe sublinhar que a situação é ainda mais crítica em determinados recortes, mencionando-se estimativas de que venezuelanas desempregadas somam quase o dobro do que homens desempregados da mesma nacionalidade, aclarando-se a necessidade de um olhar interseccional (Züge, 2021).

Ademais, diante do cenário de desemprego na América Latina e Caribe que surgiu após o ano de 2018, estima-se que pouco mais de 30% dos latino-americanos vivem abaixo da linha da pobreza, dos quais 10,7% em pobreza extrema - números que aumentam conforme se fala em grupos vulnerabilizados e que indicam, provavelmente, a intensificação migratória no eixo Sul-Sul (Manzanero, 2021; Minayo & Gualhano, 2021). Ademais, os aspectos do deslocamento forçado e desemprego combinados, conforme demonstrado por Zunzunegui e colaboradores (2006), aumentam consideravelmente o risco para o adoecimento psíquico, principalmente em migrantes de primeira geração (como se nomeiam as pessoas que deixam seus países de origem para se estabelecer em outro, sem antecedentes familiares e geralmente sendo pessoas que sofreram algum tipo de dificuldade, seja ela de origem econômica, política, social ou outra), em razão de uma reduzida rede de suporte social e outros estressores migratórios - como a exposição a situações traumáticas na trajetória migratória (Bolassél & Kristensen, 2018; Rumbaut, 2004; Teodorescu et al., 2012; Zunzunegui et al., 2006).

Pesquisas sinalizam que os migrantes desempregados (sem ocupação formal) possuem aspectos de sofrimento e/ou adoecimento psíquico marcantes que necessitam de aprofundamento e cuidado biopsicossocial, interferindo até mesmo no senso de identidade, valorização e autoestima que possuem. O desemprego e o subemprego (Ribeiro, 2009), portanto, fragiliza-os, criando fendas em suas trajetórias laborais que afetarão a percepção que eles têm de si mesmos, o que pode ocasionar prejuízos identitários, a perda de sentido na vida e inúmeras exclusões sociais (Akhavan et al., 2004; Buchcik et al., 2021; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Fossion et al., 2002; Gregoviski et al., 2022b; Henrich et al., 2021; Hocking et al., 2015; Leão et al., 2017; Oliveira et al., 2019; Salami et al., 2017; Teodorescu et al., 2012; Warfa et al., 2012; Zunzunegui et al., 2006).

Entre os principais achados, mostra-se o aumento do estresse e das vivências de discriminação social; o preconceito (especialmente a xenofobia); a perda de confiança social; a dificuldade em se relacionar entre pares; o isolamento social; a vergonha; a aflição e a agonia; os sentimentos de culpa, vazio, desesperança, fracasso e incompetência (aumentados pela impossibilidade de auxiliar financeiramente familiares no país de origem); sintomas ansiosos; insônia; alterações no humor (com casos de transtornos do humor, como os Transtornos Depressivos e o Transtorno de Humor Bipolar); pensamentos de morte; risco ao suicídio; doenças psicossomáticas; reações comportamentais; episódios psicóticos e outros. Além disso, sinaliza-se o agravamento de sintomas psiquiátricos naqueles que já possuíam algum diagnóstico (Akhavan et al., 2004; Buchcik et al., 2021; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Fossion et al., 2002; Gregoviski et al., 2022b; Henrich et al., 2021; Hocking et al., 2015; Leão et al., 2017; Oliveira et al., 2019; Salami et al., 2017; Teodorescu et al., 2012; Warfa et al., 2012; Zunzunegui et al., 2006).

Percebe-se, para tanto, que a construção de intervenções clínicas que atuem como promotoras de saúde mental nesse contexto é de suma importância. Conceituando-se

“promoção de saúde mental” como a construção de estratégias que atuam no cuidado aos sujeitos de forma a melhorar a qualidade de vida deles e de seus coletivos (Brasil, 2010). Entende-se, desse modo, que o aspecto social (deslocamento forçado, e desemprego ou subemprego) influenciará diretamente nos aspectos psíquicos dos sujeitos, ratificando Salami e colaboradores (2017) que instituem o desemprego como um determinante social da saúde, algo compreendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como condições que podem moldar desigualdades, sendo o trabalho e a renda aspectos importantes para se analisar (Neto et al., 2020; World Health Organization, 2013).

Cabe-se aqui um adendo que reforça que é uma situação bastante comum em refugiados, uma injustiça que os invisibiliza, levando ao questionamento sobre como se dá essa demarcação de não-lugar àqueles que, socialmente, já são injustiçados e marginalizados por uma sociedade adoecida que, em inúmeras ocasiões, demonstra comportamentos insensíveis e indiferentes (Bernal, 2010; Castelli et al., 2020; Gaulejac, 2007; Leão et al., 2017; Seligmann, 2016; Sznelwar et al., 2011). Sennett (2015) dá pistas disso em seus dizeres: “O desejo de comunidade é defensivo, muitas vezes manifestado como rejeição a imigrantes e outros marginais — sendo a arquitetura comunal mais importante que as muralhas contra uma ordem econômica hostil” (p. 604-605).

Além disso, pesquisas com intervenções voltadas a migrantes desempregados ou em subempregos no Brasil não foram encontradas. Esses dados permitem compreender o quanto é impreterível que essa área se fortaleça com maiores teorizações e investigações empíricas que forneçam subsídios aos profissionais de saúde mental e de saúde dos trabalhadores que atuam com o público.

A relevância clínica e social desse assunto se demonstra, outrossim, com estudos que discutem os inúmeros agravos psíquico provenientes do desemprego, especialmente em migrantes, alertando para uma questão de saúde pública (Akhavan et al., 2004; Buchcik et al.,

2021; Fossion et al., 2002; Gregoviski et al., 2022b; Henrich et al., 2021; Zunzunegui et al., 2006). Além disso, urge a discussão teórica e metodológica sobre uma **Clínica Psicodinâmica do Desemprego** (CPD), visto a inexistência na literatura encontrada, sendo assim uma contribuição exponencial às Clínicas do Trabalho (CdT), à Sociologia Clínica e à Psicologia Clínica como um todo. Não obstante, Areosa (2021) menciona que "os efeitos e as consequências do trabalho, ao nível biopsicossocial, são (...) uma caixa-negra longe de estar totalmente decifrada" (p. 327), acentuando a necessidade percebida em um aprofundamento teórico e empírico sobre questões laborais e impactos nos sujeitos.

Mediante essa demanda psicossocial para o desenvolvimento de ferramentas (teóricas e metodológicas) para subsidiar, com comprovação científica, ações de cuidado individual, grupal e social, estruturou-se a CPD conforme reporta ensaio teórico do Artigo I. Neste, propôs-se um modelo de intervenção clínica que carece de aplicação para assegurar a sua efetividade prática frente às demandas simbólicas de sujeitos em situação de desemprego.

Desse modo, este artigo descreveu e analisou como se deu uma pesquisa-intervenção clínica, subsidiada na CPD, com intuito de promoção de saúde mental a uma refugiada venezuelana de primeira geração desempregada, ora ocupando subempregos. É mencionado, também, a avaliação desta participante sobre o modo como se deu a intervenção.

Método

Trata-se de uma pesquisa-intervenção, qualitativa, exploratória, descritiva e longitudinal. Segundo Moro e Amador (2017), na pesquisa-intervenção se reconhece que "conhecer problematizando não se separa de conhecer transformando" (p. 109). Já o caráter exploratório e descritivo, conforme Creswell (2010), é assumido, respectivamente, quando há um tema em destaque que requer aprofundamento teórico, e quando se descreve a forma como

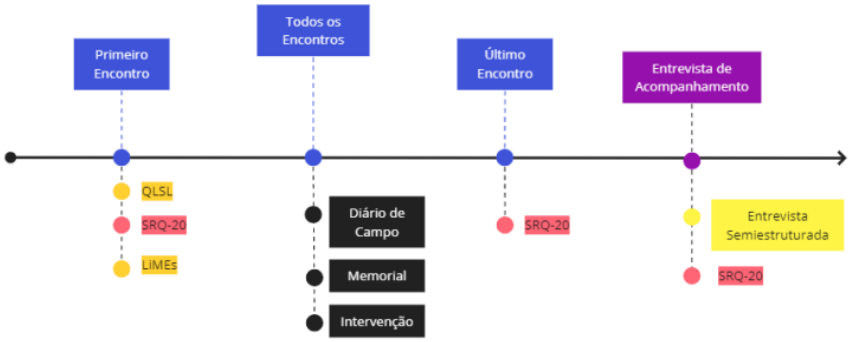
o fenômeno ocorre. Por fim, a longitudinalidade é contemplada dado o fato de que existiram coletas em diferentes períodos (Cozby, 2003; Ghizoni, 2013).

Com uma participante analisada neste manuscrito (nome fictício por ela escolhido: Gênesis), a intervenção ocorreu em três tempos diferentes: 1) Seleção - foi realizado um grupo focal com refugiados desempregados ou ocupando subempregos, dentro do espaço cedido por uma instituição pública de acolhimento (com duração de aproximadamente três horas, e pouco mais de dez participantes). A partir disso, se apresentou a proposta da intervenção, daqueles interessados (quatro), houve uma entrevista individual e, como critério de inclusão: se selecionou a pessoa com o maior nível de sofrimento relacionado à temática (analisado conforme discurso e percepção da profissional pesquisadora: psicóloga clínica), como critério de exclusão foi utilizado: possuir alguma ocupação de trabalho informal que tenha previsão de continuidade a longo prazo; 2) Aplicação da intervenção, com seis encontros distribuídos de forma quinzenal (porém, por vezes, com semanas com feriados necessitando remarcação), com duração variando de uma hora e meia a duas horas. Ela ocorreu no período de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025; 3) Acompanhamento após seis meses com encontro pontual com duração de uma hora e meia.

O método de conveniência foi utilizado para a busca dos sujeitos. É compreendido como a busca dos sujeitos de acordo com as possibilidades de acesso do pesquisador; comum em pesquisas de caráter qualitativo e exploratório, como esta se propõe (Gil, 2010).

Utilizaram-se como instrumentos um questionário sociodemográfico, laboral e de saúde (QSLS) elaborado para esta pesquisa; o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20 [Santos et al., 2009]); a Escala de Eventos Estressores (LiMEs [Bolassél & Kristensen, 2018]); a intervenção em Clínica Psicodinâmica do Desemprego (conforme aprofundado no Artigo I desta tese); os diários de campo; os memoriais; e uma entrevista semiestruturada. O fluxograma de aplicação se deu conforme exposto na Figura 2:

Figura 2.
Intervenção em Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Passo a Passo



Legendas: Figura elaborada pela pesquisadora. Instrumentos na linha de tempo azul (Intervenção): amarelos correspondem a aplicação única, vermelhos a aplicações em dois tempos e em preto em aplicações em todos os encontros. Instrumentos na linha de tempo roxa (Acompanhamento): amarelo como aplicação única daquele momento, vermelho como instrumento aplicado pela terceira vez.

O QSLS teve como principal intuito a caracterização da participante. Contou com perguntas referentes à idade, gênero, identidade racial, idiomas que compreende, estado civil, formação acadêmica e profissional, revalidação de diplomas, nação de origem, tempo de migração, principais motivos para deslocamento, status migratório, pessoas com quem migrou, pessoas com quem reside, residência dos sujeitos do sistema familiar nuclear, renda, recebimento de auxílio financeiro brasileiro, ofertas de trabalho em território brasileiro, tempo de desemprego, ocupação de subempregos, e existência de questões de saúde física e/ou mental. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5.
Caracterização da Participante

Quem	Gênesis, mulher cis, heterossexual, branca, 52 anos
Estado civil	Solteira
Idiomas que compreende	Espanhol
Formação acadêmica	Direito (sem revalidação no Brasil)
Experiência profissional	Padaria e confeitaria (empreendia com a mãe). Em sua juventude, trabalhava como comerciante na Venezuela. Na Colômbia, onde morou três anos (2019-2022), também atuou com vendas.

Motivo da migração	Refúgio solicitado em julho de 2024, após eleições na Venezuela.
Onde reside	Em um abrigo na região metropolitana de POA - migrou sozinha.
Tempo de desemprego	Desde sua chegada, somente se inseriu em trabalhos informais sem garantias de continuidade a longo prazo.
Renda	Bolsa família e renda extra com trabalho informal em galeteria.
Trabalhos ofertados no Brasil	Informal com salário em comida, emprego com carteira assinada que pagava incorretamente o salário (a todos migrantes), informal como horista em galeteria.

O questionário SRQ-20, indicado para uso pela OMS, adaptado e validado no Brasil por Santos et al. (2009), permite que seja feito o rastreamento para a identificação de risco para o desenvolvimento de adoecimento mental, a partir da presença de sintomatologias de Transtornos Mentais Comuns (TMC) que podem ser sinalizadoras do sofrimento, mencionando-se: insônia, fadiga, irritabilidade, dificuldade em rememorar e em se concentrar, e somatizações. O questionário é considerado como de fácil aplicação, contendo 20 questões a serem respondidas afirmativa ou negativamente (sim ou não), sendo uma das razões do porquê ele foi escolhido para ser utilizado com o público deste estudo. Cada resposta afirmativa pontua com o valor 1 para compor o escore final por meio do somatório desses valores. Os escores obtidos estão relacionados com a probabilidade de alterações na saúde mental ou de TMC, os quais variam de 0 (nenhuma probabilidade) a 20 (extrema probabilidade).

Schlindwein et al. (2021) também utilizam este teste com o público em situação de desemprego, elucidando que a avaliação desse instrumento se dá conforme a pontuação, sendo aqueles com sete ou mais respostas afirmativas mais próximos do que se define no instrumento como indicativo de TMC. Ademais, ele se mostrou capaz de uma mensuração quanto ao sofrimento e adoecimento em outras pesquisas feitas com trabalhadores (Bottega & Merlo, 2017; Santos et al., 2009; Schlindwein et al., 2021).

O SRQ-20 foi utilizado em três tempos diferentes: no início, no fim da intervenção clínica e na entrevista de acompanhamento, seis meses após finalizada a intervenção. Os resultados do SRQ-20 são apresentados na Tabela 6. Destaca-se que não houve o objetivo de aferição de diagnóstico ou de patologização dos sujeitos, pois compreende-se que esta é uma situação peculiar e que não pode ser equiparada às tradicionais classificações nosológicas.

Tabela 6
SRQ-20: Aplicação Longitudinal

Pergunta	Primeiro encontro	Sexto encontro	Acompanhamento
Dores de cabeça frequentes	Não	Não	Não
Falta de apetite	Sim	Não	Não
Dorme mal	Sim	Não	Não
Assusta-se com facilidade	Não	Não	Não
Tremores nas mãos	Não	Não	Não
Nervoso, tenso, preocupado	Sim	Sim	Não
Má digestão	Sim	Sim	Sim
Dificuldade de pensar com clareza	Não	Não	Não
Triste ultimamente	Sim	Sim	Não
Chorado mais do que o costume	Sim	Sim	Não
Dificuldades para realizar com satisfação atividades diárias	Sim	Sim	Não
Dificuldade para tomar decisões	Não	Não	Não
Dificuldades no serviço (penoso, sofrimento)	Sim	Não	Não
Incapaz de desempenhar papel útil na vida	Não	Não	Não
Tem perdido interesse nas coisas	Sim	Não	Não
Inútil, sem préstimo	Não	Não	Não
Ideias de acabar com a vida	Sim	Sim[1]	Não
Cansado o tempo todo	Sim	Não	Não
Sensações desagradáveis no estômago	Sim	Sim	Sim
Cansa com facilidade	Sim	Não	Sim
Total	13	7	3

Nota. [1] Faz questão de esclarecer que, naquele momento, tratavam-se de pensamentos de morte, não um desejo.

Já a escala LiMEs se constituiu como um instrumento que permite a elucidação de quais eventos a participante experienciou em todo trajeto de deslocamento (antes, durante e depois), evidenciando possíveis situações penosas, estressoras e/ou traumáticas. Composta por 59 itens, a escala foi traduzida, adaptada e validada no Brasil por Bolassél e Kristensen (2018). Tais dados, haja visto relação com fatores relacionados à saúde e adoecimento mental - como lesões de conflitos armados, abusos físicos e mentais, desabrigamento, desemprego, solidão, exposições traumáticas e outros (Aragona et al., 2020; Marchi et al., 2022) - contribuíram com a pesquisa ao fornecer subsídios para a condução da intervenção e a compreensão clínica do caso. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7
LIMEs

País	Experiência Migratória	Total
Venezuela	Ser isolado de outras pessoas; Situação de combate; Separação forçada de membros da família; Testemunhar violência a outra(s) pessoa(s); Falta de água ou comida; Pouco acesso a comidas que você gosta; Pobreza; Pouco auxílio do governo; Sensação de estar sendo injustiçado;	9
Colômbia	Desastres naturais; Pouco acesso a comidas que você gosta; Pobreza; Pouco auxílio do governo; Não ter permissão para trabalhar; Não conseguir encontrar emprego; Condições ruins de trabalho; Solidão e tédio; Sentir-se privado; Sensação de estar sendo injustiçado; Preocupação com a família no país de origem; Não poder retornar ao país de origem em caso de emergência; Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida; Medo de ser enviado de volta para seu país de origem; As qualificações obtidas em seu país de origem não são reconhecidas	15
Brasil	Lavagem cerebral; Separação forçada de membros da família; Ser separado de membros da família ou perdê-los; Testemunhar violência a outra(s) pessoa(s); Destruição de bens pessoais; Falta de água ou comida; Pouco acesso a comidas que você gosta;	23

Falta de uma moradia adequada;
Superlotação no local de estadia;
Não conseguir encontrar emprego;
Desemprego;
Discriminação étnica/racial;
Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma;
Solidão e tédio;
Sentir-se privado;
Sensação de estar sendo negligenciado;
Sensação de estar sendo injustiçado;
Preocupação com a família no país de origem;
Não poder retornar ao país de origem em caso de emergência;
Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida;
Medo de ser enviado de volta para seu país de origem;
Sensação de não saber onde você vai acabar no dia seguinte;
As qualificações obtidas em seu país de origem não são reconhecidas

A intervenção em CPD é descrita sucintamente aqui, haja visto ter sido esmiuçada no Artigo I desta tese, no qual foi teorizada e estruturada. De tal forma, para fins de compreensão do que será discorrido, rememora-se e se elucidam alguns pontos essenciais. Os paradigmas que orientam sua construção se pautam primordialmente nas CdT (Bendassolli & Soboll, 2011; 2021), principalmente a Psicodinâmica do Trabalho (Areosa, 2021; Dejours, 1988; 2004; Heloani & Lancman, 2004; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012) e a Clínica Psicodinâmica da Cooperação (Ghizoni, 2013; Ghizoni & Mendes, 2014; Oliveira & Ferreira, 2015), e na Sociologia Clínica (Braz et al., 2024; Gaulejac, 2024; Takeuti, 2016). Tendo isso em mente, a estrutura da intervenção em CPD se dá em seis encontros que privilegiam a escuta clínica como ferramenta de maior potência (Mendes & Araujo, 2012).

O **primeiro** encontro, prioriza o contrato ético, a elucidação quanto a demandas concretas e simbólicas, a explanação das vivências frente ao trabalho, e a trajetória laboral (Abs & Monteiro, 2010; Barbosa et al., 2021; Bendassolli & Soboll, 2021; Dejours, 1988; Fossion et al., 2002; Gregoviski et al., 2022; Leão et al., 2017; Mendes & Araujo, 2012; Oliveira & Mendes, 2014; Queiroz et al., 2005; Zunzunegui et al., 2006). O **segundo** encontro prevê o trabalho a respeito das estratégias para mediação do sofrimento frente ao desemprego, dialogando sobre cooperação (Barbosa et al., 2021; Dejours, 1998; Facas et al., 2015; Freitas et

al., 2014; Ghizoni, 2013; Gregoviski, 2021; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012; Oliveira & Mendes, 2014).

A partir do **terceiro** encontro, aprofundam-se sentimentos, ressignificando-os e agindo em prol da desculpabilização (Barbosa et al., 2021; Dejours, 1988; 2004; Dunlavy et al., 2019; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Fossion et al., 2002; Granado, 2014; Gregoviski et al., 2024; Guimarães & Hirata, 2006). O **quarto** encontro, busca o resgate do sujeito e seus saberes, além de abordar o reconhecimento e a valorização, mesmo que em contexto de ausência de trabalho (Barbosa et al., 2021; Dejours, 2006; Mendes & Araujo, 2012; Silva & Mendes, 2012). Por fim, o **quinto** encontro retoma a discussão acerca da potencialidade da cooperação e das estratégias de mediação, enquanto o **sexto** realiza um encerramento. Sendo esta pesquisa-intervenção o objetivo orientador deste artigo, será apresentado como se deu encontro a encontro na seção "Resultados e Discussão".

Os diários de campo, complementarmente, foram um importante recurso para a pesquisadora enquanto clínica do trabalho. Constituíram-se como uma possibilidade de perlaboração da própria clínica-pesquisadora, pois foi o espaço em que se pode, de forma individual, colocar as sensações e sentimentos experienciados ao longo dos encontros com Gênesis (Ghizoni & Mendes, 2014).

Ainda, sinaliza-se que não houve a criação de um modelo a ser seguido, mas foram feitos logo após os momentos de encontro, garantindo maior fidedignidade aos afetos que emergiram. Nele se colocaram as percepções referentes às observações clínicas, do dito e do não-dito, dos sentimentos em relação às sessões e das ocorrências (Ghizoni & Mendes, 2014; Mendes & Araujo, 2012).

Os memoriais, adicionalmente, funcionaram como documentos de auxílio para a rememoração do que foi discutido no encontro anterior e para refletir sobre pontos de maior destaque discutidos previamente - entendendo que eles possam ter passado por um processo de

elaboração no decorrer das semanas. Foi construído após os encontros, e lido no início da sessão seguinte. Atentou-se aos termos utilizados, pois a depender do que fosse escrito não seria compreendido (como termos técnicos ou metáforas), dificultando os processos de interpretação e elaboração que poderiam ocorrer graças a estes recursos (Ghizoni & Mendes, 2014; Mendes & Araújo, 2012).

A entrevista semiestruturada, aplicada seis meses após encerramento dos encontros, buscou, em conjunto com a terceira aplicação do SRQ-20, analisar progressão ou regressão de TMC (para fins exclusivos de interpretação analítica), e compreender se houveram mudanças em termos de promoção em saúde mental. Ademais, também questionou a participante sobre sua própria análise a respeito da intervenção conduzida. A entrevista semiestruturada indagou sobre: situação profissional (emprego, desemprego, subemprego [Ribeiro, 2009]), vivências relacionadas ao trabalho ou sua ausência, possíveis dificuldades que vem experienciando nesse cenário e como lida com isto, rede de apoio estabelecida, sintomatologia e análise sobre o grupo terapêutico.

Explicitado isto, elucida-se que os procedimentos de coleta se deram a partir do contato com uma Instituição de Acolhimento a refugiados venezuelanos recém-chegados (logo, de primeira geração) localizada na região metropolitana de Porto Alegre. Com seu aceite, explicou-se aos possíveis participantes, em espanhol, o intuito da pesquisa, do grupo, das entrevistas e do seguimento com a intervenção.

Todos souberam do aceite da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) pelo CAAE 74693923.4.0000.5344, e, em seguida, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ademais, foram informados dos riscos (possíveis desconfortos ao rememorar situações estressoras e de sofrimento), benefícios (possibilidade de espaço de fala e escuta, e suporte social), garantias de sigilo e anonimato, e possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer momento.

Todos os encontros grupais e individuais foram gravados para análise da pesquisadora clínica. Selecionada a participante, que optou pelo nome fictício de “Gênesis”, e executado os encontros, transcreveram-se, totalizando 743 páginas em espanhol (as traduções presentes neste artigo são próprias da pesquisadora). Reforça-se que todos os momentos de diálogo (grupais ou individuais) foram conduzidos no idioma espanhol, que é de fluência da pesquisadora.

Para os dados aí levantados, utilizou-se da Análise Temática (AT) de Braun e Clarke (2006) para discussão. Coloca-se que a AT é uma técnica de tratamento dos dados da pesquisa capaz de sistematizar informações, de acordo com as temáticas que se apresentam de forma repetida no material coletado, para descrição ou inferência de outros conhecimentos.

Resultados e Discussão

A AT das transcrições permitiu o agrupamento dos principais aspectos abordados em seis categorias, sendo estas: 1) sentido do trabalho, 2) vivências frente ao trabalho ou sua ausência, 3) reconhecimento, 4) cooperação, 5) estratégias de mediação, e 6) saúde mental. Estas categorias temáticas foram elencadas e discutidas em diferentes momentos ao longo dos seis encontros e no acompanhamento longitudinal, até mesmo para permitir a melhor visualização da execução da proposta realizada a partir do modelo de intervenção. Foi feito um *briefing* sobre cada encontro e, dentro de cada um deles, aprofundou-se as referidas categorias que possam ter surgido, agrupadas para fins didáticos na Tabela 8.

Tabela 8
Categorias da Análise Temática

Categorias temáticas	Pontos de destaque abordados
Sentido do trabalho	Renda; Parte de sua identidade; Forma de ser reconhecida socialmente.

Vivências frente ao trabalho (ou sua ausência)	Vivências de prazer no trabalho: Pregressa atuação com comércios e vendas; Formar-se e atuar como advogada; Proximidade com colegas e gestores (relacionado, também, à cooperação); Começar a empreender para geração de renda; Culinária como resgate do saber-fazer; Ser reconhecida em sua função. Vivências de sofrimento no trabalho: Xenofobia; Precarização laboral; Insegurança laboral; Inconstância nas ocupações informais; Ausência de pagamentos; Descansos insuficientes; Cortes financeiros governamentais; Demissão abrupta.
Reconhecimento	Reconhecimento por parte de seus gestores diretos no trabalho (na galeteria e na empresa de costura); Reconhecimento ao obter mais funções na cozinha (profissional); Reconhecimento por parte dos seus colegas, no trabalho e no abrigo, sobre suas habilidades culinárias; Reconhecimento ao obter promessa de contratação formal; Reconhecimento ao vencer o concurso "*mujeres fuertes*".
Cooperação	Trabalho na galeteria - a rede de suporte construída a manteve equilibrada ao enfrentar situações penosas; Espaços informais que a ajudam em âmbitos pessoais e laborais (Igreja, abrigo, instituições de suporte a migrantes e refugiados, etc.); Trabalho com costura - ampliação da rede de suporte, trabalho em equipe, colaboração entre migrantes no espaço.
Estratégias de mediação	Estratégias de defesa: Isolamento social; Negação (fé). Estratégias de enfrentamento: Aceite de trabalho informal (subemprego) para manter autonomia; Esperançar um futuro promissor para si e sua família; Tentativa consciente de estabelecer vínculos interpessoais; Reivindicar seus direitos como refugiada e cidadã que vive no Brasil; Buscar recursos para empreender; Voluntariar-se na Igreja.
Saúde mental	Relacionada a questões laborais: Trauma relacionado à xenofobia; Sentir-se injustiçada; Ansiedade; Sobrecarga emocional. Relacionada a questões não-laborais: Trauma relacionado a se sentir privada de liberdade; Incertezas sobre o futuro; Retraimento emocional (trauma em decorrência de violação de direitos);

Ansiedade;
Irritabilidade;
Discurso verborreico;
Persecutória.

Feito encaminhamento à rede de saúde mental.

Primeiro encontro

O primeiro encontro seguiu o roteiro previsto, inclusive com as aplicações dos instrumentos. Gênesis narrou sua trajetória migratória em relação aos aspectos pessoais (principalmente com sua história pessoal, e a saudade da mãe e do filho (já adulto) que permeia seu cotidiano) e laborais. Ilustrou, desde então, "vivências frente ao trabalho ou sua ausência" ao abordar aspectos como as atuações em comércio e vendas, a graduação em direito e atuação profissional na área como a realização de um sonho, a passagem pela Colômbia e os desafios vivenciados desde a sua saída da Venezuela (especialmente em questão de trabalho informal e ausência de emprego) - visual a ambas, graças à técnica da linha da vida laboral utilizada durante o encontro (Gregoviski et al., 2022).

Ao falar sobre os desafios que encarou nessas vivências, emocionou-se em inúmeras ocasiões, parecendo ser da via do traumático a xenofobia extrema que sofreu na Colômbia ao tentar conquistar sua renda de forma informal. A exemplo do relato de Gênesis: "Olha, uma vez me jogaram água de pescado. E falaram 'veneca' (ofensa pejorativa a venezuelanos). Eu fiquei enojada, tive ânsia de vômito. Perdi tudo que eu carregava (referindo-se às mercadorias). Eu perdi tudo e fui chorando para a minha casa". Esse dado endossa o cenário descrito por Ramírez et al. (2022) a respeito da migração venezuelana em território colombiano, reiterando ser marcada por desafios, preconceitos e irregularidades em termos de documentação.

Reforça-se o quanto as vivências dotadas de preconceito, seja ela racismo ou xenofobia, agem como estressores pós-migração e podem ser determinantes tanto para a drástica redução na qualidade de vida dos migrantes, quanto para a redução no bem-estar em âmbitos

profissionais. É especialmente mais preocupante em um cenário de vulnerabilidades múltiplas, deteriorando exponencialmente a saúde mental dos sujeitos e moldando a forma como se relaciona com a sociedade, tal qual a situação de refúgio vivenciada por Gênesis (Gregoviski, 2021; Teodorescu et al., 2012; Weber et al., 2019).

Ademais, identificaram-se tanto necessidades imediatas e concretas, como orientações gerais sobre emprego no Brasil e inserção social, quanto com dimensões mais simbólicas. Estas de cunho simbólico, ligam-se à categoria "sentido do trabalho", à valorização de sua trajetória profissional ("reconhecimento") e às escolhas que marcaram sua vida ("vivências frente ao trabalho ou a sua ausência").

Diante do aprofundamento de seu discurso no encontro, detectaram-se vivências de sofrimento laboral no decorrer da migração (Dejours, 1988; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012). Foram: precariedade relacionada ao trabalho, mudanças constantes de ocupações com intenção de recursos mínimos de sobrevivência, e insegurança frente às possibilidades de inserção no mercado de trabalho (estando a maior parte na categoria de subemprego, conforme Ribeiro [2009]).

Essas experiências infelizmente corroboram com resultados de pesquisas executadas com migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas (Aragona et al., 2020; Ferreira & Bento, 2021; Gil et al., 2025; Gregoviski, 2021; Henrich et al., 2021; Hernández et al., 2012; Hocking et al., 2015; Ibiapina & Adorno, 2023; Leão et al., 2017; Pauli et al., 2021; Salami et al., 2017; Silva & Bento, 2021; Silva & Pessoa, 2023; Sousa et al., 2020). A urgência do debate se dá, pois, caso não encontrem vias de ressignificação pela mobilização subjetiva (individual ou coletiva), as vivências podem contribuir com o desenvolvimento ou agravamento de um adoecimento psíquico ao intensificar o sofrimento patogênico (Dejours, 1988; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012).

Gênesis, ademais, foi também convidada a refletir sobre o "sentido do trabalho" em sua vida, colocando-o não apenas como fonte de renda, mas também como elemento estruturante de identidade e reconhecimento social (Mendes, 2007; Ferraz & Fernandez, 2019). Esse movimento exploratório inicial funcionou tal qual um mapeamento preliminar de recursos internos e externos para uso como estratégias para mediar o sofrimento, incluindo aspectos psíquicos, afetivos e sociais, que foram mobilizados nas etapas subsequentes do acompanhamento clínico.

Segundo encontro

O foco do segundo encontro foram as estratégias criadas frente ao desemprego ou ao trabalho informal - categorizadas em "estratégias de mediação" (Gregoviski & Monteiro, 2023; Mendes, 2007; Mendes & Araujo, 2012). Abordaram-se tanto os aspectos materiais quanto os imateriais. Indagou-se, paralelamente a essa temática, sobre quais eram as formas de cooperação que Gênesis havia conseguido estabelecer no seu processo migratório; relacionando-se à categoria "cooperação" e "reconhecimento", tal como se explicita durante o seguimento do texto.

Após apanhado do memorial, Gênesis contou sobre a saída de um emprego de carteira assinada no Brasil devido a problemas no ambiente laboral, em que vivenciou ausência de pagamentos de forma adequada, descanso insuficiente entre outros. Restou a ela, nesse sentido, a inserção em atividades informais e temporárias, especialmente diárias (pagas como horista). Ele se percebe em Anonni & Silva (2015), que descrevem a permanente violação de direitos mesmo em empregos formalizados, e em Ferreira & Bento (2021), que abordam os percalços para a concretização da ocupação de um trabalho decente (Beltramelli, 2020). Isto significa que, mesmo em empregos supostamente com direitos, os empregadores usam e abusam do poder que lhes é dado, sem grande controle por parte dos Estados (Bourdieu, 1998). Há uma aparente

aproximação na desestruturação e exploração de mão de obra do migrante entre empregos formais e informais.

Gênesis encontrou, porém, no espaço de pagamento por diárias de uma galeteria, um ambiente de apoio em que conseguia encontrar mais recursos emocionais e sociais para encarar a ausência de uma segurança financeira salarial e percalços que enfrentava cotidianamente. Destaca-se que esse trabalho foi importante em termos de reconhecimento e cooperação, sendo o que a manteve integrada psiquicamente em momentos de maior sofrimento (saudades de seus familiares, discussões no abrigo em que estava residindo, violação de direitos em que se viu temporariamente sem respostas, e situação de xenofobia no Brasil).

Essa realidade de instabilidade expôs a precariedade das oportunidades de inserção e os limites das condições laborais em contexto de migração, exigindo dela uma mobilização constante de recursos para a subsistência, tal como já tinha sido evidenciado em outras pesquisas (Ferreira & Bento, 2021; Figueiredo & Reis Filho, 2021; Gregoviski, 2021; Gregoviski et al., 2022; Gregoviski & Monteiro, 2023; Leão et al., 2017; Prieto et al., 2016). No plano material, a busca por alternativas imediatas, como os trabalhos informais, evidencia a tentativa de manter algum grau de autonomia econômica diante da falta de vínculos formais, especialmente pelo desejo que demonstrou desde o primeiro momento em sair do abrigo que estava por discussões internas em que se sentia desrespeitada: “Ali eu me sinto privada de liberdade”.

A ideia de privação de liberdade foi um gatilho emocional perverso a ela, que maximizou sofrimentos ao recordar do porquê de ter saído da Venezuela (risco de prisão por não permitir que pessoas obtivessem acesso à urna eleitoral para manipulação de votos) e dos abrigos na fronteira (em que, infelizmente, presenciou violências extremas a adultos e crianças). Porém, a mobilização de lembranças e afetos ligados à família de origem (unidos a uma estratégia de mediação do sofrimento vinculada à ideia de um futuro promissor) e o esforço por

reconstituir uma rede de apoio em meio às adversidades, auxiliaram-na a lidar com isto. Os vínculos afetivos que construiu (cooperação entre abrigados, na Igreja e entre colegas de trabalho) foram resistência frente à incerteza do presente, elementos também evidenciados em Gregoviski et al. (2022).

Desfavoravelmente, a reflexão sobre a rede de apoio mostrou a ambivalência da cooperação em contextos de acolhimento. Um espaço que poderia atuar como suporte formal, tornou-se espaço de conflito e intrigas, fragilizando a saúde emocional da participante e levando-a a um quadro de retraimento e adoecimento. Porém, conhecer os seus direitos e dialogar com gestores do espaço apareceu como uma estratégia para que o sofrimento não adquirisse vias puramente patológicas, encontrando formas de enfrentar as adversidades. De certo modo, a estratégia supramencionada serviu para ressignificar o sofrimento e permitiu reconstruir as experiências dolorosas ao redirecionar o foco para o presente ou o futuro, transformando a dor em motivação e propósito de vida, principalmente direcionado ao trabalho (Dejours, 2013; Gaulejac & Hanique, 2024).

Ao final, o encontro evidenciou que as estratégias frente ao desemprego não se reduzem às práticas concretas de obtenção de renda, mas envolvem também dimensões imateriais ligadas ao reconhecimento, ao suporte emocional e às possibilidades de cooperação (Gregoviski, 2021; Mandelbaum, 2004; Mandelbaum & Ribeiro, 2017; Queiroz et al., 2005; Oliveira & Ferreira, 2015). Entre a busca por trabalhos informais e a reconstrução de vínculos de apoio, delineia-se um esforço contínuo de enfrentar o sofrimento por meio da articulação entre recursos econômicos, afetivos e relacionais. Isto mostra que a sobrevivência em contexto migratório depende de um equilíbrio dinâmico entre essas diferentes formas de suporte (Gregoviski et al., 2024; Oliveira & Mendes, 2014).

Terceiro encontro

O foco do terceiro encontro esteve voltado para os sentimentos, os processos de ressignificação e os movimentos de desculpabilização no contexto da ausência de um trabalho formal. Sendo este o enfoque, a narrativa da participante apresentou uma grande diversidade de temas ao mencionar seus sentimentos, e isso entrelaçou elementos de ordem prática, psíquica e relacional.

No que diz respeito aos conflitos no ambiente institucional que residia, percebeu-se que sua ansiedade permanece elevada, com manifestações verbais de revolta e irritação. Seu discurso, no início, adquiriu certo caráter verborreico, ilustrando a sua organização interna e necessidade de desabafar, respirar e reorganizar sua rotina.

Após o alívio psíquico referente ao abrigo, propôs-se a pensar em formas de concretizar suas metas, mapeando espaços em que poderia buscar suporte - recorreu a uma instituição vinculada à migração que lhe auxiliou a juntar recursos para iniciar um projeto próprio de empreendedorismo (compra de um forno), movimento que revela esperança em relação ao futuro e capacidade de planejar, ampliando sua rede social. Demonstrou ressignificar o sofrimento com valentia ao mapear onde encontraria suporte, como também ao se deslocar até um lugar estranho (conhecia pouco a região), advogar a favor de seu objetivo empreendedor, obter um recurso financeiro e o direcionar para uma meta a longo prazo.

Esse investimento simbolizou, além do dito, uma tentativa de ressignificação, uma vez que, ao começar a preparar comidas típicas no abrigo para serem degustadas, conseguiu compreender melhor quais eram as pessoas de quem queria estar próxima (espaço de trocas sociais). Ou seja, Gênesis buscou reativar laços culturais e afetivos com o país de origem, transformando a saudade em gesto de partilha, o que fez com que ampliasse a proximidade com outros abrigados (e futuramente isto foi um passo essencial em termos de cooperação para enfrentamento das adversidades relacionadas ao desemprego e vulnerabilidades daí

provenientes). Até mesmo verbaliza a preocupação que algumas abrigadas se sentiram à vontade para partilhar após isso: "Elas me disseram que não podia carregar o problema dos outros em meus ombros, e esse apoio foi muito importante".

A experiência da culinária aparece, assim, não apenas como possibilidade de geração de renda, mas também como ferramenta simbólica de reconstrução identitária atrelada a um saber-fazer (Gaulejac, 2007; 2014). De certo modo, é uma fuga àquilo que é designado por "*bullshit jobs*" (Graeber, 2019), que, por vezes, envergonham (Goffman, 1982) e transformam os sujeitos em uma espécie de subcidadãos (Areosa, 2024). A reconstrução identitária representa, precisamente, o contrário disso.

Não somente isto, mas houve impacto até mesmo nas relações interpessoais, pois a aproximação menos abrupta ou carregada de desavenças de alguns abrigados fez com que ocorressem pedidos de desculpas por desentendimentos. Esse reconhecimento por parte dos pares parece ter contribuído para diminuir, ainda que lentamente, o sentimento de isolamento que referia enfrentar. Outrossim, sob o ponto de vista psíquico, emergiram sentimentos de injustiça, irritação e sobrecarga emocional, mas também expressões de gratidão e desejo de cooperação. A participante começou a ressignificar parte de sua trajetória ao reconhecer que a união entre os abrigados favorece melhorias no convívio coletivo, ao mesmo tempo em que ensaiou um movimento de desculpabilização pelas cobranças em demasia que fazia consigo mesma.

Junto a essas mudanças, começou também a estar mais próxima de uma Igreja na qual se sentia acolhida. A intensificação do voluntariado na igreja foi narrada como experiência de utilidade social e espiritual, estratégia pela qual a participante transformou a própria história de sofrimento em recurso para apoiar outros: "Tenho experiência com injustiça social, todo meu histórico como migrante, eu vivi isso, e sei que, por isso, posso ajudar outras pessoas a passarem por esses momentos difíceis".

Já no contexto laboral, relatou se sentir valorizada e grata pelas oportunidades de crescimento na cozinha. Junto com esse reconhecimento, aproximou-se de uma colega da mesma nacionalidade (laços culturais): “A solidariedade é muito importante, a união entre as pessoas”. Porém, para além de estar satisfeita nesse espaço, seguiu pensando em formas de crescimento profissional a longo prazo.

A abertura para novidades se mostrou presente no interesse em compreender como revalidar seu diploma e acessar universidades públicas, além da busca por informações sobre cursos de português, indicando um deslocamento de sua atenção para projetos de médio e longo prazo. Desejos estes que são comuns a muitos migrantes e refugiados, mas que parece ser um ponto crítico a melhorar em termos de política pública do Brasil: burocracias sobre revalidação de diplomas, e a oferta de aulas de português gratuitas e com horários acessíveis à classe trabalhadora (Eberhardt & Miranda, 2017; Eberhardt et al., 2018; Gregoviski, 2021; Silva & Pessoa, 2023; Züge, 2021).

Ainda que apresente resquícios de angústia e desconfiança — chegando a relatar episódios de medo ou irritação diante de barulhos no abrigo, interpretados de forma persecutória —, esse encontro permitiu trabalhar com a possibilidade de construção de novos espaços de escuta e elaboração. Tornou-se evidente que, embora esses sentimentos ainda estejam presentes, há um movimento de reorganização marcado pela ressignificação de marcas traumáticas, pela valorização de suportes sociais recebidos e pela busca de novos caminhos para trabalhar.

Discorrer sobre sentimentos também a direcionou para falas sobre o que sentia ser a maior problemática vivenciada naquele momento: abrigamento. Nesse sentido, o terceiro encontro traçou assuntos transversais entre o pessoal e o laboral, identificando o quanto se influenciam mutuamente, inclusive em ordens emocionais.

Quarto encontro

O foco do quarto encontro esteve direcionado para os saberes, o resgate de si, a identidade e o reconhecimento, dimensões que atravessaram os relatos e revelaram o modo como a participante vem reelaborando sua experiência migratória. Isto porque a discussão acerca do processo de reconhecimento social, mesmo quando em situação de desemprego, ganha vias possíveis a partir da partilha de saberes que possui, propiciando o reconhecimento por sua parte e por parte da clínica da CPD - e, em caso de grupos, dos outros membros. O reconhecimento é, desse jeito, contributo para retribuição simbólica (Dejours, 2006; Mendes & Araujo, 2012; Silva & Mendes, 2012), ausente no desemprego, logo, com possibilidade de danos psíquicos ao sujeito.

O encontro começou, outra vez, com ênfase na convivência no limite dentro do abrigo, o que motivou a busca por alternativas de moradia e o fortalecimento de reflexões em torno da cooperação. Nesse sentido, a fala "Olha, é uma questão de cooperação, todos fomos juntos até a prefeitura, fomos juntos e falamos sobre isso (situação de incômodo no abrigo)" sintetiza a percepção de que a superação das dificuldades não se restringe ao âmbito individual, mas demanda ações coletivas que incluam diferentes instâncias de apoio, como órgãos públicos e instituições de referência. Pareceu, neste movimento, qualificar o trabalhado nos encontros.

Esse movimento também remeteu ao resgate de saberes prévios (ao rememorar o saber-fazer [Gaulejac, 2007; 2024]), sobretudo sua formação como advogada, que foi evocada como fonte de identidade e como possibilidade de resgate das atribuições aprendidas diante das situações de vulnerabilidade: "Sobre o meu direito, ninguém passará!". A memória sobre a trajetória anterior trouxe consigo a indagação sobre como a história pregressa pode influenciar o presente, articulando memória, competência e autoafirmação. O retorno a esse passado profissional operou como estratégia de mediação, ora como de defesa (negação pela fé), ao evidenciar o contraste doloroso entre o reconhecimento social anteriormente obtido e a ausência

de reconhecimento atual nessa área (“Mas Deus sabe o que coloca em nosso caminho!”), ora como enfrentamento, ao se apropriar dos saberes específicos para exigir seus direitos.

Desvelaram-se tentativas de reconstrução da identidade pessoal e social pela via da mobilização de saberes, da reivindicação de direitos garantidos por lei, e do contato com associações de venezuelanos - que aparecem como espaços de pertencimento e possíveis lugares de reconhecimento, enquanto espaços coletivos que auxiliam na estruturação da identidade e, por consequência, na salvaguarda da saúde mental (Dejours, 2023). O resgate de si, nesse sentido, é operado pela reintegração de elementos de sua história e pela abertura a novos vínculos comunitários, sugerindo que a afirmação de sua identidade não depende exclusivamente do passado perdido, mas pode ser reatualizada em diálogo com os novos contextos.

Ao final, ficou evidente que o processo de reconhecimento aparece como eixo central para Gênesis, sendo a ausência desse reconhecimento fonte de sofrimento, mas também motor para a mobilização de saberes e estratégias de resgate de si. A busca por espaços institucionais de cooperação e a retomada de sua identidade profissional se mostram, portanto, como caminhos possíveis de reconstrução e reafirmação, mesmo em meio às dificuldades impostas pela experiência migratória.

Quinto encontro

O foco do quinto encontro esteve direcionado para a cooperação e planejamento de estratégias de enfrentamento, com ênfase na construção conjunta de caminhos possíveis diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano migratório. O encontro se iniciou com a questão “como lidamos com tudo que vem acontecendo?”, a partir da qual foi realizada uma reflexão sobre quem são, de fato, as pessoas que a participante reconhece ao seu lado.

Esse movimento não se restringiu a uma ilustração simbólica, mas resultou em um mapeamento literal de redes de apoio, no qual emergiu a associação de venezuelanos como espaço de referência e seus companheiros (do abrigo e do espaço de trabalho). Nesse contexto, a participante solicitou apoio emocional de forma explícita, autorizando inclusive a quebra parcial do sigilo para que seu caso fosse discutido com uma instituição de apoio, o que denota tanto a intensidade do sofrimento psíquico quanto a confiança no espaço terapêutico para mediação com atores externos.

Também foi trazida sua insegurança para denunciar algumas situações vividas, o que reforça a importância de sua reafirmação enquanto sujeito. Ainda neste encontro, discutiu-se sobre os impactos do corte de recursos provenientes do governo dos Estados Unidos para projetos de apoio a migrantes, evento que foi vivido por ela como fator de sofrimento e incerteza, especialmente mediante projetos que poderiam apoiá-la a iniciar sua estratégia empreendedora. No entanto, paralelamente, surgiu a possibilidade de contratação permanente em seu trabalho atual, após diálogo com seu chefe, o que produziu uma perspectiva de futuro mais estável e funcionou como contraponto positivo às ameaças de vulnerabilidade.

Outro eixo significativo foi a discussão sobre moradia. Falamos sobre diferentes possibilidades de acesso a espaços para viver, incluindo tanto o contato com imobiliárias quanto os riscos do aluguel independente, com explicações sobre caução e outras exigências. Essa conversa visou ampliar sua capacidade de decisão e reduzir a sensação de insegurança, favorecendo a elaboração de um plano concreto para encarar o futuro. De forma associada, também discutimos bolsas de estudo para refugiados como um direito, bem como a possibilidade de retomar sua trajetória de atuação no campo da migração, seja em atividades formais ou voluntárias, lembrando sua experiência prévia na Colômbia.

O encontro culminou na construção compartilhada de um plano de ação. A pergunta “o que é mais importante para você?” conduziu a definição de prioridades, tendo a saída do abrigo

como objetivo central, acompanhado pela ocupação de um posto de trabalho formal. A partir dessa resposta, foi desenhado um planejamento em etapas para as semanas seguintes, que integra não apenas ações materiais (como moradia e trabalho), mas também o fortalecimento de apoios institucionais e emocionais.

Ao final, ficou evidente que a cooperação, seja no nível interpessoal ou institucional, e as estratégias de enfrentamento às adversidades, tanto no plano psíquico quanto no prático, constituem eixos fundamentais para que a participante consiga sustentar seus projetos de vida. O encontro mostrou que a construção conjunta de planos e a ativação de redes de apoio funcionam como dispositivos de reconhecimento, favorecendo a passagem do sofrimento paralisante para a ação organizada que promove o exercício de sua autonomia.

Sexto encontro

O foco do sexto encontro esteve na validação ampliada (Dejours, 1988; Heloani & Lancman, 2004; Mendes & Araujo, 2012) e no encerramento dos momentos de partilha, constituindo-se como momento de síntese e elaboração conjunta dos processos vividos ao longo dos meses. O encontro se iniciou com a manifestação de sofrimento da participante, algo que se tornou uma espécie de hábito nas sessões que realizamos, parecendo atuar como uma estratégia de alívio emocional importante para que se abrisse a falar sobre seu planejamento futuro.

Nesta, relatou ter perdido a oportunidade de realizar um curso de padaria oferecido pelo abrigo, uma vez que, apesar de ter solicitado sua inscrição, esta não foi efetivada. A perda foi sentida não apenas como privação de uma formação profissional, mas também como ausência de um certificado brasileiro que pudesse fortalecer sua inserção futura no mercado de trabalho. Diante disso, retomaram-se estratégias para a busca de um emprego fixo, ainda que a

participante mantenha esperanças em relação ao vínculo com o empregador da galeteria, que lhe sinaliza uma perspectiva de futuro ao seu lado.

Nesse mesmo campo, uma conquista relevante foi destacada: a vitória no concurso *Mujeres Fuertes*, ao qual havia se inscrito recentemente. Esse reconhecimento, diretamente relacionado ao trabalho, trouxe não apenas um valor de apoio material, mas sobretudo validação simbólica, funcionando como contraponto à frustração anterior e como fonte de fortalecimento psíquico.

O encontro possibilitou um apanhado dos últimos meses de vida no Brasil, no qual a participante reforçou sentimentos de gratidão pelos diferentes apoios recebidos — financeiros, emocionais, materiais e educacionais. Relatou também a conquista da moradia independente, após ter alugado um apartamento com a ajuda do dono do estabelecimento em que atuava. Essa mudança gerou uma transformação significativa: a sensação de encarceramento que descrevia no abrigo cedeu lugar a uma percepção de maior liberdade e autonomia, revelando o impacto concreto que o acesso à moradia tem sobre o bem-estar subjetivo.

No exercício da retrospectiva, revisitou aspectos de sua trajetória, contrastando “como era onde vivia, como é aqui”. Esse movimento favoreceu a integração entre diferentes temporalidades de sua vida, reforçando a noção de continuidade identitária, apesar das rupturas impostas pela migração.

Nesse balanço, relatou já ter participado de entrevistas de emprego, mas nunca ter sido chamada, atribuindo a dificuldade principalmente à barreira do idioma, como descrito em Gregoviski (2021). Assim, estratégias para intensificar a busca de vagas foram estabelecidas, considerando a importância de avançar no aprendizado linguístico como ferramenta de inserção.

Discutiu-se ainda a necessidade de conhecer os espaços que circundam seu local de moradia, especialmente pontos turísticos, de modo a ampliar a noção de vida para além do

trabalho e favorecer uma experiência de pertencimento ao território. Nesse mesmo movimento, conversou-se sobre alternativas de formalização profissional, incluindo a abertura de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) na modalidade Microempreendedor Individual (MEI) para atividades empreendedoras, o que poderia ampliar suas possibilidades de inserção econômica.

Por fim, lembraram-se os caminhos institucionais de apoio, tanto públicos quanto de instituições especializadas em migração e refúgio, como dispositivos fundamentais de sustentação diante das vulnerabilidades persistentes. O encontro de encerramento, portanto, operou como momento de validação ampliada de suas conquistas, de reconhecimento de seus esforços e de reforço de estratégias futuras, permitindo que a participante elaborasse seu percurso migratório não apenas a partir das dores e perdas, mas também das conquistas, ressignificações e possibilidades que se abrem a partir daqui.

Acompanhamento longitudinal

Nesse encontro, seis meses após findado os encontros, conta que foi demitida abruptamente do trabalho informal na galeteria, ficando “sem chão" (sic). Esse tipo de situação indica que o trabalho pode representar um dos principais palcos do sofrimento humano na atualidade (Areosa, 2022).

Felizmente, algum tempo depois, foi contratada em uma empresa de costura, e esta vem sendo uma experiência de grande gratificação e reconhecimento por parte de colegas e gestores (que elogiam seu esforço com frequência). Sua rede de apoio se expandiu, adquirindo companheiras de trabalho que partilham com ela as alegrias e sofrimentos do real do trabalho (Ferreira et al., 2015). Além disso, está planejando como operacionalizar possíveis parcerias para atuar junto a um estabelecimento alimentício de uma colega argentina.

A demissão do trabalho informal, que vinha sendo um apoio essencial em todo processo descrito durante os encontros, foi desestruturante durante um período considerável. Apesar

disso, conseguiu reunir recursos para enfrentamento deste sofrimento, e isso em muito se deu graças às redes de apoio que estabeleceu por meio de ações de cooperação no abrigo, no trabalho informal e na Igreja (conforme discutido em outros encontros).

Ao ser questionada sobre a percepção sobre a intervenção, demonstrou apreço e gratidão, pois a compreendeu como um espaço de suporte que a ajudou a criar formas de encarar as problemáticas que surgiram à época. Desse modo, a pesquisa-intervenção demonstra alcançar o seu objetivo em termos de promoção da saúde mental, agindo ativamente como um suporte.

Junto aos dados qualitativos apresentados até então, cabe mencionar o quão impactante foi a evolução percebida quantitativamente no SRQ-20 de Gênesis. Observou-se uma melhora significativa ao longo do processo: de 13 pontos no início da intervenção (indicando TMC em graus bastante acima do esperado), caiu para 7 em acompanhamento intermediário (indicando possíveis TMC), e 3 ao final (sem presença de TMC), evidenciando redução de sintomas de sofrimento psíquico e indicando que a articulação entre suporte emocional, estratégias práticas e mediação institucional foi efetiva na promoção de saúde mental.

Considerações Finais

A partir da intervenção clínica proposta, fundamentada na Clínica Psicodinâmica do Desemprego, evidencia-se a importância de espaços de escuta ampliada e acompanhamento contínuo para pessoas em contexto migratório, sobretudo aquelas enfrentando subemprego, precariedade laboral e rupturas familiares. Ao longo dos encontros, observou-se que a combinação de suporte psíquico, orientação prática e ativação de redes de apoio e cooperação permitiu à participante elaborar suas experiências de sofrimento, ressignificar perdas e construir estratégias de enfrentamento concretas, tanto no âmbito profissional quanto na vida cotidiana. Essa abordagem demonstra como o trabalho clínico pode atuar como dispositivo de mediação

entre experiências subjetivas de vulnerabilidade e recursos institucionais, oferecendo suporte significativo frente à instabilidade social e laboral.

A intervenção também se insere em um contexto de ausência de programas estruturados que articulem saúde mental e desemprego para migrantes. Diferentemente de abordagens fragmentadas, a proposta aqui apresentada integra dimensões materiais e psíquicas, articulando acompanhamento individual, ativação de redes institucionais e estratégias de resgate de saberes e identidade. Esse caráter integrador sugere que modelos clínicos desse tipo podem preencher lacunas importantes na política de acolhimento e inclusão de migrantes, contribuindo para a criação de agendas estruturadas de intervenção que considerem simultaneamente sofrimento, reconhecimento e autonomia profissional.

A efetividade do acompanhamento também se refletiu nos indicadores de saúde psíquica da participante, mensurados pelo SRQ-20. Esses resultados reforçam a pertinência de intervenções clínicas estruturadas, mesmo em contextos de vulnerabilidade social e precariedade laboral, e apontam para a relevância de avaliações sistemáticas como instrumentos de monitoramento e aprimoramento contínuo.

Por fim, a experiência delineia caminhos promissores para agendas futuras de pesquisa, incluindo a investigação de modelos integrados de acompanhamento de saúde mental e inserção laboral para migrantes e refugiados, a análise das interações entre redes de apoio formais e informais, e o estudo de indicadores psíquicos como ferramentas de monitoramento de intervenções. A documentação detalhada das estratégias adotadas e dos resultados observados abre espaço para sistematizar práticas que possam ser replicadas em diferentes contextos, contribuindo para políticas mais efetivas e baseadas em evidências na interface entre saúde mental, trabalho e processos migratórios.

Por último, destaca-se como limitação do estudo a impossibilidade de aplicação coletiva da proposta de intervenção clínica como originalmente pensada, mas ao mesmo tempo, pode-

se, com isso, evidenciar a potencialidade da intervenção em âmbito individual. Desta forma, como agenda de pesquisa indica-se a aplicação da proposta em grupo de migrantes em situação de desemprego, visando aprofundamentos teóricos e metodológicos futuros.

Referências:

Abs, D. V., & Monteiro, J. K. (2010). Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. Psicologia em Estudo. 15(2)

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). (2025). *As enchentes no Rio Grande do Sul: Lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente* [recurso eletrônico]. Brasília, DF, Brasil.

Akhavan, S., Bildt, C.O., Franzén, E.C. et al. (2004) Health in Relation to Unemployment and Sick Leave Among Immigrants in Sweden from a Gender Perspective. Journal of Immigrant Health. 6, 103–118.

Anonni, D., & Silva, J. (2015). Os direitos trabalhistas dos refugiados no Brasil: Desafios para a aplicação da norma mais favorável na era da terceirização. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, 4(8), 63–79. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4253/2339

Aragona, M., Castaldo, M., Cristina, T. M, et al. (2020). Influence of post-migration living difficulties on post-traumatic symptoms in Chinese asylum seekers resettled in Italy. International Journal of Social Psychiatry. 66(2), 129-135. doi:10.1177/0020764019888960

Areosa, J. (2021). Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. Revista Katálysis, 24(2), 321-330.

Areosa, J. (2022). Os efeitos iatrogênicos das técnicas de gestão. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 25, 1-17.

Areosa, J. (2024). Contextos de trabalho na modernidade líquida. In: Galvão, A. & Magalhães, B. (Eds.). Gestão de Contextos de Trabalho Seguros, Saudáveis e Felizes. Chiado Editora, 24-38.

Arruda-Barbosa, L. de Neta, E. L. M. da S., Teixeira, L. D. G., e Silva, S. M., Brasil, C. O., & Leal, N. A. C. (2020). Aspectos gerais da vida de imigrantes em abrigos para refugiados. Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde, 33.

Barbosa, E. et al. (2021) Grupo de Apoio Psicológico aos Trabalhadores em Situação de Desemprego. Psicologia: Ciência e Profissão. 41.

Beltramelli, S. N. (2020). Trabalho decente. In: R. Rocha & L. M. Baú (Org.), Dicionário de ergonomia e fatores humanos: O contexto brasileiro em 110 verbetes (pp. 324-326). ABERGO.

Bendassolli, P. & Soboll, L. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 14(1), 59-72. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100006&lng=pt&tlng=pt. 50

Bendassolli, P. & Soboll, L. (Orgs). (2021). Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade. Editora Atlas, 288 p.

Bernal, A. O. (2010). Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Artmed.

Blustein, D. L. & Paige, A. G. (2020). Work and Unemployment in the Time of COVID19: The Existential Experience of Loss and Fear. Journal of Humanistic Psychology, 60(5), 702-709.

Bolassél, L. T.; Kristensen, C. H. (2018). Tradução e adaptação cultural da escala List of Migration Experiences para o português brasileiro. In: Salão de Iniciação Científica, 19º, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: EdiPUCRS. Recuperado de:

https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sic/assets/edicoes/2018/arquivos/381.pdf

Bottega, C. G., & Merlo, A. C.. (2017). Clínica do trabalho no SUS: possibilidade de escuta aos trabalhadores. Psicologia & Sociedade, 29. doi: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29156376

Bourdieu, Pierre (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.

Brasil. (2010). Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101

Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. (2024). Sobre as abordagens sócio-clínicas: sociologia clínica e psicossociologia. In: Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F. Sociologia Clínica e Psicossociologia: Teorias e Práticas. Editora Fi. (Cap. 1, pp. 09-32).

Buchcik, J., Borutta, J., Nickel, S., von dem Knesebeck, O., & Westenhöfer, J. (2021). Health-related quality of life among migrants and natives in Hamburg, Germany: An observational study. Journal of migration and health, 3, 100045.

Castelli, A. C. et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: pessoas migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas. (2020). Fiocruz/CEPEDES.

Costa, S. S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública. 54(4).

Cozby, P. C. (2003). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas

Cresswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.

Dejours, C. (1988) A loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.

Dejours, C. (2004). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelwar (Orgs.), Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho (pp. 9–28). Paralelo 15.

Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social. Editora FGV. 7ed.

Dejours, C. (2013). A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), 9-28.

Dejours, C. (2023). Centralidade do trabalho e saúde mental. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 26, 1-9. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.213340

Dunlavy, A. C., Juárez, S., & Toivanen, S. (2019). Suicide risk among native- and foreign-origin persons in Sweden: A longitudinal examination of the role of unemployment status. Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 54, 579–590. https://doi.org/10.1007/s00127-018-1650-4

Eberhardt, L. D., & Miranda, A. C. de. (2017). Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. Saúde Em Debate, 41(spe2), 299–312. doi: https://doi.org/10.1590/0103-11042017s225

Eberhardt, L. D., Schütz, G. E., Bonfatti, R. J., & Miranda, A. C. de. (2018). Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. Saúde Em Debate, 42(118), 676–686. doi: https://doi.org/10.1590/0103-1104201811811

Facas, E. P., Duarte, F. S., Mendes, A. M. & Araujo, L. R. (2015). Sofrimento ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In J. K. Monteiro, F. O. Vieira, & A. M. Mendes (Orgs.), Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e práticas (pp. 233–256). Juruá Editora.

Ferraz, D. L. S., & Fernandes, P. C. de M.. (2019). Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 22(2), 165-184. https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p165-184

Ferreira, R. S., & Bento, J. (2021). Política migratoria y derecho al trabajo: estudio de caso sobre la acogida de inmigrantes venezolanos en el sur de Brasil. Colombia Internacional, (106), 165-198.

Ferreira, J. B., Macêdo, K. B., & Martins, S. R. (2015). Real do Trabalho, Sublimação e Subjetivação. In Trabalho e Prazer: Teoria, Pesquisas e Práticas (pp. 33–49). Curitiba: Juruá Editora.

Figueiredo, V. C. N. & Reis Filho, Paulo César Rodrigues dos. (2021). Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação de Desemprego Severo no Município de Corumbá, Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *21*(2), 437-453. https://doi.org/10.12957/epp.2021.61050

Fossion P, Ledoux Y, Valente F, Servais L, Staner L, Pelc I, Minner P. (2002). Psychiatric disorders and social characteristics among second-generation Moroccan migrants in Belgium: an age-and gender-controlled study conducted in a psychiatric emergency department. Eur Psychiatry. 17(8).

Freitas, L. G., Augusto, M. M., & Mendes, A. M. (2014). Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. Psicologia Em Revista, 20(1), 34–55.

Garcia, A. (2018). Abdelmalek Sayad no Brasil: os imigrantes internacionais como um caso limite de agentes sociais forçados à reconversão. Contemporânea - Revista de Sociologia Da UFSCar, 8(1), 59–82. doi: https://doi.org/10.4322/2316-1329.051

Gaulejac, V. de . (2007). Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social (3rd ed.). Ideia e Letras.

Gaulejac, V. de. (2024). O trabalho como lugar de construção do sujeito, entre emancipação e alienação. In: Braz, M. V., Silva, P. H. I., Carreteiro, T. C., & Nunes, C. G. F.

Sociologia Clínica e Psicossociologia: Teorias e Práticas. Editora Fi. (Cap. 3, pp. 53-72).

Gaulejac, V. & Hanique, F. (2024). Capitalismo paradoxante: um sistema adoecedor. São Paulo: Hucitec editora.

Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Gil, P. H. C., Esswein, G. C., Weber, J. L. A., Basotti, M., & Pizzinato, A.. (2025). O "sujeito migrante venezuelano" no Brasil: concepções de gestoras de serviços de saúde do SUS. Saúde E Sociedade, 34(1), e240523pt. https://doi.org/10.1590/S0104-12902025240523pt

Goffman, E. (1982). Estigma. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Graeber, D. (2019). Bullshit jobs - The rise of pointless work, and what we can do about it. Penguin Books.

Ghizoni, L. D. (2013). Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas - TO (ASCAMPA). Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília. 308 p.

Ghizoni, L. D., & Mendes, A. M.. (2014). Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Contextos Clínicos, 7(1), 15-26. https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.02

Granado, E. A. (2014). Crisis económica, políticas, desempleo y salud (mental). Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría, 34(122).

Gregoviski, V. R. (2021). O Trabalho em Contexto Migratório: Vivências de Venezuelanos Frente ao Trabalho e suas Repercussões na Saúde Mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 100 p.

Gregoviski, V. R., Capra-Ramos, C., Lima, J. F. de, & Oliveira, R. W. de. (2022a). Psychosocial care in the process of Venezuelan Interiorization: Experience report. Research, Society and Development, 11(6), e15611629104.

Gregoviski, V. R., Ortigara, G. de M., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2022b). "Luz Para A Rua E Escuridão Para Dentro": Imigração, Trabalho E Saúde Mental. Pretextos. 6(12), 78-94.

Gregoviski, V. R., & Monteiro, J. K. (2023). Estratégias de Mediação do Sofrimento Laboral e Saúde Mental de Venezuelanos no Brasil. LABOREAL (PORTO. ONLINE), 19, 1-17. https://doi.org/10.4000/laboreal.21481

Gregoviski, V. R., Euzebio, L. D. C., Monteiro, J. K., Areosa, J. P. S., & Gronita, J. J. C. (2024). DESEMPREGO, SAÚDE MENTAL E MIGRAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA. Revista Laborativa, 13(2), 06-35. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

Guimarães, N. A. & Hirata, H. (Orgs). (2006). Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações. Editora Senac.

Heloani, R., & Lancman, S.. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. Production, 14(3). https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300009

Henrich, P., Monteiro, J. K., Santos, A. S., & Gregoviski, V. R. (2021). "Eu Esperava Mais Do Brasil": Vivências No Trabalho De Imigrantes No Brasil. Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho, 1(54), 168–185.

Hernández, E., Abarca, O., Elías, M., Soto, M., Torres, L. (2012). Análisis Del Desempleo, La Migración Y La Pobreza En México. Revista Mexicana de Agronegocios. 30.

Hocking, D. C., Kennedy, G. A. & Sundram, S. (2015). Mental disorders in asylum seekers: the role of the refugee determination process and employment. J Nerv Ment Dis. 203(1), 28-32. doi: 10.1097/NMD.0000000000000230

Ibiapina, É., & Adorno, R. (2023). Vulnerabilidades e imigração boliviana na cidade de São Paulo, Brasil: Entre políticas públicas de saúde, mortes e resistências coletivas. Saúde e Sociedade, 32(2), e220530.

Junger da Silva, G., Cavalcanti, L., & Oliveira, A. T. R. (2025). *Refúgio em Números 2025* [Resumo Executivo]. Observatório das Migrações Internacionais / Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento das Migrações. Brasília, DF, Brasil.

Leão, L. H. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A., Borges, F. T. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. 33(7).

Mandelbaum, B. (2004). O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Mandelbaum, B. & Ribeiro, M. (2017). Desemprego: Uma abordagem psicossocial. Editora Edgard Blücher, 1ª ed.

Manzanero, J. R. L. (2021). Juventudes en América Latina y el Caribe en perspectiva: panorama de la situación, desafíos e intervenciones promisorias. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 26(7), 2565-2573. Recuperado de https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07272021

Marchi, M., Artoni, C, Longo, F, et al. (2022). The impact of trauma, substance abuse, and psychiatric illness on suicidal and self-harm behaviours in a cohort of migrant detainees: An observational, prospective study. International Journal of Social Psychiatry. 68(3), 514-524. doi:10.1177/0020764020979007

Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: Mendes, A. M. Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisa. Casa do Psicólogo. pp: 29-48.

Mendes, A. M. & Araujo, L. K. R. (2012) Clínica Psicodinâmica do Trabalho – O Sujeito em Ação. Editora Juruá, 156p

Minayo, M. C. S. & Gualhano, L. (2021). O futuro da sociedade Latino Americana e do Caribe desafiada pelos jovens. Scielo em Perspectiva: Press Release.

Moro, C. V. M. & Amador, F. S. (2017). Produzindo modos de pesquisar em clínicas do trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 20(2), 99-110. https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i2p99-110

Navarro, V. (1998). Neoliberalism, "Globalization," Unemployment, Inequalities, and the Welfare State. International Journal of Health Services, 28(4), 607–682. doi:10.2190/y3x7-rg7e-6626-fvpt

Navarro, V. (2004). The Politics of Health Inequalities Research in the United States. International Journal of Health Services, 34(1), 87–99. doi:10.2190/0kt0-aq1g-5mha9h7r

Neto, A. L., Bueno, H. P. V. & Rodrigues, J. M. S. (2020). Desamparo. In: Schmidt, M. L. G. (2020). Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: Principais conceitos e terminologias. FiloCzar. 490 p.

Oliveira, V. R. de, & Ferreira, J. B.. (2015). Clínica da cooperação: um caminho para a insurgência e a autonomia. Contextos Clínicos, 8(2), 165-172. https://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.05

Oliveira, E. N., Matias, M. M. M., Félix, T. A., Cavalcante, M. M. B., Lopes, R. E. & Neto, F. (2019). Brazilian women living in Portugal: work and quality of life. Saúde e Sociedade [online], 28(1), 182-192. doi: https://doi.org/10.1590/S0104- 12902019170122.

Pauli, J., Comin, L. C., Ruffatto, J., & Oltramari, A. P. (2021). Relação entre trabalho precário e racismo para migrantes no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, 19(2), 234-251.

Prieto, V., Robaina, S. & Koolhaas, M. (2016). Acceso y calidad del empleo de la inmigración reciente en Uruguay. REMHU. 24(48).

Queiroz, F. P. de, Frare, E., & Tolfo, S. da R. (2005). Intervenção psicológica com desempregados da comunidade da Serrinha. Revista Eletrônica de Extensão - Extensio, 2(3). https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5511/4970

Ramírez, J., Ballestas, M., Herrera, H., & Ballesta, I. (2022). Factores asociados al desempleo de los migrantes venezolanos en la ciudad de Barranquilla, Colombia. Revista De Ciencias Sociales, 28(2), 150-165.

Ramos M. C. P. (2013). Globalização e multiculturalismo. Rev Eletron Inter-Legere. 13(75).

Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. Revista Psicologia Política, 9(18), 331- 346.

Rumbaut, R. G. (2004). Ages, life stages, and generational cohorts: Decomposing the immigrant first and second generations in the United States. International Migration Review, 38(3), 1160-1205.

Salami, B., Yaskina, M., Hegadoren, K., Diaz, E., Meherali, S., Rammohan, A. & BenShlomo, Y. (2017). Migration and social determinants of mental health: Results from the Canadian Health Measures Survey. Can J Public Health. 108(4), e362-e367. doi: 10.17269/cjph.108.6105.

Santos, K. O. B., Araújo, T. M. de. Pinho, P.de S. & Oliveira, N. F. de. (2009). Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. Cadernos de Saúde Pública, 25(1), 214-222. Recuperado de https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000100023

Schlindwein, V.; Oliveira, A.; Brandão, C.; Ribeiro, J.; Santos, K.; Dourado, M.. (2021). O sofrimento psíquico de trabalhadores em situação de desemprego em Porto Velho - RO. Revista de Psicologia. 12(2).

Seligmann, E. (2016). SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO TRABALHO: AS VISÕES TEÓRICAS SOB A PRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO. In: Macêdo, K., Lima, J. G. de, Fleury, A. R. D., & Carneiro. C. M. S. (2016). Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar. (pp. 171-198). PUC Goiás.

Sennett, R. (2015). A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (16ª ed). Editora Record. 215 p. Recuperado de : https://www.trt1.jus.br/documents/21708/12030252/A+Corrosao+do+Carater+-+Richard+Sennett+%282%29.pdf/104d0615-10ed-c127-1407-cda0d72acf50

Silva, R. F, & Bento, J. S'A. (2021). Política migratória e direito ao trabalho: Estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. *Colombia Internacional, 106*, 165–198.

Silva, M. C., & Mendes, A. M. (2012). A prática clínica da Psicodinâmica do Trabalho como estratégia de promoção de saúde mental. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva. 6(2). https://doi.org/10.18569/tempus.v6i2.1123

Silva, F. F. da, & Pessoa, M. C. B. (2023). INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO POR VENEZUELANOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Trabalho (En)Cena, 8(Contínuo), e023002. https://doi.org/10.20873/2526-1487e023002

Sousa, F., Oliveira, L., Silva, R., Mendes, G. (2020) Os Desafios Das Imigrantes Venezuelanas E O Desemprego Em Tempos De Pandemia De Covid-19: Estudo De Caso Na Associação Da Comunidade Venezuelana Em Cuiabá/Mt. IFMT.

Sznelwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S.. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. Tempo Social, 23(1), 11–30. https://doi.org/10.1590/S0103- 20702011000100002

Takeuti, N. (2016). Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas por V. de Gaulejac. Revista Cronos, 1(1), 75–86. https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/10723

Teodorescu, D. S., Siqveland J., Heir, T., Hauff, E., Wentzel-Larsen, T. & Lien, L. (2012). Posttraumatic growth, depressive symptoms, posttraumatic stress symptoms, post-migration stressors and quality of life in multi-traumatized psychiatric outpatients with a refugee background in Norway. Health Qual Life Outcomes. 10(84). doi: 10.1186/1477-7525-10-84.

UNHCR. (2022). ACNUR: deslocamento global atinge novo recorde e reforça tendência de crescimento da última década.

UNHCR. (2021). Global Report 2021. Recuperado de https://reporting.unhcr.org/globalreport2021/pdf#_ga=2.9955248.440298005.1656352981-631710185.1649637699

Warfa, N., Curtis, S., Watters, C. et al. (2012). Migration experiences, employment status and psychological distress among Somali immigrants: a mixed-method international study. BMC Public Health 12, 749. doi: https://doi.org/10.1186/1471- 2458-12-749

Weber, J. L. A., Brunnet, A. E., Lobo, N. dos S., Cargnelutti, E. S., & Pizzinato, A. (2019). Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. Psico-USF, 24(1), 173–185. doi: https://doi.org/10.1590/1413-82712019240114

World Health Organization (2013). The economics of the social determinants of health and health inequalities: a resource book. 134 p. Recuperado de https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/84213/9789241548625_eng.pdf

Züge, A. A. (2021). O sentido do trabalho a partir da experiência de migrantes venezuelanos e seus reflexos na socialização e diversidade no mercado de trabalho. Dissertação

(Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Zunzunegui M. V., Forster M., Gauvin L., Raynault M. F., Douglas Willms J. (2006). Community unemployment and immigrants' health in Montreal. Soc Sci Med. 63(2).

Considerações Finais da Tese

Esta tese, composta por três artigos, objetivou teorizar a respeito de uma Clínica Psicodinâmica do Desemprego (CPD), e colocá-la em prática por meio de uma pesquisa-intervenção, realizada com uma refugiada venezuelana residente no Brasil e em situação de desemprego ou subemprego (Ribeiro, 2009). Junto a isso, também intuiu refletir acerca do papel do reconhecimento e da cooperação, sobre o sentido do trabalho, as vivências experienciadas, as estratégias de mediação frente ao sofrimento e desemprego, e como percebiam a pesquisa-intervenção. Todos foram cumpridos ao longo dos três artigos, conforme apresentado no decorrer destes. O objetivo referente a dados quantitativos, que promoveria uma triangulação dos dados na pesquisa-intervenção, não foi investigado por escolha da pesquisadora, após redesenho da quantidade de participantes (que passou a ser somente uma).

O primeiro artigo elaborou um ensaio teórico para estruturação da CPD, onde se definiram paradigmas orientadores (CdT, PdT, CPC, Sociologia Clínica) e os principais conceitos abordados (como desemprego *versus* emprego, reconhecimento, cooperação e outros), com intuito de responder a uma lacuna teórica, metodológica, clínica e social. O ensaio coloca como principais alicerces da teoria o sentido do trabalho, as vivências frente ao desemprego, as estratégias de enfrentamento, a intensidade de sentimentos danosos e, principalmente, os processos de reconhecimento e cooperação. Aí também foi desenhada uma proposta de modelo de intervenção-clínica, colocada à prova no Artigo III.

O segundo artigo, usado como um piloto aos instrumentos aplicados na Intervenção em CPD, realizou entrevistas com cinco brasileiros imigrantes em Portugal, e analisou as vivências frente ao trabalho ou sua ausência, bem como as estratégias utilizadas por eles. Além disso, questionou-se sobre os impactos na saúde mental. Os resultados apontam, dentre várias categorias, especialmente para as diferenças culturais e adaptações, discursos xenofóbicos e

racistas, machismo, ausência de recursos financeiros (e moradia digna), oferta de postos laborais precarizados, informais, com vivências de violência laboral e assédio moral, que causaram danos consideráveis à saúde mental de alguns participantes. Ademais, o trabalho via plataformas também é abordado, exemplificando a exploração submetida. O suporte entre pares, com amigos, familiares e grupos de brasileiros em Portugal, foi essencial para a manutenção da saúde mental desses imigrantes. Coloca-se, complementarmente, que os instrumentos foram suficientemente satisfatórios naquilo que se propuseram, e foram utilizados na pesquisa-intervenção (Artigo III). Não obstante, também conseguiu elaborar relatos científicos acerca da quarta onda migratória de brasileiros em Portugal, ainda pouco investigada, especialmente no que se refere a dados qualitativos e com enfoque laboral.

Por fim, o terceiro artigo colocou em prática a construção feita nesta tese e no artigo já publicado por Gregoviski e colaboradores (2024). Por meio de encontros com uma participante em condição legal de refúgio, ora desempregada ora em subemprego, demonstrou-se a importância da intervenção como um espaço promotor de saúde mental em meio a adversidades pessoais e laborais. Buscou, assim, começar a preencher uma lacuna científica, clínica e social emergente: modelos de intervenção para o cuidado com sujeitos em situação de desemprego, especialmente migrantes. Neste manuscrito, o passo a passo fornece caminhos possíveis que inauguram o cuidado em CPD, mesmo que seja sabido que ainda há a necessidade de aprofundamentos teóricos e metodológicos futuros.

Esta tese, assim sendo, conseguiu alcançar o proposto e, além disso, ainda trouxe dados inéditos sobre a imigração brasileira em Portugal graças ao momento de doutoramento sanduíche. A estruturação da teoria e metodologia de aplicação da CPD foi desafiante, e ainda carece de estudos complementares com públicos diversos, sendo, portanto, uma agenda de pesquisa.

Referências da Tese

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). (1984). *Declaração de Cartagena sobre o status de refugiado na América Latina*. San José, Costa Rica: ACNUR.

Asilo Americas. (2019). *Brasil: Reconhecimento prima facie*. https://www.asiloamericas.org/brasil-reconocimiento-prima-facie-en/

Braga, T. B. M., & Farinha, M. G. (2024). *Clínica ampliada: articulações interdisciplinares e contextos sociais*. Editora Sorian.

Brasil (2005a). Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Institui a Residência em Área Profissional de Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde CNRMS.

Brasil (2005b). Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm

Brito, D. (2016, 8 de dezembro). *Governo de Roraima decreta emergência com aumento de fluxo de venezuelanos*. Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/governo-de-roraima-decreta-emergencia-com-aumento-de-fluxo-de-venezuelanos

Carneiro, J. D. (2018, 12 de setembro). *'Estamos todos aterrorizados', diz amiga de venezuelano linchado em Boa Vista*. BBC News Brasil. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45492018

Cueto, M., Neelakantan, V. & Lopes, G. (2022). The Regulation of Necropolitics: Governmental Responses toCOVID-19 in Brazil and India in the first year of the pandemic. SciELO Preprints. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4244

Durgante, I., Camelo, J., & Gregoviski, V. R. (2025). Desplazamiento forzado y el impacto del cambio climático: desafíos humanitarios y sociales en el contexto de las inundaciones en Rio Grande do Sul. Relatório Anual Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Brasília, 47 - 49.

Gregoviski, V. R. (2021). O Trabalho em Contexto Migratório: Vivências de Venezuelanos Frente ao Trabalho e suas Repercussões na Saúde Mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 100 p.

Gregoviski, V. R., Sei, M. M. C., & Monteiro, J; K. (2021a). Desemprego no Contexto Migratório: Análise das Vivências de Venezuelanos no Brasil. In: XV Congresso Brasileiro de Orientação Profissional e de Carreira. Livro de Programas e Resumos (pp. 110-111). ABOP.

Gregoviski, V. R., & Soares, A. P. (2021). Saúde Mental, Trabalho e Pandemia: Vivência de Venezuelanos no Brasil. In: I Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades. Anais do I Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades (pp. 11-11).

Gregoviski, V. R., Soares, A. P., & Pacheco, R. F. (2021b). Deslocamento venezuelano no Brasil: Percepção acerca da inserção laboral desses sujeitos. In: XV Encontro Regional da ABRAPSO, Práxis, compromisso ético-político e as transformações sociais nos 40 anos da ABRAPSO.

Gregoviski, V. R., Capra-Ramos, C., de Lima, J. F., & de Oliveira, R. W. (2022a). Cuidado psicossocial no processo de Interiorização Venezuelana: Relato de

experiência. Research, Society and Development, 11(6), e15611629104. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29104

Gregoviski, V. R., Sei, M. M. C., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2022b). Sentido do Trabalho e Vivências de Prazer e Sofrimento em Venezuelanos que migraram ao Brasil. TRABALHO (EN)CENA, 7, e022005. https://doi.org/10.20873/2526-1487e022005

Gregoviski, V. R., Ortigara, G. M., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2022c). “Luz para a rua e escuridão para dentro": Imigração, Trabalho e Saúde Mental. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, 6, 78-98. https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/28319/19586

Gregoviski, V. R., & Monteiro, J. K. (2023). Estratégias de Mediação do Sofrimento Laboral e Saúde Mental de Venezuelanos no Brasil. LABOREAL (PORTO. ONLINE), 19, 1-17. https://doi.org/10.4000/laboreal.21481

Gregoviski, V. R., Euzebio, L. D. C., Monteiro, J. K., Areosa, J. P. S., & Gronita, J. J. C. (2024a). DESEMPREGO, SAÚDE MENTAL E MIGRAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA. Revista Laborativa, 13(2), 06-35. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

Gregoviski, V. R., Ferreira, P. G., & Areosa, J. (2024b). Intercâmbio educacional internacional na modalidade doutorado sanduíche em Psicologia: relato de experiência. In: Congresso Ibero-Americano de Riscos Psicossociais. I Congresso Ibero-Americano de Riscos Psicossociais: I Congreso Ibero-Americano de Riesgos Psicosociales, (pp 105-112).

Junger da Silva, G., Cavalcanti, L., & de Oliveira, A. T. R. (2025). *Refúgio em números* (10ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra.

Lancetti, A. (2016). *Clínica peripatética*. Editora Hucitec.

Monteiro, J. K., & Abs. D. A. (2009). *Desemprego e Saúde Mental: Pesquisas e Práticas Clínicas de Atendimentos Psicológicos*. Editoras Entremeios.

Maçulo L. (2024). *Enchentes no Rio Grande do Sul e os desafios para a Saúde Pública: crise, insegurança alimentar e violência*. Abrasco. https://abrasco.org.br/enchentes-no-rio-grande-do-sul-desafios-para-a-saude-publica-em-meio-a-catastrofe/

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). (2025). *Operação Acolhida*. GOV.BR. Recuperado em 29 de setembro de 2025, de https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). (2025). *O que é refúgio*. GOV.BR. Recuperado em 29 de setembro de 2025, de https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio

Pires, K. N., Gregoviski, V. R., & Monteiro, J. K. (2022a). “O trabalho é um alimento, serve para nos alimentar, alimentar nosso conhecimento": O sentido do trabalho para migrantes venezuelanos. In: III Congresso Online Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas. Anais do III Congresso Online Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas, (pp. 34-34).

Pires, K. N., Gregoviski, V. R., & Monteiro, J. K. (2022b). “A gente veio, deixou sonho e deixou tudo”: A trajetória migratória de uma refugiada venezuelana no Brasil. In: III Congresso Online Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas. Anais do III Congresso Online Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas, (pp. 33-33).

Rodrigues, R., Gregoviski, V. R., Cezar, L. C., Ortigara, G. M., & Monteiro, J. K. (2020). A Saga de uma Refugiada: O trabalho como luz para a escuridão de dentro. In: 14º Congresso Internacional da Rede Unida, 2020. Anais do 14º Congresso Internacional da Rede Unida, 6ed.

Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná. (SJCP). (2025). *Migrantes, refugiados e apátridas*. Governo do Estado do Paraná. Recuperado em 29 de setembro de 2025, de https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Migrantes-Refugiados-e-Apatridas

Sei, M. M. C., Gregoviski, V. R., & Monteiro, J. K. (2022). Desemprego no Contexto Migratório: Análise da vivência de venezuelanos no Brasil. In: M . C. P. Lassance, A. A. Silveira, M. Z. de Oliveira. (Org.). Investigação e práticas em orientação de carreira [livro eletrônico] : cenário 2021. (pp. 39-43).

Apêndice A.

Questionário Sociodemográfico, Laboral e de Saúde:

QSLS

Identificação:

Idade:

Gênero:

Raça ou cor:

Idiomas que compreende:

Estado civil:

Formação acadêmica:

Formação profissional:

Revalidação de diploma:

País de origem:

Motivo da migração:

Tempo de migração (meses):

Tempo de migração no Brasil (meses):

Status migratório:

Pessoas com quem migrou:

Pessoas com quem reside:

Local de residência da família nuclear:

Renda:

Recebimento de auxílio financeiro brasileiro:

Ofertas de trabalho em território brasileiro (especificar se formal ou informal):

Tempo de desemprego:

Ocupação de subempregos:

Sintomas físicos:

Sintomas psíquicos:

Apêndice B.

Self Report Questionnaire
Instrumento de rastreamento de TMC – SRQ 20
Versão para a língua portuguesa

	SIM	NÃO
1.Tem dores de cabeça freqüentes?		
2. Tem falta de apetite?		
3. Dorme mal?		
4. Assusta -se com facilidade?		
5. Tem tremores nas mãos?		
6. Sente -se nervoso(a), tenso(a), ou preocupado(a)?		
7. Tem má digestão?		
8. Tem dificuldade de pensar com clareza?		
9. Tem se sentido triste ultimamente?		
10. Tem chorado mais do que o costume?		
11. Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias? 12. Tem dificuldade para tomar decisões?		
13. Tem dificuldades no serviço? (Seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento)		
14. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?		
15. Tem perdido o interesse pelas coisas?		
16. Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?		
17. Tem tido idéias de acabar com a vida?		
18. Sente -se cansado(a) o tempo todo?		
19. Tem sensações desagradáveis no estômago?		
20. Você se cansa com facilidade?		

Apêndice C.

6.4 List of Migration Experiences*

A lista a seguir apresenta uma série de eventos aos quais você pode ter sido exposto. Se este for o caso, coloque um '' X '' indicando se eles ocorreram: antes de sair do seu país, durante a viagem ou no Brasil. Se o evento não tiver acontecido, coloque um '' X '' na coluna "nunca". Se o evento aconteceu em várias situações (por exemplo, antes de sair de seu país e durante a viagem), coloque um '' X '' nas duas colunas.

	Nunca	Antes de deixar seu país	Durante a viagem	No Brasil	Nunca
1. Ferimentos graves					
2. Abuso físico					
3. Estupro ou abuso sexual					
4. Tortura					
5. Lavagem cerebral					
6. Estar próximo à morte					
7. Prisão/detenção					
8. Perdeu-se ou foi sequestrado					
9. Ser isolado de outras pessoas					
10. Situação de combate					
11. Acidentes					
12. Desastres naturais					
13. Assassinato de familiar(es) ou amigo(s)					
14. Morte de familiar(es) ou amigo(s) por causas não naturais					
15. Separação forçada de membros da família					
16. Ser separado de membros da família ou perde-los					
17. Assassinato de estranho(s)					
18. Ser forçado a machucar outras					
19. Testemunhar violência a outra(s) pessoa(s)					
20. Destruição de bens pessoais					
21. Falta de água ou comida					
22. Pouco acesso a comidas que você gosta					
23. Falta de uma moradia adequada					
24. Falta de abrigo					
25. Pobreza					
26. Pouco auxílio do governo					
27. Pouco auxílio de instituições de caridade (Cruz Vermelha, Caritas)					
28. Pouco acesso a serviços de apoio psicológico					

* Traduzida e adaptada para o Português por BOLASSÉL, L. T.; KRISTENSEN, C. H. Tradução e adaptação cultural da escala List of Migration Experiences para o português brasileiro. In: Salão de Iniciação Científica, 19º, 2018, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: EdiPUCRS, 2018.

	Nunca	Antes de deixar seu país	Durante a viagem	No Brasil	Nunca
29. Entrevistas realizadas pela imigração					
30. Atrasos no processamento dos seus pedidos de imigração					
31. Conflitos com agentes da imigração					
32. Problemas de saúde sem acesso a cuidados médicos					
33. Pouco acesso a cuidados odontológicos					
34. Superlotação no local de estadia					
35. Não ter permissão para trabalhar					
36. Não conseguir encontrar emprego					
37. Desemprego					
38. Condições ruins de trabalho					
39. Discriminação étnica/racial					
40. Dificuldades relacionadas a diferenças no idioma					
41. Dificuldades relacionadas à adaptação e como lidar com as diferenças culturais					
42. Solidão e tédio					
43. Sensação de ser parte de uma minoria					
44. Sentir-se privado					
45. Sensação de estar sendo negligenciado					
46. Sensação de estar sendo injustiçado					
47. Sensação de não merecer esta vida de migrante					
48. Preocupação com a família no país de origem					
49. Não poder retornar ao país de origem em caso de emergência					
50. Preocupação em perder sua cultura de origem					
51. Preocupação com a perda de sua identidade étnica					
52. Sensação de falta de controle do que acontece em sua vida					
53. Medo de ser enviado de volta para seu país de origem					
54. Sensação de não saber onde vai acabar no dia seguinte					
55. Demora para a Comissão considerar seu pedido de asilo					
56. Não poder viajar livremente quando se está pedindo asilo					
57. Ser punido por não pagar a passagem de ônibus por não ter dinheiro					
58. As qualificações obtidas em seu país de origem não foram reconhecidas					
59. Medo de morrer e ser enterrado longe de casa/seu país de origem					

Apêndice D.

Entrevista Semiestruturada

a) Identificação:
b) Você segue em situação de desemprego?
c) Como estão suas vivências relacionadas ao trabalho?
d) Como você está lidando com as dificuldades que se apresentam (relacionadas ao trabalho ou falta dele)?
e) Como você percebe sua rede de apoio no momento (social, familiar, governamental)?
f) Você experimentou algum sintoma físico ou psicológico nos últimos três meses? Se sim, quais e em que ocasião?
g) Como você avalia a experiência do grupo psicoterapêutico? Conte-me aspectos bons e a melhorar.
h) Algo a acrescentar?

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Vanessa Ruffatto Gregoviski, sou psicóloga (CRP 07/26374) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Estou realizando minha pesquisa de doutoramento e o tema é sobre o desemprego em migrantes. A orientadora da pesquisa é a professora doutora Janine Kieling Monteiro.

O principal objetivo desse estudo é o de realizar uma intervenção para a promoção de saúde mental a migrantes desempregados que residam no Brasil. Caso concorde em participar desta pesquisa, você deverá assinar duas vias do aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que uma cópia ficará com você e outra com a doutoranda. A pesquisa trata-se de seis encontros em data e local definidos, em que serão aplicados, ao longo dos encontros, três questionários e uma entrevista com algumas perguntas já formuladas, além dos encontros grupais. Se você permitir, esses encontros serão gravados e transcritos. Eles terão duração aproximada de uma hora e meia, e acontecerão em um local que garanta seu anonimato e privacidade. Em qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa. Caso os dados deste estudo sejam divulgados em artigos científicos, congressos ou qualquer tipo de apresentação, os nomes dos participantes serão preservados. O material será guardado na Universidade, em um local seguro, por um período de cinco anos.

Caso sua participação traga algum desconforto, me coloco à disposição para acolhê-lo(a) e, caso seja necessário, poderá ser realizado um encaminhamento para serviços de acolhimento em saúde mental e/ou atendimento psicológico do município. A sua participação é voluntária e não possui nenhum custo ou benefício financeiro, mas será garantido a você o ressarcimento de passagem para cobrir os gastos do deslocamento até o espaço em que vai acontecer o grupo. Em caso de dúvidas, estaremos à disposição para esclarecê-las. O telefone para contato é (51) 998371317, e meu e-mail é vanessaruffattog@gmail.com.

_____, ____ de _____ de 202_.

_____

Assinatura da pesquisadora

_____

Assinatura do(a) participante

Apêndice F.

Carta de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Clínica Psicodinâmica do Desemprego: Intervenção Clínica com Migrantes de Primeira Geração Desempregados”, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora Vanessa Ruffatto Gregoviski, orientada pela Prof.ª Dra. Janine Kieling Monteiro e pelo Prof. Dr. João Areosa, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de _____/_____/_____a ____/_____/_____, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

São Leopoldo, _____ de _____ de 2024.

_____

Nome – cargo/função

(carimbo)